

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

2024



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



FICHA INSTITUCIONAL

Presidente da República

Luíz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Marina da Silva

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Mauro Oliveira Pires

Chefe de Gabinete

Carla Michelle Lessa

Coordenação e Supervisão Geral

Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica

Julia Zapata Rachid Dau

Coordenação Editorial

Julia Zapata Rachid Dau

Luisa Pacheco Andrade

Revisão de Texto

Luisa Pacheco Andrade

Projeto Gráfico e Diagramação

Maria Eduarda Sousa Rocha

Fotos da Capa

Daniel Kantek

Aurelice Vasconcelos

Palê Zuppani

Vanessa Oliveira

Carla Guaitaneli

Leonardo Milano



SÚMARIO

1	<u>1.1 CONHEÇA O ICMBio</u>	<u>11</u>
	<u>1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</u>	<u>15</u>
	<u>1.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA</u>	<u>16</u>
	<u>1.4 CADEIA DE VALOR</u>	<u>16</u>
	<u>1.5 RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO</u>	<u>18</u>
	<u>1.6 TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</u>	<u>22</u>
2	<u>2.1. ANÁLISE DOS RISCOS E SOLUÇÕES</u>	<u>28</u>
	<u>2.2 ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES E SEUS APROVEITAMENTOS</u>	<u>28</u>
3	<u>3.1 COMISSÃO DE ÉTICA</u>	<u>31</u>
	<u>3.2 ATUAÇÃO CORREICIONAL</u>	<u>32</u>
	<u>3.3 CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</u>	<u>33</u>
	<u>3.4 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS</u>	<u>36</u>
4	<u>4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO</u>	<u>38</u>
	<u>4.2 GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS</u>	<u>85</u>
	<u>4.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO</u>	<u>99</u>
	<u>4.4 GESTÃO DA TI</u>	<u>102</u>
5	<u>5.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</u>	<u>106</u>
	<u>5.2 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</u>	<u>106</u>



Mensagem do Presidente

Ao completarmos a primeira metade da atual gestão, este Relatório de Gestão Integrado apresenta um balanço transparente do que foi realizado, os desafios enfrentados e os caminhos que ainda podemos percorrer para fortalecer a atuação do Instituto Chico Mendes como um ator central na governança ambiental no Brasil.

Os últimos dois anos foram marcados por intenso processo de reestruturação, fortalecimento institucional e retomada de políticas públicas essenciais para a conservação da biodiversidade. Em 2023, iniciamos um novo ciclo de gestão, consolidando diretrizes voltadas ao enfrentamento do desmatamento, à ampliação da presença do Instituto no território sob sua gestão e à modernização dos processos internos. Em 2024, os esforços foram direcionados à execução dessas estratégias, superação de desafios operacionais e consolidação de avanços estruturais.

Entre os principais resultados alcançados, destacam-se:

- A manutenção da redução do desmatamento em Unidades de Conservação, reflexo do aprimoramento das ações de fiscalização e monitoramento ambiental;
- A ampliação das parcerias estratégicas e da captação de recursos externos, fortalecendo a capacidade financeira e operacional do Instituto;
- O avanço na regularização fundiária e na consolidação territorial, garantindo maior segurança jurídica para a gestão das Unidades de Conservação;
- A expansão do uso público e da visitação nas Unidades de Conservação, impulsionando o turismo sustentável e a valorização da sociobiodiversidade;
- A modernização da governança institucional, com aprimoramento dos mecanismos de controle interno, transparência e prestação de contas.

Reconhecemos, no entanto, que persistem desafios estruturais e operacionais. A restrição orçamentária, a necessidade de reforço de pessoal e a demanda por maior eficiência na execução das políticas ambientais exigem do ICMBio inovação, planejamento estratégico e gestão responsável dos recursos públicos. Para isso, temos reforçado nosso compromisso com a adoção de tecnologias, a integração de sistemas de monitoramento e o aprimoramento da governança digital, garantindo mais eficiência e transparência na execução de nossas atividades.

Este relatório não apenas apresenta os resultados da gestão em 2024, mas também elenca as ações que não puderam ser plenamente implementadas, os fatores que impactaram sua execução e as estratégias delineadas para os próximos dois anos. Nossa missão segue sendo assegurar que a conservação da biodiversidade ocorra de forma permanente e eficiente, em alinhamento com as diretrizes e as melhores práticas de governança pública.

Os resultados obtidos pelo ICMBio em 2024 refletem seu compromisso inabalável com a conservação da biodiversidade e com a gestão responsável das áreas protegidas do Brasil. Desde sua criação, o ICMBio tem desempenhado um papel central na implementação das políticas ambientais do País. No entanto, a consolidação desse modelo exige esforço contínuo e persistente. Em um cenário de desafios fiscais e de pressões sobre a agenda ambiental, seguimos firmes em nossa missão. A proteção do patrimônio natural não é apenas um dever institucional, mas um compromisso compartilhado com toda a sociedade. O engajamento da população e a valorização das áreas protegidas são fundamentais para garantir um futuro sustentável para as próximas gerações e para reafirmar o papel do Brasil como referência global na conservação da biodiversidade.

Mauro Oliveira Pires

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

SOBRE O RELATÓRIO

Este Relatório de Gestão apresenta os destaques da atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no ano de 2024, e pretende apresentar à sociedade os principais resultados obtidos a partir da implementação da estratégia e da governança estabelecidas e como elas geraram valor público.

A elaboração do documento, na forma de Relatório Integrado, continua a atender às orientações da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, e da Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, ambas do Tribunal de Contas da União – TCU, que tratam sobre a prestação de contas anual e sobre o conteúdo do Relatório de Gestão, respectivamente.

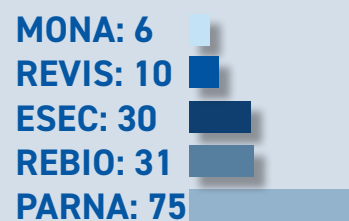
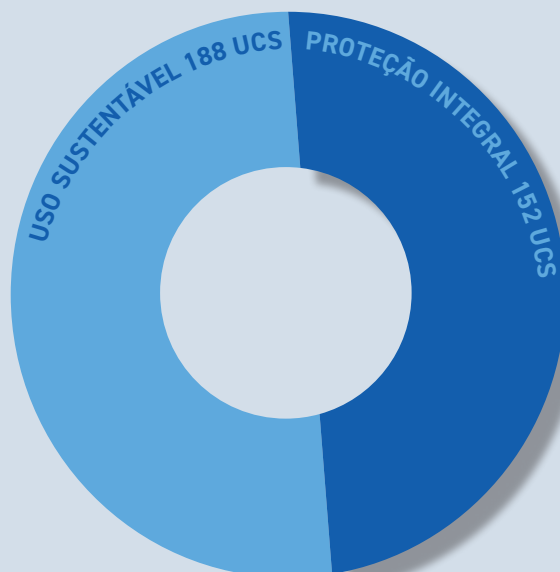
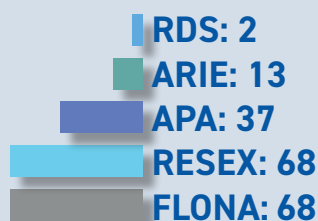
A construção deste Relatório resulta no constante aprendizado e aprimoramento das práticas e dos processos institucionais implementados para o alcance da missão institucional do Instituto.



ICMBio EM NÚMEROS

UCs POR CATEGORIA

Total: 340 Unidades de Conservação Federais



UCs COM VISITAÇÃO MONITORADA

156

UCS COM CONSELHOS DE GESTÃO

304

FISCALIZAÇÃO

2.606 AUTOS

912 AÇÕES

MULTAS APLICADAS

R\$ 887.222.312,00

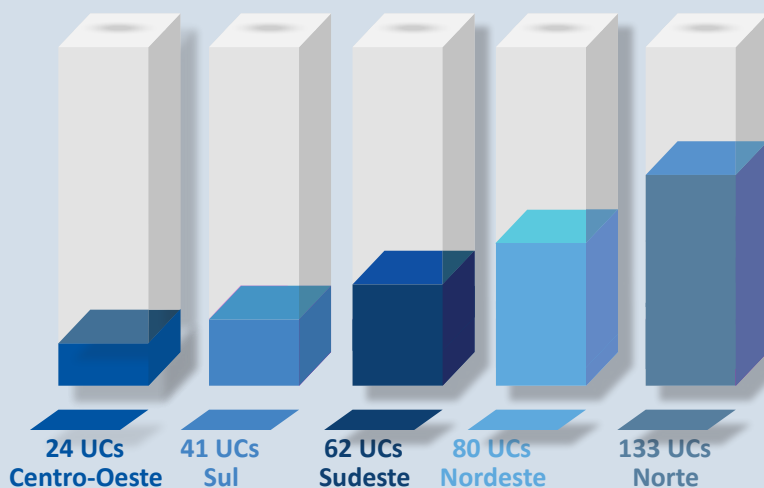
RPPN: 793

DISTRIBUIÇÃO DE UCs PELO TERRITÓRIO

Milhões de hectares de área protegida = cerca de 173 milhões de hectares do território brasileiro

- Área Continental: 81,2 milhões de hectares terrestres
- Área Marinha: 91,8 milhões de hectares marinhos

DISTRIBUIÇÃO DAS UCs POR REGIÃO DO BRASIL:



FORÇA DE TRABALHO

Nº de vagas abertas para voluntários

4 MIL

Nº de servidores

1.666

Nº de contratos temporários

3.199

Nº de Brigadistas

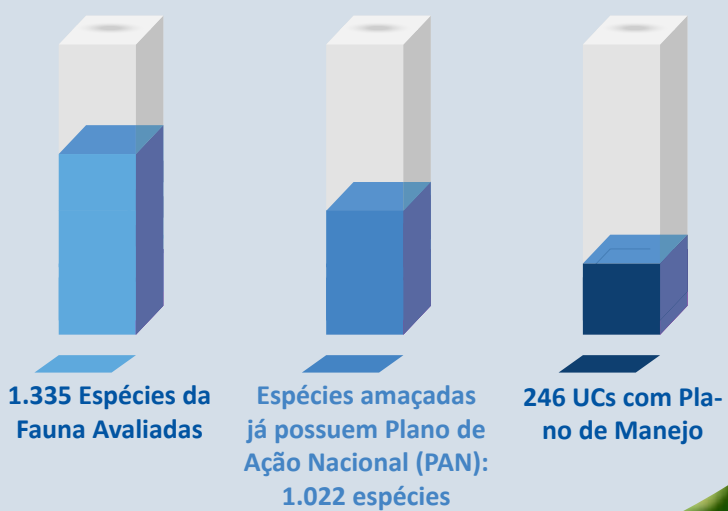
1.349

Recurso investidos em capacitação

R\$3.090.764,42

PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Pesquisas Autorizadas



1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



1.1 CONHEÇA O ICMBio

O ICMBio é uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), cuja missão é formular e implementar políticas públicas ambientais voltadas à proteção do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o ICMBio integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e é responsável pela gestão de aproximadamente 81,2 milhões de hectares terrestres (cerca de 9,1% do território brasileiro) e 91,8 milhões de hectares marinhos, abrangendo a faixa de mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva.

No total, o Instituto administra 340 Unidades de Conservação (UCs) federais, distribuídas em todos os biomas brasileiros.

As atividades do ICMBio estão concentradas nas seguintes áreas:

Execução das atribuições previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

Fomento a programas de pesquisa, proteção e preservação da biodiversidade;

Exercício do poder de polícia ambiental no âmbito das Unidades de Conservação federais;

Proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das Unidades de Conservação instituídas pela União.

Com essas ações, o ICMBio desempenha papel estratégico na conservação da biodiversidade brasileira e no fortalecimento da gestão ambiental pública.



Gabriel Schulz

ONDE ESTAMOS

As UCs são áreas naturais objeto de conservação, que possuem recursos ambientais com características naturais relevantes, e têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Elas ainda asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciam às comunidades vizinhas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Essas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais.

Em todos os 26 estados da federação e no Distrito Federal, encontram-se as 340 Unidades de Conservação federais e os 14 Centros de Pesquisa e Conservação geridos pelo ICMBio. O Instituto conta, ainda, com Gerências e Coordenações Regionais responsáveis por prover suporte e apoio em nível regional às UCs e aos Centros de Pesquisa.

Sede do ICMBio - Brasília/DF

Gerência Regional Norte – GR1: Santarém/PA

Coordenação Regional Manaus/AM

Coordenação Regional Belém/PA

Coordenação Regional Oeste do Pará/PA

Coordenação Regional Porto Velho/RO

Gerência Regional Nordeste – GR2: Cabedelo/PB

Coordenação Regional Parnaíba/PI

Gerência Regional Centro-Oeste – GR3: Goiânia/GO

Gerência Regional Sudeste – GR4: Rio de Janeiro/RJ

Coordenação Regional Lagoa Santa/MG

Gerência Regional Sul – GR5: Florianópolis/SC



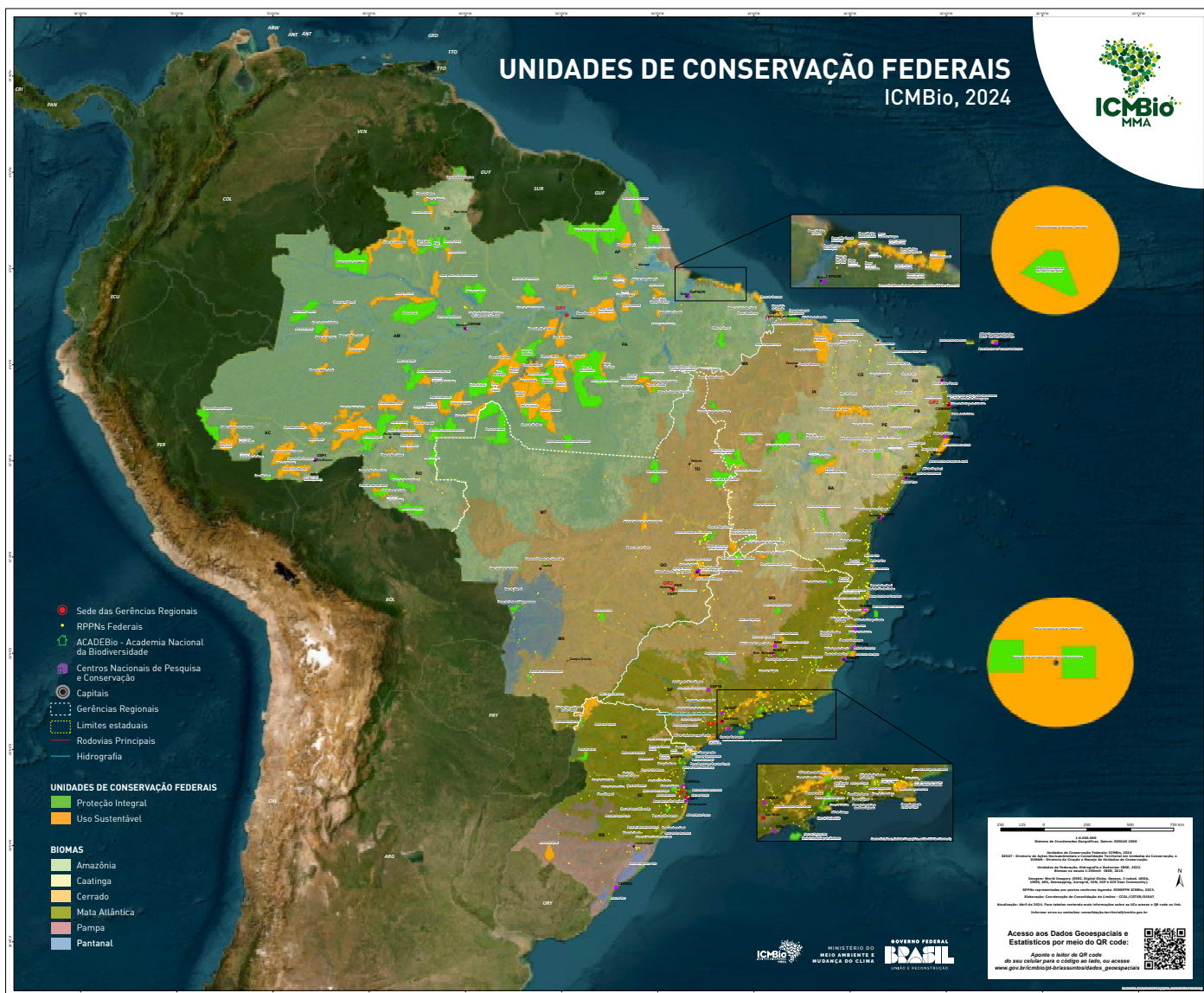


Figura 01 – Mapa Oficial 2024 – UCs Federais, RPPNs, Centros de Pesquisa e Gerências Regionais.
Fonte: Coordenação de Consolidação de Limites – CCOL/CGTER/DISAT





MISSÃO

Formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Patê Zuppani



VISÃO

Ser reconhecido como referência nacional e internacional na efetiva conservação e proteção do meio ambiente, no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e na produção do conhecimento.

Alessandro Carbone



VALORES

Responsabilidade ambiental;
Comprometimento com o resultado;
Integridade na conduta;
Valorização do profissional;
Comprometimento com a sociedade;
Valorização do conhecimento.

Agustyn Camacho

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Ao longo do exercício de 2024, a estrutura regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi regida pelo Decreto nº 11.193, de 08 de setembro de 2022, e pela Portaria ICMBio nº 1.269, de 29 de dezembro de 2022.

Contudo, com o objetivo de aprimorar a organização e o funcionamento do Instituto, foram promovidas alterações estruturais no final do ano, resultando na publicação do Decreto nº 12.258, de 25 de novembro de 2024, que redefiniu a estrutura do ICMBio. Esse novo modelo organizacional foi detalhado por meio da Portaria nº 4.194, de 14 de dezembro de 2024, estabelecendo diretrizes para sua implementação ao longo do ano de 2025.

Atualmente, o Regimento Interno vigente foi aprovado pela Portaria ICMBio nº 1.269, de 29 de dezembro de 2022. No entanto, em razão das mudanças estruturais implementadas ao final do exercício de 2024, encontra-se em elaboração um novo Regimento Interno, adequado à nova estrutura organizacional do Instituto. Essas mudanças visam fortalecer a governança institucional, aprimorar os processos de gestão e otimizar a atuação do Instituto na execução de suas atribuições voltadas à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento socioambiental sustentável.

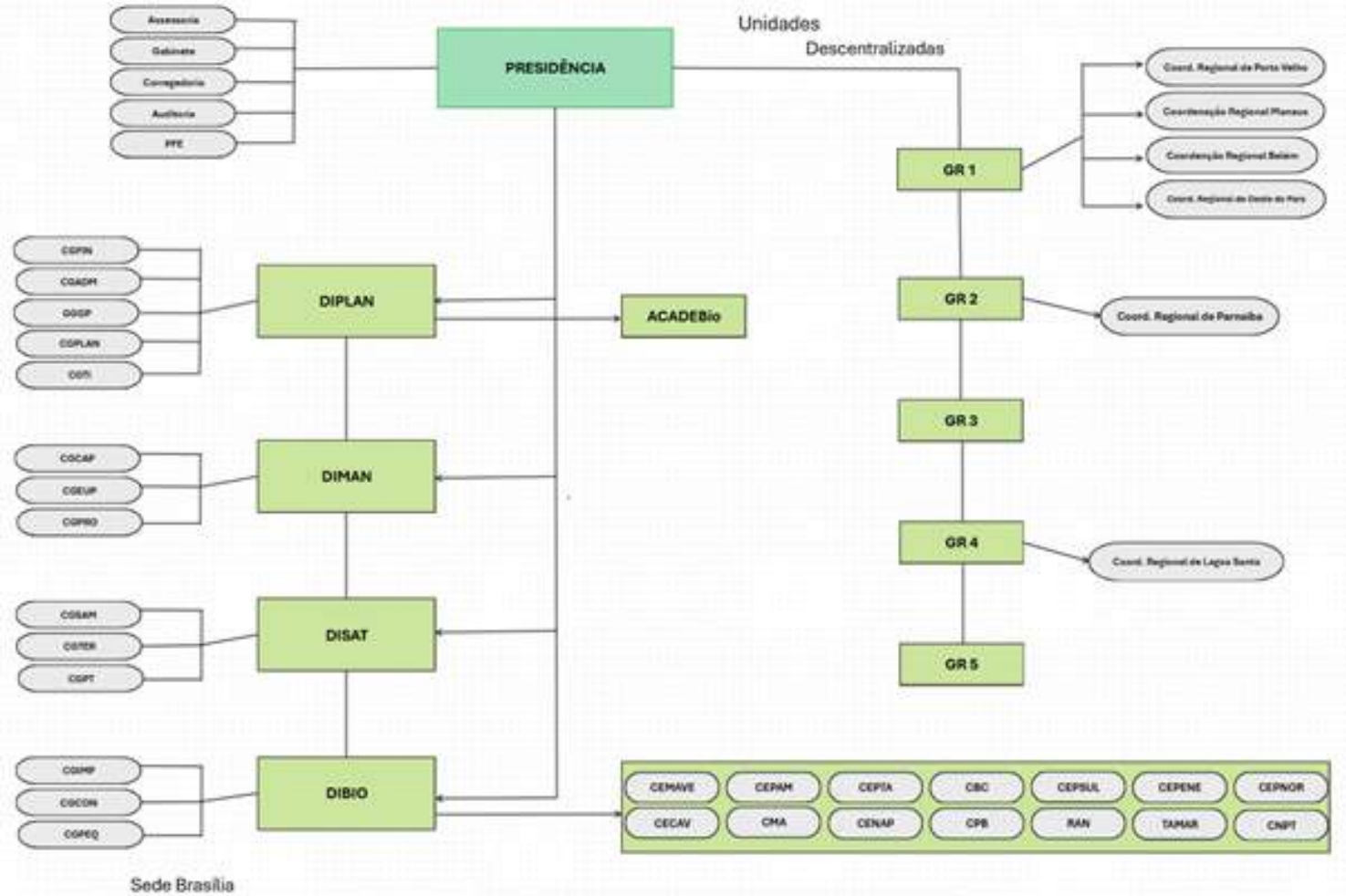


Figura 02 – Estrutura Organizacional do ICMBio, segundo Decreto nº 11.193, de 08 de setembro de 2022.

1.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança e gestão do ICMBio destaca os vínculos existentes entre as diversas instâncias de governança (externas e internas), bem como entre os 3 níveis de atuação da Autarquia (estratégico, tático e operacional). A governança direciona, monitora e avalia a atuação da gestão com foco no atendimento da estratégia governamental e das expectativas das partes interessadas, enquanto a gestão é responsável pela administração dos recursos de forma a viabilizar a estratégia e os processos.

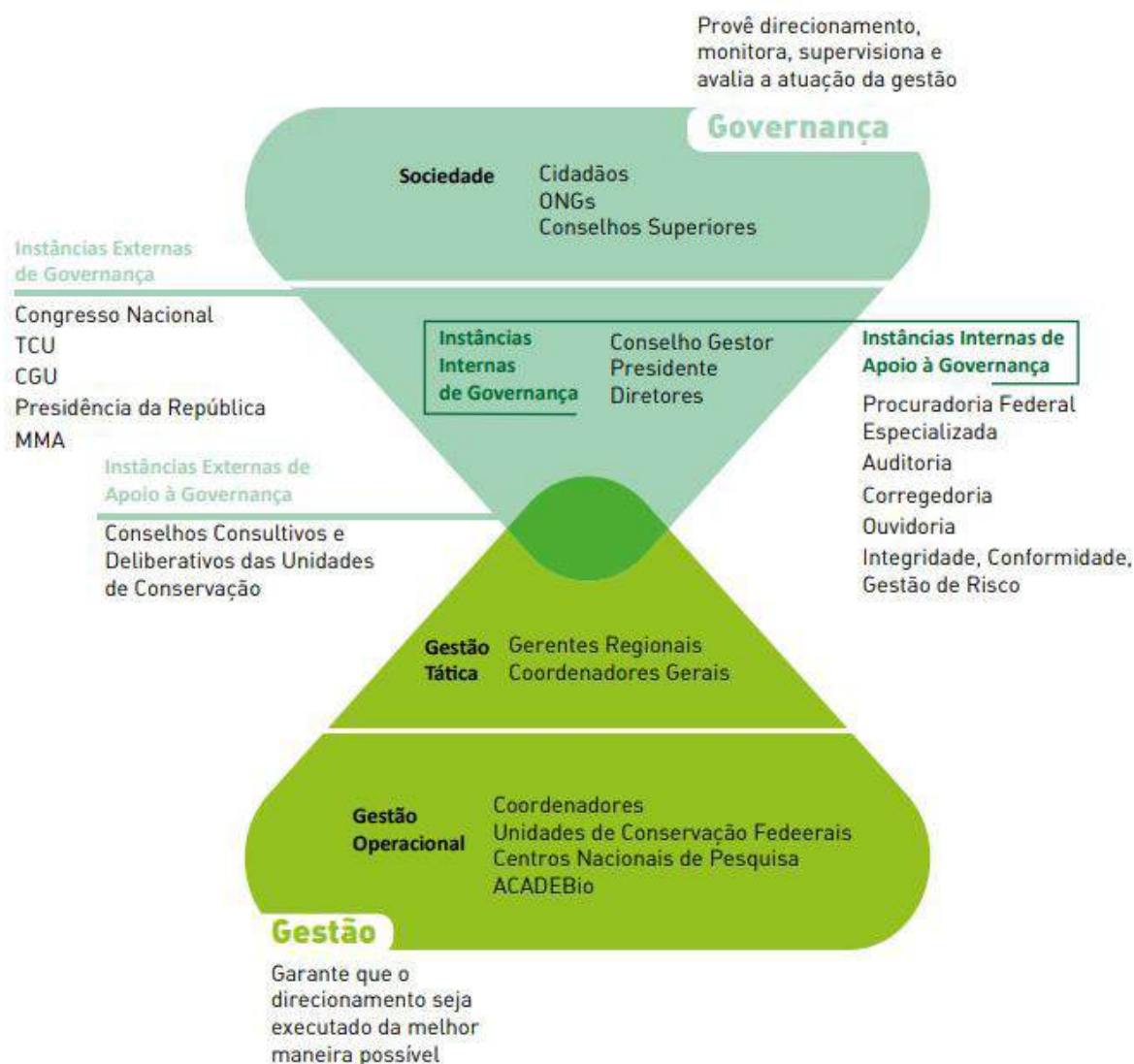


Figura 03 – Estrutura de Governança do ICMBio

1.4 CADEIA DE VALOR

Ao longo de 2024, a cadeia de valor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi revista com o objetivo de aprimorar a gestão sistêmica do amplo conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição. Esse arranjo visual facilita a compreensão de como os processos organizacionais se posicionam e se inter-relacionam, permitindo uma visão integrada das atividades necessárias para a produção e entrega de valor público à sociedade.

A estrutura da cadeia de valor também possibilita a identificação de como cada processo contribui para os objetivos estratégicos do Instituto, promovendo maior eficiência e alinhamento entre as ações institucionais.

Para fins de organização e gestão, o ICMBio classificou seus processos em quatro categorias:

Macroprocessos finalísticos

São aqueles que geram produtos ou serviços de interesse direto para os cidadãos, usuários ou beneficiários das entregas do ICMBio. Incluem os processos relacionados a:

Proteção da natureza

Manejo e mitigação de impactos sobre a biodiversidade

Gestão socioambiental

Geração e difusão do conhecimento

Fortalecimento da bioeconomia e das economias da sociobiodiversidade

Promoção do desenvolvimento socioambiental

Macroprocessos estruturadores ou primários

São processos que fornecem as pré-condições para a execução dos macroprocessos finalísticos. Nesta categoria, incluem-se atividades como:

Gestão do conhecimento

Consolidação territorial

Elaboração e revisão de planos para Unidades de Conservação

Conservação de espécies ameaçadas

Engajamento da sociedade

Macroprocessos gerenciais

Compreendem os processos voltados à **gestão e governança institucional**, garantindo diretrizes para a atuação estratégica do Instituto.

Macroprocessos de suporte

São aqueles que **auxiliam ou viabilizam** a execução dos macroprocessos finalísticos, estruturadores e gerenciais, fornecendo os meios necessários para o funcionamento eficiente da instituição.

A revisão da cadeia de valor reflete o compromisso do ICMBio com a **melhoria contínua da gestão organizacional**, assegurando maior **efetividade, transparência e alinhamento** das ações institucionais aos desafios da conservação da biodiversidade no Brasil.



1.5 RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO

GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS

Principais resultados:

- » 35 novas parcerias estabelecidas;
- » Execução total projetos externos e compensação ambiental: R\$ 249 milhões
- » Execução compensação ambiental R\$ 163 milhões
- » 50 novos termos de compromisso de compensação ambiental assinados
- » Novas modalidade de execução da compensação ambiental implementadas
- » 4 novos projetos externos negociados
- » 7 novos projetos externos em negociação
- » 5 Fundações de Apoio credenciadas
- » Ciclo de monitoramento SAMGe 2023 realizado
- » 150 UCs com preenchimento de planejamento no SAMGePLAN

Projeto	Doador	Agência Executora	Nº de Unidades	Executado em 2024 (R\$)	% TOTAL
Compensação ambiental	-	Caixa	198	163.838.806,23	65,72%
Arpa	Múltiplos	FUNBIO	74	32.597.231,32	13,07%
Paisagens Sustentáveis (ASL)	GEF	CI-Brasil	6	15.877.428,96	6,37%
POP	Fund. Moore Rewild	FUNBIO	UNA Itaituba	9.819.749,91	3,94%
Gestão Florestal	BMZ	ICMBio	24	7.243.826,42	2,91%
GEF-Mar	GEF	FUNBIO	22	6.860.675,12	2,75%
GEF-Terrestre	GEF	FUNBIO	22	5.748.023,51	2,31%
Pró-Espécies	GEF	WWF-Brasil	11 Centros de Pesquisa	3.101.434,76	1,24%
TAJ Litoral	Petrobras	FUNBIO	7	2.848.396,48	1,14%
TAC Frade Fase 1	Chevron	FUNBIO	4	808.930,02	0,32%
TAC Frade Fase 2	Chevron	FUNBIO	5	499.274,25	0,20%
TAC ALSUB	Petrobras	FUNBIO	4	71.029,27	0,03%
TOTAL				249.314.806,25	

PLANEJAMENTO

O Instituto Chico Mendes tem desenvolvido soluções para a melhor gestão dos projetos, das parcerias e das ações apoiadas com recursos externos, especialmente em relação à integração de informações e à gestão estratégica dessas fontes de recursos.

Em observância ao que prevê a Lei nº 9.985, de 2000, os recursos externos e as cooperações técnicas são ferramentas valiosas na implementação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação e na estratégia de conservação da biodiversidade com a participação e o compartilhamento de responsabilidades com a sociedade civil. E exige, portanto, a aplicação dessas fontes de recursos com eficiência e eficácia, a fim de evitar desperdícios e resultados que não geram valor para a sociedade.

Imbuídos dessa premissa, desde 2017 o ICMBio vem envidando esforços para o desenvolvimento de uma ferramenta de planejamento operacional que alinhe as estratégias e busque enfrentar os desafios territoriais e de gestão das unidades de conservação (diagnosticados por meio do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe).

Desde 2023, aproximadamente 150 unidades de conservação realizaram o seu planejamento a partir do SAMGe PLAN, interface de planejamento do SAMGe. A ferramenta permite a avaliação da relação entre os planos estratégicos e operacionais, os recursos externos disponíveis e a geração de resultados de conservação e implementação das unidades, conforme ciclo de execução da estratégia, inspirado no PCDA (planejar,

checar, fazer, agir), Figura1.

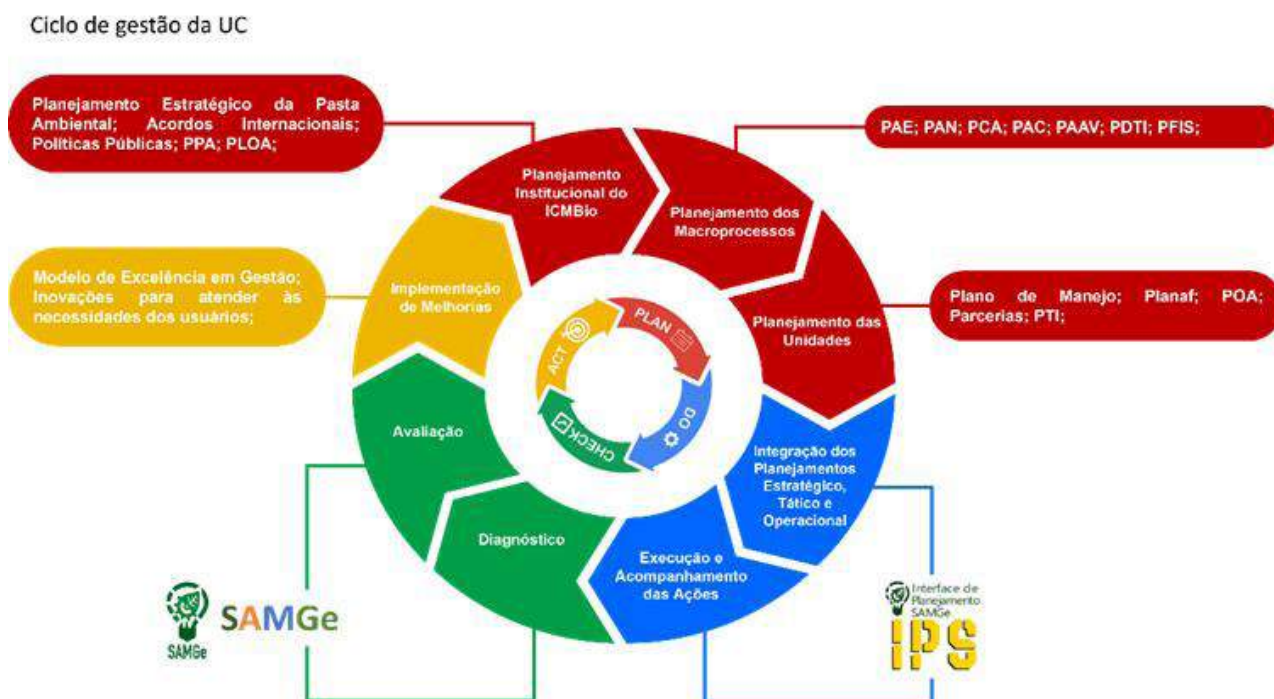


Figura 04 – Ciclo de execução da estratégia por meio da Interface de Planejamento IPS/ SAMGe Plan.

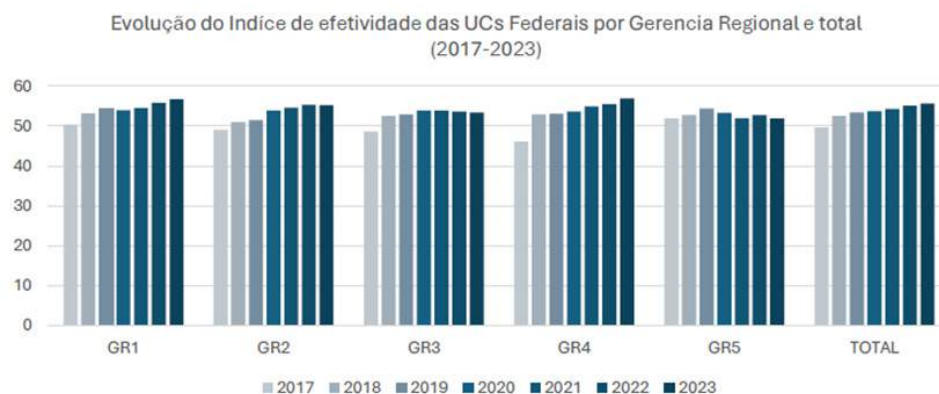
Monitoramento e avaliação da gestão de unidades de conservação: Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGe

Avaliar a efetividade de gestão na administração pública é uma das iniciativas para uma maior transparência na gestão pública, o que permite que a sociedade possa ter acesso aos impactos esperados das políticas públicas realizadas pelos órgãos governamentais.

Nesse contexto, avaliar a efetividade de gestão das UCs sob a gestão do Instituto, além de possibilitar que a gestão seja orientada com base em dados e informações, dá maior visibilidade ao propósito da instituição e de suas UCs, e mostra quais são os fatores positivos ou limitantes e quais são as ações desempenhadas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos a cada território especial criado.

Para tal avaliação, o ICMBio adota o SAMGe, instrumento regulamentado pela Portaria nº 607, de 28 de setembro de 2021. Sua nona aplicação foi coordenada pela Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação – DMAG/DIPLAN, referenciada pelo Ciclo SAMGe 2023, no qual 97% (329 UCs) das unidades federais preencheram o diagnóstico, apresentando elevação do índice de efetividade para 55,6% (em comparação a 2021, de 55,11%), enquadrando o conjunto das UCs como de “Moderada Efetividade”.

Neste ciclo, foram identificados 2.253 recursos e valores nas unidades de conservação federais, com 6.384 usos, sendo que 1.460 destes usos representam desafios de gestão para estas unidades.



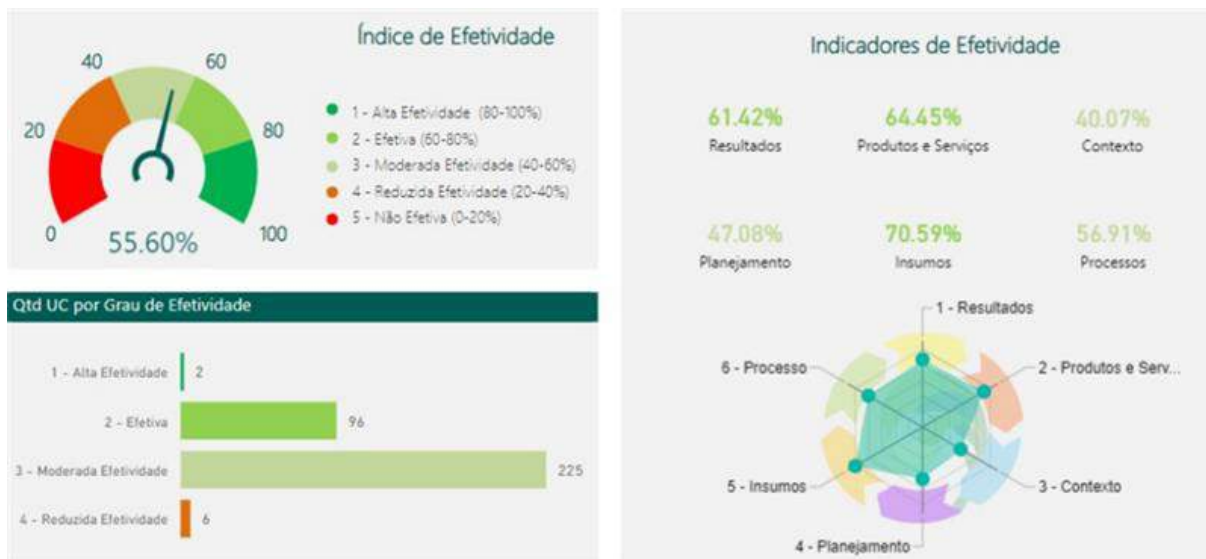
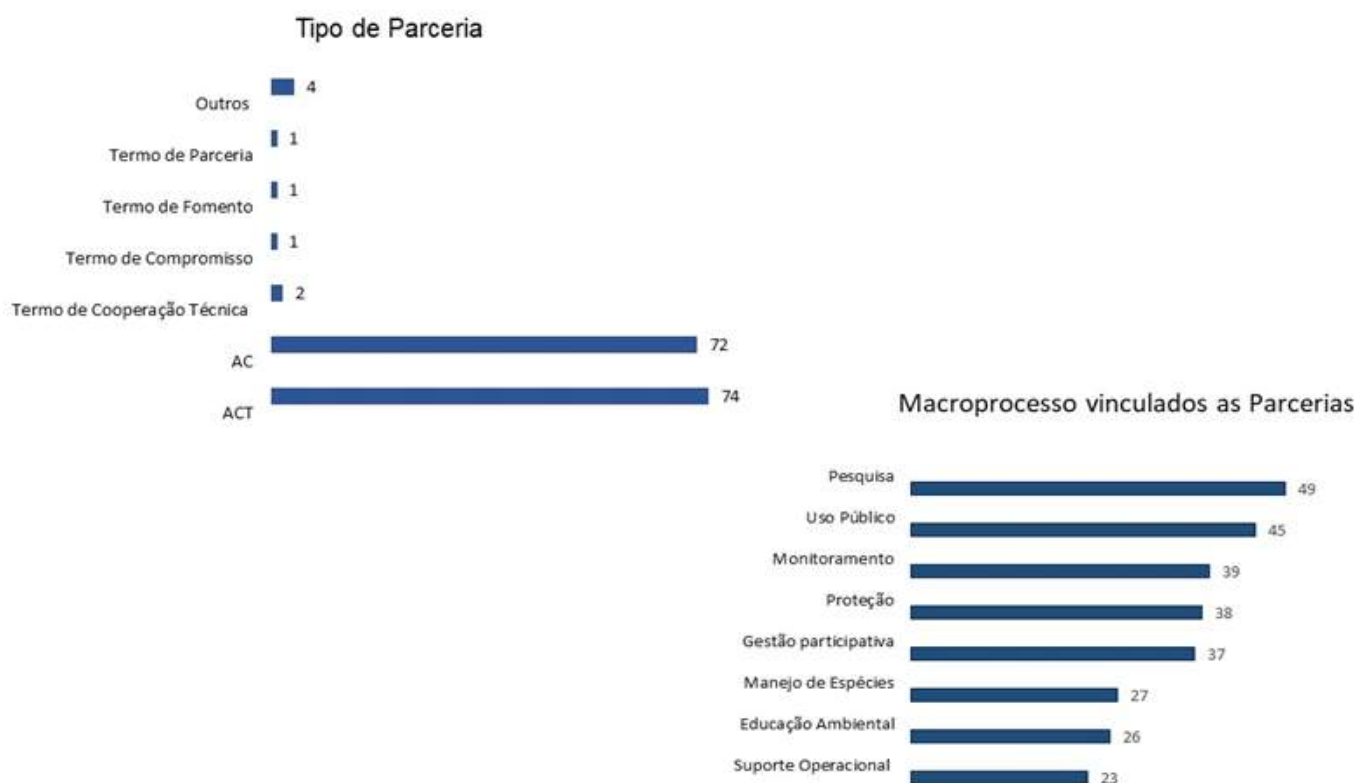


Figura 05 – médias do Índice de Efetividade e dos indicadores em 2023 e a quantidade de UC por faixa e qualificação do Índice de Efetividade

As informações de cada unidade de conservação que participou do ciclo do SAMGe em 2023 (incluindo as UC estaduais e municipais) estão disponíveis no site <http://samge.icmbio.gov.br>, no painel de resultados consolidado (<http://samge.icmbio.gov.br/Painel>) e nos demais Painéis Dinâmicos elaborados pela DMAG, elencados na “Lista de Painéis Dinâmicos Base SAMGe”.

PROJETOS E PARCERIAS

O Instituto Chico Mendes terminou 2024 com 155 parcerias com outras Instituições e sociedade civil vigentes, sendo 35 estabelecidas em 2024 e outras 35 em fase de prestação de contas. Os procedimentos para o estabelecimento e acompanhamento das parcerias estão estabelecidos na Instrução Normativa nº 14, de 27 de julho de 2022, e na Portaria nº 627, de 27 de julho de 2022, que criou a Comissão de Projeto e Parcerias, instância colegiada cuja atribuição é monitorar projetos e parcerias no âmbito do Instituto Chico Mendes.



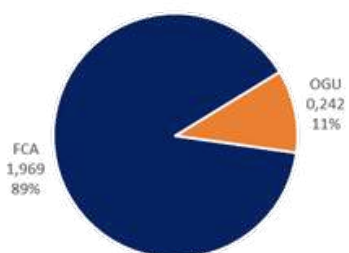
No que se refere às cooperações internacionais, estão em execução o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA; o Projeto Áreas Costeiras e Marinhas – GEF-Mar; o Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – GEF-Paisagens; a Estratégia para Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Catinga, Pampa e Pantanal – GEF-Terrestre; a Estratégia para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – GEF-Pró Espécie; o Gestão Florestal – KfW e o Protec our Planet - POP, representando aporte de execução física e financeira de R\$ 81,2 milhões.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

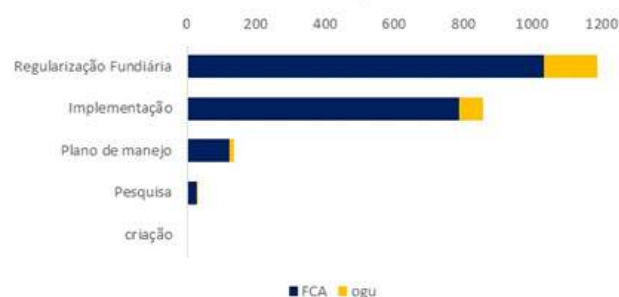
Trata-se da obrigação instituída na forma do art. 36 da [Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), de, nos casos de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor apoiar a implementação e manutenção de UCs. Ao Instituto Chico Mendes compete a gestão e execução dos recursos destinados às UCs instituídas pela União.

Em 2024, foram celebrados 50 Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, todos com previsão de depósito no Fundo de Compensação Ambiental - FCA como modalidade de cumprimento. Tais termos representam um montante de cerca de R\$ 1,15 bilhão, a ser atualizado quando do depósito do valor no Fundo segundo as opções de cumprimento pactuadas.

Valor Disponível em Compensação Ambiental no Brasil em 2024 (R\$ bilhão)

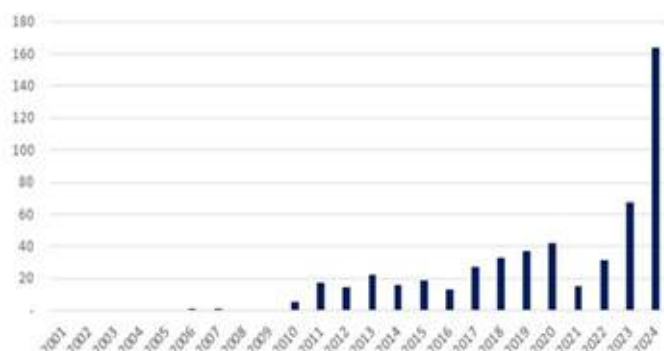


Valor Total disponível por ação no FCA e OGU (R\$ milhões)

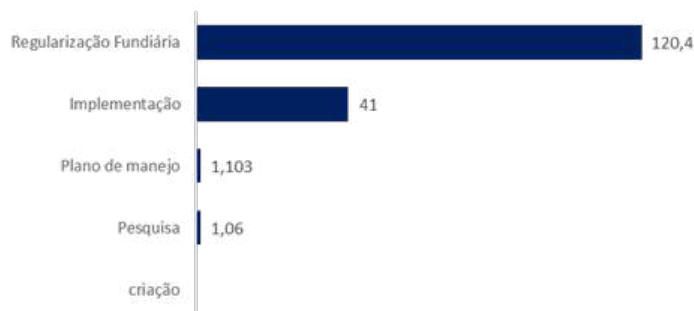


Em 2024 foram implementadas as alterações realizadas na Instrução Normativa ICMBio nº 08/2023 e na Portaria 1.053/2018, ampliando os meios de execução dos recursos de compensação ambiental (Fundações de Apoio e Fundações de Amparo à Pesquisa). Em 2024 foram executados através do Fundo de Compensação Ambiental (FCA) R\$ 163 milhões.

Execução anual de recursos de compensação ambiental (R\$ milhões)



Valor Total Executado pelo FCA por Ação em 2024 (R\$ milhões)



1.6 TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

OUVIDORIA DO ICMBIO

É um canal essencial de participação e controle social, viabilizando o exercício dos direitos de cidadania e auxiliando na transparência institucional e na promoção da qualidade do serviço público.

Com o advento do Decreto nº 12.258, de 25 de novembro de 2024, que aprovou a nova estrutura regimental do ICMBio, a Ouvidoria passou a funcionar como um Órgão Seccional da estrutura organizacional, ligada diretamente à Presidência.

Tem um papel essencial na gestão da integridade e da transparência do Instituto, sendo responsável, dentre outras ações, pelo tratamento das diversas manifestações procedentes da sociedade, inclusive denúncias; pela promoção da transparência ativa e do acesso à informação.

Tradicionalmente, as demandas são recebidas na Ouvidoria do ICMBio por meio da Plataforma [Fala.BR](#), e-mail, telefone, correspondência ou pessoalmente. Os canais de comunicação mais utilizados, em 2024, estão representados na figura abaixo. O percentual considerou todas as entradas no Plataforma Fala.BR, incluindo os pedidos de complementação, os envios de outros órgãos, os envios para outros órgãos e as solicitações arquivadas.

DEMANDAS POR CANAL DE RECEBIMENTO

CANAL DE ENTRADA	QUANTIDADE	%
Internet	1.639	92,86
E-mail	74	4,19
Telefone	21	1,19
Presencial	7	0,40
Carta	2	0,11
Outros	25	1,42

Tabela 1: Demandas por canal de recebimento. Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA RECEBIDAS EM 2024

No ano de 2024, a Ouvidoria do ICMBio recebeu 1.035 manifestações (solicitação, reclamação, elogio, denúncia, sugestão e simplifique!) cadastradas na Plataforma Fala.BR, representando um aumento de 8,72% se comparado com as 952 manifestações recebidas em 2023.



Imagem XX: Manifestações de Ouvidoria 2024. Fonte: Painel Resolveu?

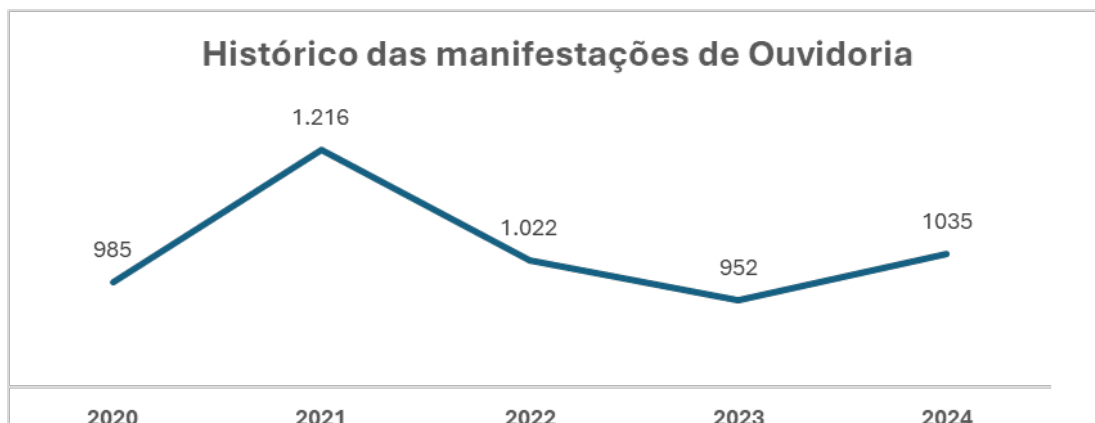


Tabela 2: Histórico das manifestações de Ouvidoria. Fonte: Painel Resolveu?

TIPO DE RELATO	2024	2023	VARIAÇÃO %
Reclamação	1.639		0
Solicitação	74		71,3 % ↓
Denúncia	21		68,1% ↑
Sugestão	7		18,7% ↓
Elogio	2		24,4% ↑
Simplifique			0
Total	1.035 (100%)	952 (100%)	

Tabela 3- Demandas por tipologia. Fonte: Painel Resolveu?

Nos infográficos abaixo estão os resultados registrados em 2024 para dois indicadores: resolutividade (se a demanda foi resolvida) e satisfação (se o usuário está satisfeito com o atendimento prestado).

RESOLUTIVIDADE



Sim

97,66%



Não

2,34%

Imagem XX: Resolutividade. Fonte: Painel Resolveu?

Satisfação



Imagem 3: Satisfação. Fonte: Painel Resolveu?

Para mais informações acesse a [página da Ouvidoria](#) no site do ICMBio.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC é um canal disponível à sociedade dedicado ao registro de pedidos fundamentados na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). A gestão do SIC, no ICMBio, é realizada pela Ouvidoria, que recebe as demandas e dispensa o devido tratamento.

Ao longo de 2024, foram recepcionados 733 pedidos de acesso à informação, o que representa um pequeno decréscimo de 6,51% em relação a 2023. O prazo médio de resposta foi de 12 dias, uma significativa redução de 28,84% em relação ao tempo registrado no ano anterior.



Imagem 4: Pedidos de Acesso à Informação e recursos 2024.

Fonte: Painel LAI

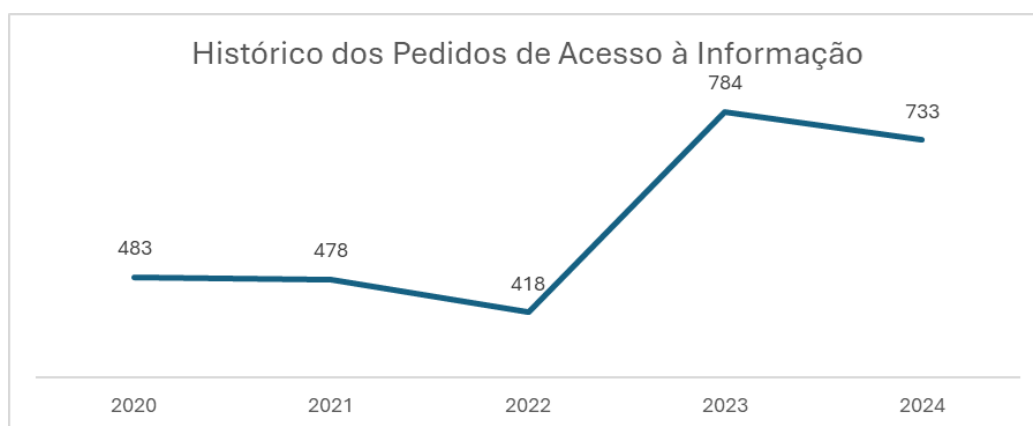


Tabela 4: Histórico dos Pedidos de Acesso à Informação.

Fonte: Painel LAI

Do total de solicitações recebidas, 627 foram atendidas com a disponibilização integral das informações, 13 foram respondidas de forma parcial, 47 das solicitações foram negadas e 8 foram arquivadas, pois abrangem solicitações relacionadas a informações inexistentes, consultas fora da esfera de competência do Instituto, ou incluíram questionamentos duplicados, ou repetidos.

Para mais informações acesse a [página do SIC](#) no site do ICMBio.

TRANSPARÊNCIA ATIVA

A Ouvidoria realiza o monitoramento da disponibilização de informações obrigatórias nos sítios eletrônicos do Instituto, que deve seguir as diretrizes do Guia de Transparência Ativa quanto ao conteúdo, forma e local de publicação.

Em 2024, dos 49 itens de transparência ativa monitorados, o ICMBio cumpriu plenamente 37 itens.



Gráfico 1:Transparência Ativa. Fonte: Painel LAI

MELHORIAS IMPLEMENTADAS EM 2024

- Inauguração da Sala de Atendimento Presencial da Ouvidoria;
- Apresentação do Relatório Gerencial da Ouvidoria 2023/2024 para a alta gestão;
- Revisão e atualização do Procedimento Operacional Padrão - POP da Ouvidoria;
- Execução em 100% do Plano de Capacitação da equipe de Ouvidoria;
- Elaboração e divulgação do Plano de Ouvidoria 2024/2025;
- Participação na avaliação do 2º Ciclo do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública – MMOuP;
- Integração do Sistema Fala.Br com o Sistema E-pad (Corregedoria), processos de denúncias que envolvam servidores tramitam diretamente entre os sistemas;
- Portaria ICMBio de designação da chefe da Divisão de Informação ao Cidadão como encarregado de dados da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

PLANOS E RELATÓRIOS ANUAIS

Para informações sobre os [Relatórios e Planos Anuais de Atividades da Ouvidoria](#) e os [Relatórios da Autoridade de Monitoramento da LAI \(Lei de Acesso à Informação\)](#) consulte a [página da Ouvidoria](#) e a [página do SIC](#) no site do ICMBio.



2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVA





2.1. ANÁLISE DOS RISCOS E SOLUÇÕES

A gestão de riscos e a cultura de integridade são pilares essenciais para garantir a boa governança, a utilização eficiente dos recursos públicos e o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e próspera.

O ICMBio desempenha um papel crucial na proteção da biodiversidade brasileira, sendo uma instituição fundamental para a gestão das unidades de conservação e o cumprimento das políticas públicas ambientais, no contexto da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Além disso, cabe ao ICMBio contribuir para a concretização do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16)**, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Para garantir a eficácia de suas ações, a confiança da sociedade e o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a gestão de riscos e integridade se torna uma ferramenta crucial.

Por meio da Portaria n.º 4.007, de 29 de novembro de 2023, foi instituído o Comitê Técnico de Governança de Riscos, Integridade e Controles – CTGRIC, para atuar como responsável pelo suporte e assessoramento ao Comitê Gestor do ICMBio na avaliação, orientação e monitoramento da governança institucional, nas áreas de gestão de riscos, integridade e controles internos, com a seguinte composição:

- » Chefia de Gabinete – GABIN;
- » Corregedoria - CORREG;
- » Auditoria - AUDIT;
- » Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP;
- » Coordenação de Governança e Gestão Estratégica - CGOV;
- » Coordenação de Comunicação Social - CCOM;
- » Presidência da Comissão de Ética;
- » Chefia do Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais – MEDIARE;
- » Responsável pelo Sistema de Informação ao Cidadão - SIC/ICMBIO.

O **Plano de Integridade do ICMBio para o biênio 2022-2023** foi instituído por meio da Portaria nº 1.010, de 5 de outubro de 2022, e foi estruturado com base nas Recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre integridade pública. Os Plano de Integridade têm execução bianual.

No exercício de **2024**, o **Comitê Técnico de Governança, Riscos e Integridade (CTGRIC)** coordenou uma série de **encontros e análises estratégicas** envolvendo as áreas pertinentes da instituição. Essas atividades tiveram como objetivo **subsidiar a formulação do novo Plano de Integridade**, alinhado às diretrizes de governança e conformidade, visando aprimorar os mecanismos de **prevenção, detecção e resposta a riscos de integridade no Instituto**.

A continuidade dessas ações reforça o compromisso do ICMBio com a **transparência, a ética e a melhoria contínua dos seus processos institucionais**, fortalecendo sua capacidade de entrega de valor público à sociedade.

2.2 ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES E SEUS APROVEITAMENTOS

Em 2024, na Promoção da Cultura Organizacional de Correição e Prevenção, a Corregedoria participou do Encontro de Gestores do ICMBio, no Parque Nacional de Foz do Iguaçu, a fim de fortalecer a Integridade Pública no âmbito do ICMBio. Em parceria com a Ouvidoria, para além da estrutura da Integridade e Correição, abordamos os seguintes temas: Assédio Sexual, Conflito de interesse, Assédio Moral e Nepotismo.

Representamos o ICMBio no Encontro Nacional de Corregedorias 2024, na Rede GIRC - Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos e da Conferência Internacional de Integridade Pública, promovida pela Controladoria-Geral da União – CGU.

Ademais, promovemos a participação de servidores e colaboradores que atuam na Corregedoria, em cursos de capacitação no uso de sistemas correccionais, bem como em cursos de atualização normativa e jurisprudencial na matéria Correccional, tais como: e-PAD, Processo Administrativo Disciplinar - PAD, Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados – PAR, Juízo de Admissibilidade, dentre outros.

Em 2024, a equipe da Corregedoria foi ampliada, recebendo de forma efetiva um Analista Ambiental.

Atualmente, detemos servidores com ampla experiência na área finalística, visão estratégica, postura íntegra e colaborativa, características essenciais para a consolidação de uma Equipe de Corregedoria de credibilidade e voltada para entregas efetivas na prevenção e combate à corrupção e desvios de conduta.

O alinhamento da equipe tem possibilitado a tomada de decisão com mais segurança desde a admissibilidade inicial e redistribuição de processos para locus que porventura detenha a pertinência mais significativa acerca do assunto, por exemplo, Comissão de Ética e MEDIARE.

Houve conformidade com a Ouvidoria acerca do recebimento e distribuição de Denúncias e a Integração da comunicação oficial por meio de sistemas próprios com a interligação entre o Fala.BR e ePAD.

Articulamos com as demais Corregedorias do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, de modo a consolidar a criação da Rede de Integridade do Ministério do Meio Ambiente - RIMMA e a implementação do Comitê Técnico de Governança de Riscos, Integridade e Controles - CTGRIC.



3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



3.1 COMISSÃO DE ÉTICA

Instituída pela Portaria ICMBio n.º 295, de 4 de junho de 2009, publicada no Boletim de Serviço 06, de 5 de junho de 2009, a Comissão de Ética do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - CE/ICMBio tem como objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional dos seus agentes públicos em relação ao tratamento com o público interno e externo e com o patrimônio público. Cabe também à Comissão apurar denúncias, apresentadas à Comissão ou de ofício, sobre supostos desvios éticos dos agentes públicos vinculados ao ICMBio, sendo garantido ao denunciado, conforme Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o direito ao contraditório e ampla defesa.

Agente público é, conforme definição do Código de Ética do ICMBio, *“todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico ou administrativo, preste serviços ao ICMBio de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, mesmo sem remuneração ou ainda em gozo de licença ou afastamento”*.

O Decreto Federal n.º 1.171/1994 criou o Código de Ética profissional do servidor público civil do governo federal e estabeleceu a obrigatoriedade de que fossem instituídas comissões de ética em todas as instituições federais. O Decreto Federal n.º 6.029/2007 instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, integrado pela Comissão de Ética Pública - CEP da Presidência da República e pelas comissões setoriais de ética (como é o caso da CE/ICMBio). Este Decreto estabeleceu as competências, princípios e o funcionamento geral de uma comissão setorial, posteriormente pormenorizados pela Resolução n.º 10/2008 da CEP, onde consta, por exemplo, o rito processual de apuração de uma denúncia em tratamento pela CE/ICMBio.

A CE/ICMBio é composta por três servidores públicos que exercem a função de Membros Titulares e seus respectivos três Membros Suplentes. Os membros da CE/ICMBio devem pertencer à Carreira de Especialista em Meio Ambiente ou PECMA, com vinculação permanente ao ICMBio.

São princípios fundamentais no trabalho desenvolvido pelos membros da CE/ICMBio:

- » preservar a honra e a imagem da pessoa investigada;
- » proteger a identidade do denunciante;
- » atuar de forma independente e imparcial;
- » comparecer às reuniões da CE/ICMBio, justificando eventual ausência;
- » em eventual ausência ou afastamento, instruir o seu substituto sobre os trabalhos em curso;
- » declarar seu impedimento ou suspeição em processo de apuração de suposto desvio ético;
- » eximir-se de atuar em procedimento no qual tenha sido identificado seu impedimento ou suspeição.

A atuação na CE/ICMBio é considerada prestação de relevante serviço público e não enseja qualquer remuneração, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais dos servidores. O escopo de atuação da CE/ICMBio abrange todo agente público que está desenvolvendo seu trabalho no ICMBio, com exceção dos ocupantes de cargos de Chefia, nos níveis seis e cinco, ou seja, Presidente e Diretores do ICMBio, que estão vinculados à CEP conforme o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

A Secretaria Executiva da CE/ICMBio tem como finalidade contribuir para a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão da ética e prover o apoio técnico necessário ao cumprimento das atribuições exercidas pelos membros titulares e suplentes.

A Portaria n.º 411, de 13 de maio de 2020, aprova o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do ICMBio.

3.2 ATUAÇÃO CORREICIONAL

ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA

A Corregedoria do ICMBio é um órgão seccional, introduzido na estrutura regimental da unidade pelo Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e ratificado no Decreto nº 12.258, de 25 de novembro de 2024, configurando uma das instâncias internas de Integridade, atuando na Atividade Correcional.

O Regimento Interno do ICMBio, aprovado pela Portaria nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022, estabeleceu a organização interna da Corregedoria em duas divisões: Divisão de Admissibilidade e Prevenção – DAPREV e Divisão de Atos e Procedimentos – DIAP.

Esta organização viabilizou em 2023, e consolidou em 2024, o aprimoramento da atividade correcional, com a especialização na realização do juízo de admissibilidade e fortalecimento da atuação preventiva da Corregedoria, além de investir na especialização da atuação dos servidores que atuam na condução dos processos correccionais instaurados.

Notável a publicação da Portaria ICMBio nº 14, de 21 de janeiro de 2022, que possibilitou que em 2023 houvesse inovações para a condução da atividade correcional e a padronização da apuração, tal qual trouxe um capítulo para a atuação preventiva da Corregedoria.

Alguns objetivos da atuação preventiva da Corregedoria iniciados em 2023 foram ampliados em 2024: diminuir a instauração de processos administrativos disciplinares, com a consequente redução de custos para a Administração Pública; atuar de forma orientada, interagindo com servidores e gestores, fomentando uma cultura ética; incrementar a confiança dos cidadãos na instituição, implementando medidas de fortalecimento da integridade.

Em 2024, realizamos visitas técnicas às unidades de conservação e unidades descentralizadas do ICMBio: GR-2 e FLONA de Cabedelo, PARNA Fernando de Noronha; NGI Fortaleza; PARNA Serra dos Órgãos, ACADEBio e PARNA do Iguaçu.

As visitas objetivaram aprimorar a comunicação da Corregedoria com os servidores e gestores, disseminando informações sobre a atuação da Corregedoria, abordando temas que envolvem a correição, com foco na prevenção de irregularidades, além de possibilitar o entendimento, por parte da Corregedoria, sobre os aspectos gerenciais das unidades descentralizadas: atividades, estrutura e desafios.

Em relação à atuação repressiva da Corregedoria, com vistas à apuração e responsabilização de servidores pela prática de ilícitos administrativos e Pessoa Jurídica pela prática de atos lesivos contra a administração pública, no ano de 2024, 201 (duzentos e um) denúncias e representações foram recebidas na Corregedoria, um aumento relativo de 65% comparando-se aos dados de 2023. Na mesma toada, em 2024 foram finalizados 32 (trinta e dois) Procedimentos Investigativos, em 2023 foram 15 (quinze), mais que dobrando a produção.

Das denúncias analisadas em 2024, um terço foram arquivadas por falta de autoria ou materialidade e duplicidade. A capacidade de condução de PAD aumentou em 35% (trinta e cinco por cento). Foram celebrados 05 (cinco) Termos de Ajustamento de Conduta – TAC em 2024.

Atribui-se a estes avanços:

- a) Corregedor advindo da Controladoria Geral da União;
- b) Colaboração do Gabinete do ICMBio e demais unidades descentralizadas;
- c) Liderança situacional do Corregedor e chefes de Divisões e alocação de servidores;
- d) Maior integração com a Ouvidoria;
- e) Capacitação e amadurecimento da equipe;



Gráfico 1 – Processos administrativos correcionais que tramitaram na Corregedoria em 2024.



Gráfico 2 – Processos administrativos correcionais em 2024 por assunto.

3.3 CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Conforme estabelecido no Estatuto da Auditoria Interna do ICMBio (Portaria nº 942, 14 de setembro de 2020), a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria e tem como missão agregar valor e melhorar as operações da organização, contribuindo para o aperfeiçoamento da go-

vernança, da gestão de riscos e dos controles internos no Instituto.

No ICMBio, a unidade de Auditoria Interna é órgão vinculado diretamente à Presidência e está subordinada administrativamente ao Presidente e funcionalmente ao Comitê Gestor.

A missão da Auditoria é cumprida, principalmente, por meio de dois principais eixos de atuação: realização dos trabalhos típicos de auditoria interna, como avaliação e consultoria, e monitoramento de suas recomendações; e acompanhamento das demandas dos órgãos de controle, como TCU e CGU.

SERVIÇOS DE AUDITORIA (AVALIAÇÃO E CONSULTORIA)

Em relação ao primeiro eixo de atuação, as ações da auditoria foram orientadas pelo [Plano Anual de Auditoria Interna \(PAINT\) de 2024](#), que é supervisionado pela SFC/CGU e aprovado pelo Comitê Gestor do Instituto.

Nesse sentido, no ano de 2024 a Auditoria Interna executou 3 (três) trabalhos, sendo uma avaliação e duas consultorias. Os objetos de exame e principais resultados são destacados brevemente a seguir:

Avaliação da licitação para contratação de empresa especializada em locação de aeronaves de asa fixa

Foi realizada avaliação de conformidade da fase preparatória da licitação na modalidade pregão com os normativos legais e a jurisprudência do TCU relativos às contratações públicas.

Consultoria sobre a minuta de portaria para instituição de equipe de instrução e julgamento dos autos de infração ambiental

Foi realizada consultoria sobre a minuta de portaria visando instituir a Equipe Nacional de Instrução e Julgamento – EJUNI, tendo como objetivo colaborar nos aspectos relacionados à governança, aos riscos e aos controles internos do referido normativo.

Consultoria sobre a portaria para regulamentação dos encargos acessórios nos contratos de concessão das Unidades de Conservação.

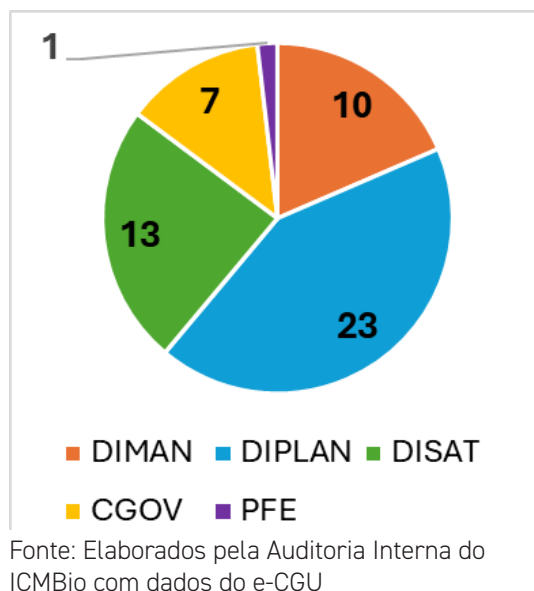
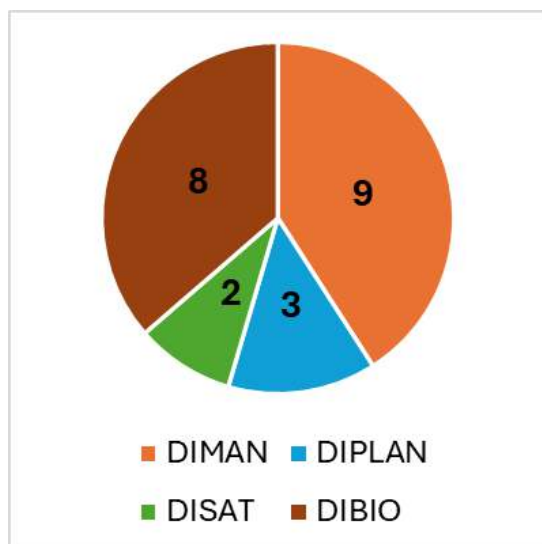
A presente consultoria foi iniciada no final de 2024 e está em andamento, na fase de relatório preliminar. O objeto de exame é a minuta de portaria que disciplinará o planejamento, a execução, o monitoramento e a fiscalização dos recursos financeiros decorrentes dos Encargos Acessórios estabelecidos nos contratos de concessão das Unidades de Conservação Federais.

1.1 MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

O processo de avaliação da Auditoria Interna é composto, em resumo, pelas etapas de planejamento do trabalho, do seu desenvolvimento, de comunicação dos resultados e do monitoramento das recomendações emitidas. A etapa de monitoramento visa à efetividade do trabalho de avaliação, alcançada por meio da implementação das recomendações, uma vez que é objetivo da Auditoria agregar valor à gestão e melhorar os processos da instituição.

O ano de 2024 iniciou-se com 59 recomendações a diversas unidades do ICMBio. Ao longo do ano, foram emitidas outras 17 recomendações decorrentes de trabalhos concluídos em anos anteriores: 6 (seis) da Avaliação da elaboração das informações contábeis e financeiras; 6 (seis) da Avaliação da governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação; e 5 (cinco) da Avaliação da governança e dos controles internos do processo de gestão das atividades de patrimônio.

Com o trabalho de monitoramento e a interação com as unidades auditadas, foram concluídas 22 recomendações, resultando no total de 54 recomendações em monitoramento ao final de 2024.



Como resultado do atendimento às recomendações pela Auditoria Interna, foram auferidos, em 2024, 5 (cinco) benefícios não financeiros em duas modalidades: medida de aperfeiçoamento de prestação de serviços públicos e medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos processos.

Demandas dos órgãos de controle (TCU e CGU)

Prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União e zelar pelo atendimento de suas determinações e recomendações são competências da Auditoria Interna. Nesse sentido, o segundo eixo de atuação da Auditoria é estabelecer interlocução com as áreas técnicas responsáveis pelo assunto tratado, de modo que todas as solicitações, diligências, determinações e recomendações dos órgãos de controle (CGU e TCU) sejam adequadamente atendidas pelo Instituto.

2.1 DEMANDAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

No ano de 2024, a Controladoria-Geral da União – CGU - iniciou 6 (seis) trabalhos de auditoria no ICMBio, conforme a seguir:

Trabalhos concluídos:

- Avaliação dos contratos de concessão de uso público de unidades de conservação federais. O trabalho consolidou diversas auditorias realizadas em 2023 e 2024 nas concessões dos Parques Nacionais: Itatiaia e Tijuca, Iguaçu, Chapada dos Veadeiros, Marinho de Fernando de Noronha, Aparados da Serra e da Serra Geral, Pau Brasil; e das Florestas Nacionais: São Francisco de Paula e Canela. Foram emitidas 8 (oito) recomendações em decorrência desta avaliação;
- Auditoria das contas do Projeto BMZ-Nº 2003 66 658, relativas aos atos e fatos ocorridos no exercício findo em 31/12/2023. Foi emitida 1 (uma) recomendação ao ICMBio.
- Trabalhos em andamento:
- Avaliação da Infraestrutura do Governo Federal - Aplicação da redução de ICMS sobre links de comunicação;
- Avaliação do benefício de assistência à saúde pago a servidores da APF e seus dependentes;
- Avaliação do pagamento de gratificações de desempenho na APF;
- Avaliação do processo de regularização fundiária para consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais, considerando como critérios de a Lei n. 9985/2000, a Lei n. 11.516/2007.

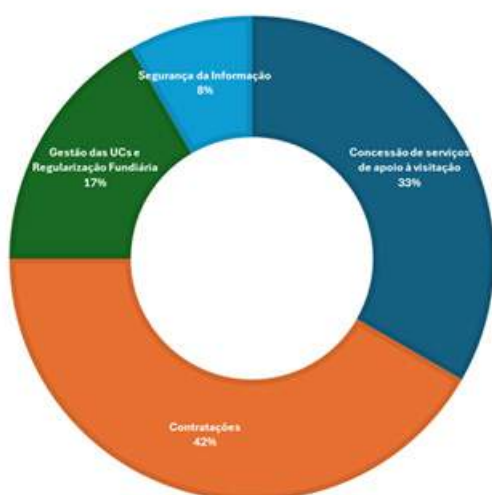
Assim, o ano de 2024 iniciou-se com 05 (cinco) recomendações da CGU em monitoramento. Ao longo do ano, foram emitidas outras 29: 9 (nove) referentes a trabalhos concluídos em 2024 e 20 referentes aos trabalhos de avaliação das concessões concluídos em anos anteriores. Com o trabalho de monitoramento e a interação com as unidades auditadas, a CGU concluiu 07 recomendações, resultando no total de 27 recomendações em monitoramento ao final de 2024.

Por fim, a CGU desenvolve trabalho de auditoria contínua relacionada aos atos de pessoal, tais como aposentadoria e pensão. No ano de 2024, a Auditoria Interna acompanhou 34 verificações do órgão de controle sobre atos de pessoal.

2.2 DEMANDAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

Em 2024, o ICMBio foi parte em 75 acórdãos do TCU. A grande maioria, 63, referiu-se a atos de pessoal, como concessão de pensões, aposentadorias e fiscalização contínua de folhas de pagamento.

Outros 12 acórdãos foram resultados de representações, monitoramentos, processo de desestatização e relatórios de auditoria. Deste conjunto de acórdãos, observou-se que as temáticas relacionadas às atividades do Instituto abordadas pelo Tribunal foram: Contratações (42%), Concessão de Serviços de Apoio a Visitação (33%), Gestão das UCs e Regularização Fundiária (17%) e Segurança da Informação (8%), conforme gráfico abaixo e detalhado a seguir:



Portanto, observa-se que ao longo do ano de 2024 o Instituto avançou com o cumprimento de diversas recomendações/determinações e, atualmente, está sob análise do Tribunal a avaliação das medidas adotadas referentes a três recomendações pendentes.

3.4 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS

Em 2024, o Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais – MEDIARE atuou em diversos comitês: o Comitê Técnico de Gestão de Riscos, Integridade e Controles (CTGRIC), o Comitê Gestor de Capacitação (CGCAP) e o Comitê de Política de Nucleação (COINGE). Em dezembro, ministrou o Curso de Gestão de Conflitos Interpessoais em Equipes, com carga horária de 50 horas, direcionado para chefias e lideranças. Neste curso, contamos com a participação de um colega do Ibama e uma colega do MMA, ampliando alianças para a melhoria da qualidade das relações no serviço público, especialmente no SISNAMA. Ao longo do ano, realizamos 99 horas de escuta e 10 horas de mediação (quando duas pessoas conversam sobre um tema específico para melhorar o entendimento). Atendemos 21 unidades administrativas no período.

4

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO



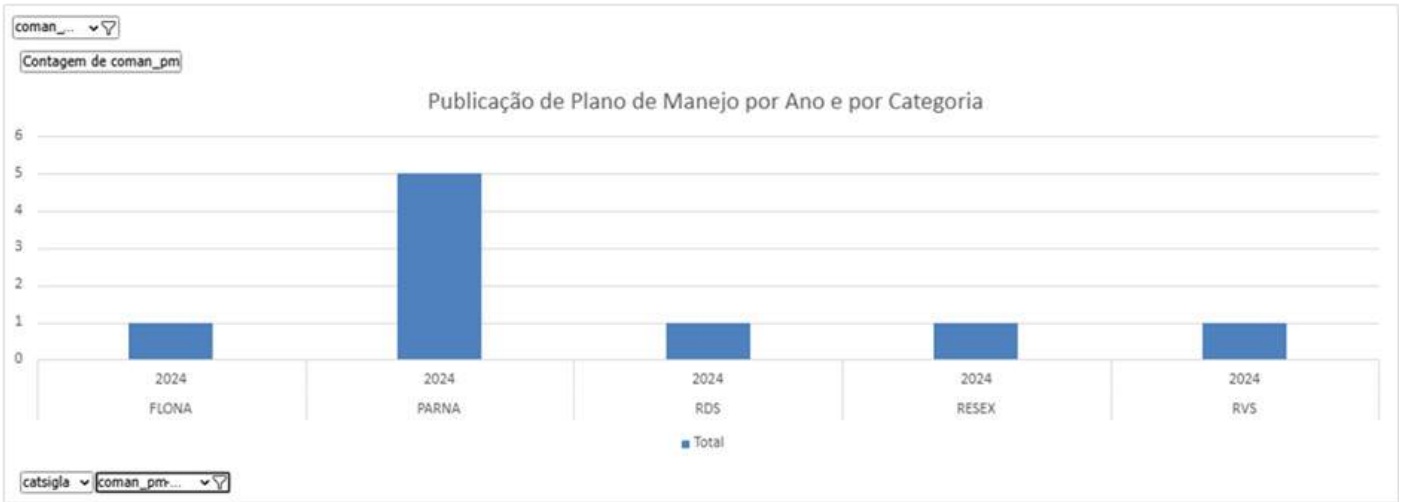
4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

PLANOS DE MANEJO

Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 (SNUC), o Plano de Manejo de Unidade de Conservação - UC é o documento técnico estruturante da gestão das unidades de conservação, no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Esta mesma Lei determina que todas as UC devem dispor de um Plano de Manejo.

Em 2024, foram concluídos 14 planos de manejo de unidades de conservação, sendo 10 planos novos, para UC que ainda não dispunham desse importante instrumento de gestão, e 04 planos atualizados, 01 deles por meio de revisão geral e 03 por meio de revisão pontual.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição dos planos de manejo aprovados em 2024 conforme a categoria de manejo das UC.



Considerando os 10 novos planos de manejo publicados, atualmente 246 UC (72%) possuem plano de manejo para orientar sua gestão, restando 95 UC que aguardam a formalização deste instrumento.

A meta prevista para o ano de 2024 era de 15 planos de manejo publicados, a qual não foi cumprida, resultado da diminuição da equipe da COMAN, da revisão do fluxo de aprovação dos documentos, dentre outros fatores. Contudo, o ano foi finalizado com outros 04 processos em fase de aprovação.



CRIAÇÃO DE UCS

Considerando que a elaboração de estudos para a proposição de novas unidades de conservação federais é uma missão importante do ICMBio, foi realizada uma oficina para priorização das propostas de criação e fortalecimento das relações institucionais com os diversos atores que atuam nos territórios de interesse. Esta oficina contou com 215 participantes que elaboraram critérios para avaliação das propostas de criação e suas categorizações. Ao final foram selecionadas 93 propostas de criação em ordem de prioridades.

No ano de 2024, foram criadas 4 unidades de conservação federais, totalizando 106.647 hectares abrangendo 2 biomas brasileiros e o ambiente marinho e costeiro, conforme é possível observar na tabela abaixo:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRIADAS/AMPLIADAS EM 2024:

NOME DA UC	UF	BIOMA	ÁREA (HA)
Reserva Extrativista dos Filhos do Manguê	PA	Marinho Costeiro	40.537
Reserva Extrativista de Viriandeua	PA	Marinho Costeiro	34.191
Refúgio de Vida Silvestre do Sauim-de-Coleira	AM	Amazônico	15.300
Monumento Natural Cavernas de São Desidério	BA	Cerrado	16.619
TOTAL			106.647

PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ENCAMINHADOS AO MMA:

NOME DA UC	UF	BIOMA	ÁREA (HA)
Parque Nacional da Serra Vermelha (ampliação PARNA da Serra das Confusões)	PI	Caatinga	94.342
APA Foz do Rio Doce	ES	Marinho Costeiro	47.114,83

Além das unidades criadas e dos processos enviados ao MMA em 2024, realizou-se consultas públicas nos municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, no âmbito da proposta de criação do Parque Nacional Marinho do Albardão.

Outra medida importante para o processo de criação de unidades de conservação foi a publicação da Portaria Conjunta MMA/ICMBIO Nº 1.145, de 2 de setembro de 2024, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para criação e ampliação de unidades de conservação federal no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Tal portaria possibilitará um maior alinhamento entre o MMA e a Autarquia no processo de criação de novas áreas protegidas.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) são iniciativas privadas importantes para a conservação da biodiversidade. A criação na esfera federal, sob competência do ICMBio, em 2024 totalizou 28 RPPN, compreendendo quase 3 mil hectares, conforme lista abaixo:

RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL CRIADAS/AMPLIADAS 2024

PROPOSTAS DE RPPN	ESTADO	ÁREA/ ha	BIOMA
RPPN Fazenda Santa Bárbara	SC	83,61	Mata Atlântica
RPPN Canto da Mata	GO	2,53	Cerrado
RPPN Barriguda	GO	2,7695	Cerrado
RPPN Reserva Ecológica do Barriguda	GO	3,89	Cerrado
RPPN Reserva Araponga	SC	26,26	Mata Atlântica
RPPN Renascer II	GO	3,01	Cerrado
RPPN Etambóia	PR	11,82	Mata Atlântica
RPPN Renascer IV	GO	3,16	Cerrado
RPPN Renascer III	GO	5,9	Cerrado
RPPN Sesc Bonito	MS	19,48	Cerrado
RPPN Howard Quigley	MS	643,33	Pantanal
RPPN Sonho Camponês	RS	6,95	Mata Atlântica
RPPN Reserva Kaetés	ES	239,68	Mata Atlântica
RPPN Luís Beethoven Piló	MG	92,34	Mata Atlântica
RPPN Serra Bonita XII	BA	168,14	Cerrado
RPPN Fazenda Anacã	MT	17,89	Amazônia
RPPN Negrinho Divino Eustáquio de Souza	MG	26,4928	Cerrado
RPPN Lagoa Misteriosa	MS	38,4308	Cerrado
RPPN Serra Leste	PA	150,3	Amazônia
RPPN Agnar Domingos João - Seu Lico	MG	31,7599	Cerrado
RPPN Não me deixes Ernesto e Elvira	BA	3,91	Mata Atlântica
RPPN Vale dos Encantados	MG	121,03	Cerrado
RPPN Serra	TO	1.019,00	Cerrado
RPPN Santuário	MS	116,21	Cerrado
RPPN Capão da Onça	GO	4,9737	Cerrado
RPPN Água Santa	GO	46,71	Cerrado
RPPN Beija Flor	GO	29,48	Cerrado
RPPN Renascer I	GO	2,94	Cerrado
Total de área (ha)		2.921,45ha	

MOSAICOS

Em um mundo cada vez mais globalizado e interligado, os preceitos de gestão integrada de paisagens com enfoque ecossistêmicos estão cada vez mais prementes, neste sentido a Lei do SNUC, traz em seu artigo 26 a possibilidade de criação de mosaicos das áreas protegidas, além de regulamentar a instituição de corredores ecológicos, instrumentos que permitem a integração de áreas e atores para gestão dos territórios.

Considerando a relevância do tema, o ICMBIO instituiu, com advento do Decreto n.º 12.258, de 24 de novembro de 2024, a Divisão de Gestão Integrada, locus institucional para tratamento do tema mosaicos de áreas protegidas, corredores ecológicos, reservas da biosfera, sítios RAMSAR entre outros instrumentos que busquem pensar de maneira integrada a ecologia das paisagens e territórios.

Esta divisão nasce com desafio de ampliar o reconhecimento de mosaicos e auxiliar na implementação dos 17 mosaicos federais existentes dentre outras atribuições, o gráfico abaixo destaca o reconhecimento dos mosaicos ao longo dos anos.

SERVIÇOS AMBIENTAIS

Em 2024, as ações sobre serviços ambientais tiveram como foco a articulação com órgãos competentes, a participação em espaços de governança e a promoção de capacitações para disseminação do conhecimento técnico e formulação de diretrizes normativas no ICMBio.

O Instituto contribuiu para a regulamentação da **Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA)**, participando do Grupo de Trabalho instituído pelo MMA para a elaboração do decreto regulamentador da Lei nº 14.119/2021. Além disso, integrou o **Grupo de Trabalho Técnico Salvaguardas da CONA-REDD+**, que busca definir diretrizes para projetos de créditos de carbono em terras públicas ocupadas por comunidades tradicionais e agricultores familiares.

A Divisão de Serviços Ambientais também atuou na formulação de estratégias para a regulamentação dos artigos 47 e 48 do SNUC, em conjunto com o MMA e a ANA, e apoiou tecnicamente o processo de aprovação do **Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF)**, que inclui Unidades de Conservação destinadas à restauração florestal.

Destaque ainda para a colaboração com o **Serviço Florestal Brasileiro e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação em Biodiversidade e Restauração Ecológica (CBC/DIBIO)** na construção de um modelo inovador de **concessão florestal para restauração na Floresta Nacional do Bom Futuro (RO)**, incluindo a comercialização de créditos de carbono como mecanismo de sustentabilidade financeira.

Por fim, em parceria com a **Gerência Regional 1**, o Instituto conduziu o **Ciclo de Encontros Virtuais sobre Mecanismos de REDD+**, promovendo capacitação contínua para servidores desde novembro de 2024.

DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS DE USO PÚBLICO

O número de editais de delegação de serviços publicados, em 2024, atingiu a meta prevista no PPA e fechou o ano com 23 editais que autorizaram novos prestadores de serviços a operarem nas unidades de conservação federais de diversas categorias e de todas as regiões do Brasil, para prestação de serviços para condução de visitantes, comercialização de alimentos, locação de equipamentos, transporte terrestre e aquaviário.

Nº Edital	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	SERVIÇO	PUBLICAÇÃO
1	REVIS Alcatrazes	Transporte Aquaviário	02/01/2024
2	Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Condução de visitantes	15/01/2024
3	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Condução de visitantes	19/02/2024
4	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Veículo/Condução de veículos	19/02/2024
5	RESEX Lagoa do Jequiá	Condução de visitantes	28/02/2024
6	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	Condução de visitantes	13/05/2024
7	MONA das Ilhas Cagaras	Condução de visitantes - mergulho	03/07/2024
8	Parque Nacional Serra dos Órgãos	Comercialização de alimentos	12/07/2024
9	ARIE Mata de Santa Genebra	Condução de visitantes	02/08/2024
10	APA da Baleia Franca	Transporte Aquaviário e Condução de visitantes	08/08/2024
11	Parque Nacional de Anavilhanas	Comercialização de alimentos	06/09/2024
12	RESEX Marinha Arraial do Cabo	Transporte Aquaviário	13/09/2024
13	Parque Nacional da Fuma Feia	Condução de visitantes	08/10/2024
14	MONA das Ilhas Cagaras	Condução de visitantes - trilha	01/11/2024
15	APA Piaçabuçu	Condução de visitantes	01/11/2024
16	REVIS Alcatrazes	Transporte Aquaviário	05/11/2024
17	Parque Nacional Serra da Bodoquena	Transporte Aquaviário	05/11/2024
18	Floresta Nacional de Carajás	Comercialização de alimentos	14/11/2024
19	Parque Nacional da Serra da Bocaina	Transporte aquaviário	21/11/2024
20	Parque Nacional de São Joaquim	Condutor de visitantes	27/11/2024
21	APA Piaçabuçu	Transporte Terrestre	28/11/2024
22	Parque Nacional do Iguaçu	Condutor de visitantes	29/11/2024
23	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Condução de visitantes	31/12/2024

Em 2024, foram realizadas três **consultas públicas** para projetos de permissão e concessão de serviços de apoio à visitação nos **Parques Nacionais de Sete Cidades e Iguaçu**, além da **Base Avançada do CMA – Eco-parque Peixe-boi (PE)**. Os projetos seguem os trâmites internos para publicação dos editais em 2025.

Foram **dadas continuidade aos estudos de concessão** nos **Parques Nacionais de Brasília e da Serra dos Órgãos** e **iniciados estudos para delegação de serviços de visitação** no **Parque Nacional do Iguaçu (Trilha do Macuco)**, no **Parque Nacional Marinho** e na **APA de Fernando de Noronha**, bem como nas **regiões dos Parques Nacionais de Anavilhanas e Jaú**.

Para aprimorar a condução dos projetos, foi elaborado o **Guia de Estruturação dos Projetos de Concessão**, detalhando etapas e responsabilidades, além de um **painel interativo no Power BI**, que disponibiliza informações sobre prestadores de serviços em Unidades de Conservação.

Na **gestão de concessões e permissões**, foram monitorados mais de **R\$ 519 milhões** em obrigações e repasses, com destaque para os contratos dos **Parques Nacionais da Tijuca e do Iguaçu**, que representaram mais de **90% dos valores pagos ao ICMBio e 80% da visitação**. No **Parque Nacional do Iguaçu**, foram destinados **R\$ 12,4 milhões** para ações ambientais e comunitárias, com previsão de execução de **R\$ 11,2 milhões**.

A complexidade da gestão contratual resultou em mais de **5.200 documentos tramitados no SEI** ao longo do ano.

Atualmente, o ICMBio gerencia **oito contratos de concessão e três termos de permissão** em Unidades de Conservação, garantindo a qualidade dos serviços prestados e a conformidade contratual.

<p>UCS COM CONTRATO DE CONCESSÃO GERENCIADOS EM 2024</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Parque Nacional da Tijuca • Parque Nacional do Iguaçu • Parque Nacional de Aparados da Serra e da Serra Geral • Parque Nacional do Itatiaia • Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros • Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha • Parque Nacional da Chapada dos Guimarães • Parque Nacional de Jericoacoara
<p>UCs COM TERMOS DE PERMISSÃO GERENCIADOS EM 2024</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Parque Nacional da Serra da Canastra • Parque Nacional da Tijuca • APA Fernando de Noronha

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM VISITAÇÃO MONITORADA

EIXO PLANEJAMENTO PLANOS DE USO PÚBLICO

- Supervisão da elaboração de Planos de Uso Público para 9 Unidades de Conservação (UCs): PN Capivara, PN Ubajara, PN Sete Cidades, PN Aparados da Serra, MN São Francisco, Resex Soure, Resex Lago Cuniã, PN Canastra, RVS Ilha dos Lobos.
- Publicação de 4 Planos de Uso Público: PN Marinho de Fernando de Noronha, Flona de Assungui, PN Ubajara e RVS Ilha dos Lobos.

PROTOCOLO OPERACIONAL DE VISITAÇÃO (PROV)

- Apoio técnico na elaboração do PROV em 6 UCs: PN Iguaçu, PN Chapada Diamantina, PN Serra dos Órgãos, Resex Corumbau, PN Itatiaia e PN Tijuca.

INSTRUMENTOS NORMATIVOS

- Revisão da norma sobre gestão de segurança da visitação em UCs federais, resultando na publicação da Portaria ICMBio nº 3.299/2024.
- Elaboração de minuta de Instrução Normativa (IN) conjunta com a Funai sobre visitação em áreas de sobreposição entre UCs e territórios indígenas.
- Participação no Grupo de Trabalho (GT) sobre áreas não regularizadas, com apresentação de minuta normativa para visitação em terras particulares.
- Apoio às UCs Resex Corumbau e PN Iguaçu na elaboração das Portarias Específicas Normativas de Visi-

tação.

GESTÃO DE SEGURANÇA DA VISITAÇÃO

- Acompanhamento e orientação de 29 UCs na elaboração do Protocolo de Gestão de Segurança da Visitação (PGSV).
- Conclusão da primeira versão do PGSV em 6 UCs: PN Chapada dos Veadeiros, PN Brasília, Flona Brasília, PN Tijuca, PN Serra da Canastra, PN Pico da Neblina.

CAPACITAÇÃO PARA A COP

- Capacitação de servidores da região norte sobre planejamento do uso público e gestão de segurança para aprimorar a visitação em NGI Salgado Paraense, Flona Tapajós, Resex Marinha de Soure, Flona Carajás, PN Jamanxim e Gerência Regional Norte.
- Estruturação de projeto na Resex Maracanã por meio do Edital de Chamada para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) em UC federais.
- Apoio na elaboração do PGSV na Flona Saracá-Taquera e no PN Amazônia.

SUPORTE AOS PLANOS DE MANEJO

- Atuação como especialistas em Uso Público nos processos de elaboração ou revisão de Planos de Manejo de 8 UCs: PN Aparados da Serra, PN Campos Ferruginosos, PN Sete Cidades, Resex Mestre Lucindo, Resex Mãe Grande Curuçá, APA Ibiapaba, Resex Acaú-Goiana e ESEC Tamoios.

CAPACITAÇÃO SOBRE PLANEJAMENTO DE USO PÚBLICO

- Realização de curso na Acadebio, com capacitação de 32 servidores de UCs, CRs e GRs e 2 servidores de instituições parceiras (INEA-RJ).

FOMENTO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

- Publicação de Edital para apoio a iniciativas de TBC, com seleção de projetos em 6 UCs: PN Pacaás-Novos, Resex Cassurubá, Resex Lagoa do Jequiá, Resex Maracanã, Resex Capanã Grande, Resex Lago Cuniã.

EIXO ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

- Coordenação e orientação técnica junto às UCs com concessão de serviços de visitação.
- Apoio técnico a projetos de exposições interpretativas e sinalização interpretativa.
- Capacitação de condutores em 8 UCs.

PLANEJAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE TRILHAS E INFRAESTRUTURA

- Oficinas e cursos de trilhas sustentáveis, capacitando 241 alunos.
- Suporte técnico para Trilhas de Longo Curso “Trilha Chico Mendes” e “Amazônia Atlântica”.
- Diagnóstico sobre cicloturismo em UCs federais.

SINALIZAÇÃO

- Apoio a 18 UCs na implementação das diretrizes de sinalização.
- Desenvolvimento de projetos para Trilhas de Longo Curso.

MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO

- Aprimoramento do painel dinâmico de gestão.
- Coordenação de 45 protocolos de monitoramento do número de visitas.
- Desenvolvimento de protocolos de monitoramento de impactos.

ACESSIBILIDADE

- Projetos de audiodescrição e sinalização em braille.

OUTROS

- Apoio técnico a diversas UCs em parcerias institucionais.
- 557 voluntários certificados em 41 unidades organizacionais.

PROTEÇÃO/FISCALIZAÇÃO

AÇÕES

1. Operações de fiscalização remotas e presenciais (Redução do desmatamento em Unidades de Conservação Federais - UCFs)

Em 2024, foram realizadas 912 ações de fiscalização presenciais, sendo 1 operação remota, tendo reduzido de 194 km² para 193 km², o que representa 0,5% de redução da taxa de desmatamento no interior de UCs em relação ao ano anterior (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite).

70,75% das UCFs realizaram pelo menos 1 ação de fiscalização no seu território. E em relação ao total de ações de fiscalização, 49,06% foram da modalidade “Operação Planejada” e 50,94% foram “Ações de Rotina”.

2. Nº de fiscais com participação mínima de 20 dias em ações de fiscalização. Aumento do nº de fiscais em ação de fiscalização (PPA) (meta: 15.000 fiscais/dias)

Em 2024, registrou-se que 345 fiscais permaneceram em campo por no mínimo 20 dias, totalizando 6.900 agentes/dia em 2024, sendo que em 2023 tivemos 7.780 agentes/dia em campo. Registra-se que em 2024, houve mobilização e greve de servidores até agosto e restrição de recursos orçamentários.

3. Esforço de fiscalização para controle da supressão de vegetação nativa em unidades de conservação federais. (PPA) Aumento de nº de dias de campo em operação de fiscalização ambiental nas UCFs

Em 2024, as equipes de fiscalização permaneceram 12.618 dias em campo, uma redução 34% em relação à 2023 quando as equipes de fiscalização ficaram 16.104 dias em campo.

Quanto à lavratura de autos de infração, em 2023 foram lavrados 3.204 enquanto em 2024 foram lavrados 2.606, caracterizando uma redução de 19%. O total lavrado em 2022 foi 2.665. O gráfico 1 abaixo mostra um acompanhamento mensal das autuações de janeiro a dezembro dos anos 2022, 2023 e 2024.

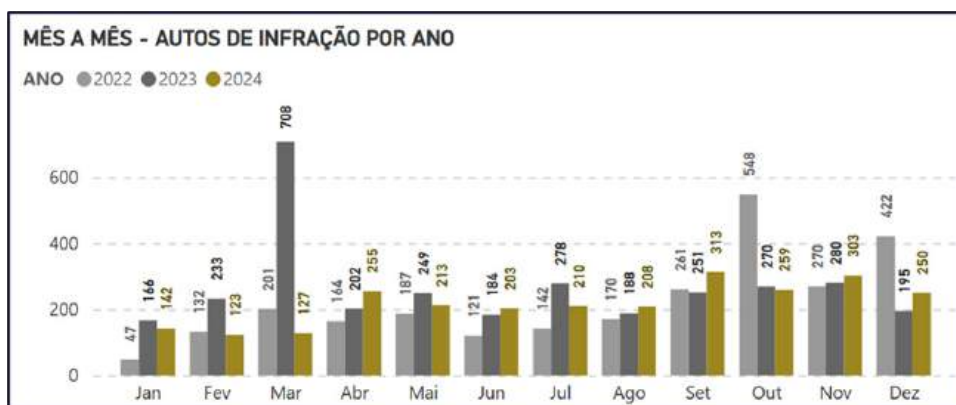


Gráfico 1 – Lavratura mensal de autos de infração ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Em relação aos termos de embargos lavrados, teve uma redução de 9% no comparativo entre 2024 e 2023, sendo 1.075 embargos em 2024 e 1.181 em 2023. O ano de 2022 registrou 1.408 termos de embargos. O gráfico 2 mostra o acompanhamento mensal do quantitativo de embargos lavrados entre janeiro e dezembro dos anos 2022 a 2024.

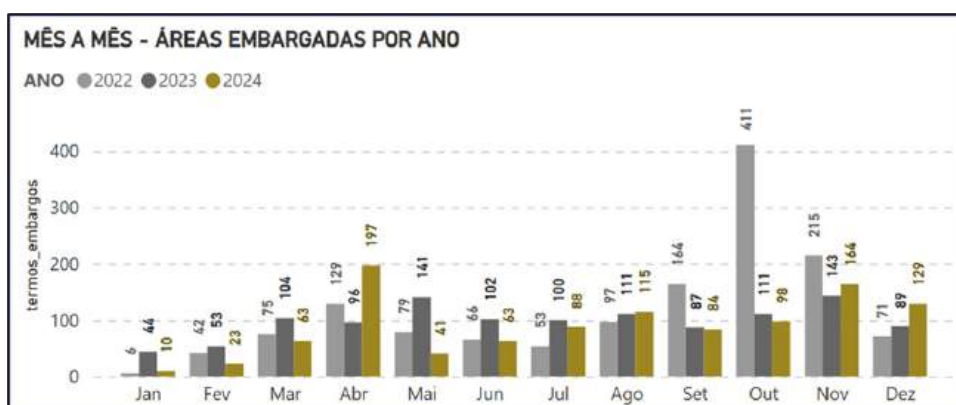


Gráfico 2 – Lavratura mensal de termos de embargo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Relacionado ao número de itens apreendidos nas ações fiscalizatórias do ICMBio, em 2024 foram 3.641 apreensões, em 2023 tivemos 3.980 apreensões (redução de 9% entre os 2 anos), enquanto em 2022 foram 2.249 itens apreendidos. O gráfico 3 ilustra o acompanhamento mensal das apreensões de janeiro a dezembro dos anos 2022 a 2024.

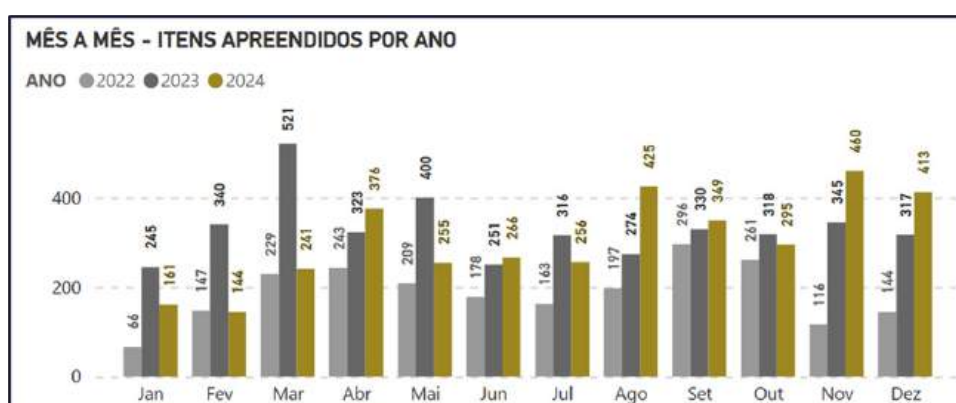


Gráfico 3 – Itens apreendidos pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Quanto ao indicador valor de multa aplicado, o ano de 2024 teve um aumento de 74% em relação a 2023. Em 2024 aplicou-se R\$ 887.222.312,00 (oitocentos e oitenta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil e trezentos e doze reais) de multa simples, em 2023 foram R\$ 510.128.851,00 (quinhentos e dez milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais), enquanto em 2022 foram R\$ 918.954.989,00 (novecentos e dezoito milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais). O gráfico 4 mostra o valor das multas ao longo dos meses de janeiro a dezembro de 2022 a 2024.

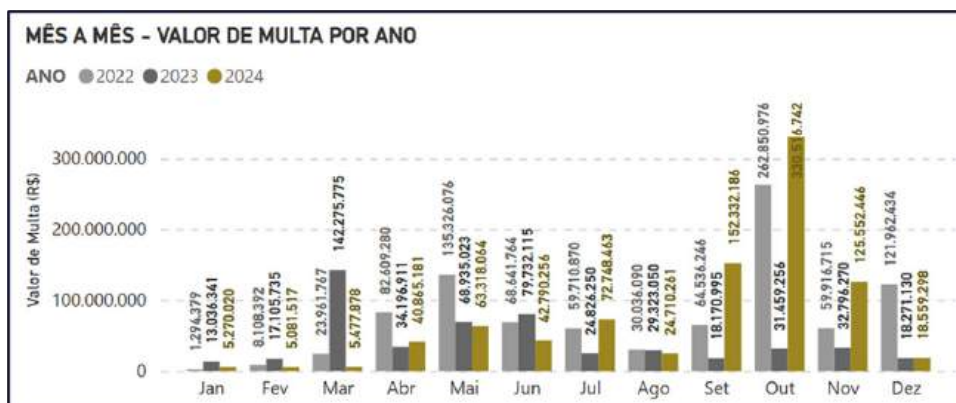


Gráfico 4 – Multas aplicadas pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Os gráficos 5 a 11 mostram os seguintes indicadores relacionados a Termos de Destinação das ações fiscalizatórias do ICMBio entre janeiro e dezembro dos anos 2022 a 2024: Itens destruídos (Gráfico 5), Valor dos itens destruídos (Gráfico 6), Itens doados (Gráfico 7), Entrega de animais silvestres (Gráfico 8), Soltura de animais silvestres (Gráfico 9), Termos de Depósito (Gráfico 10) e Controle de Bens e Apreensão (Gráfico 11). Em 2024, foram destruídos 735 itens, em 2023 foram 904 itens (redução de 19% entre 2023 e 2024), e em 2022 tivemos 454 itens destruídos.

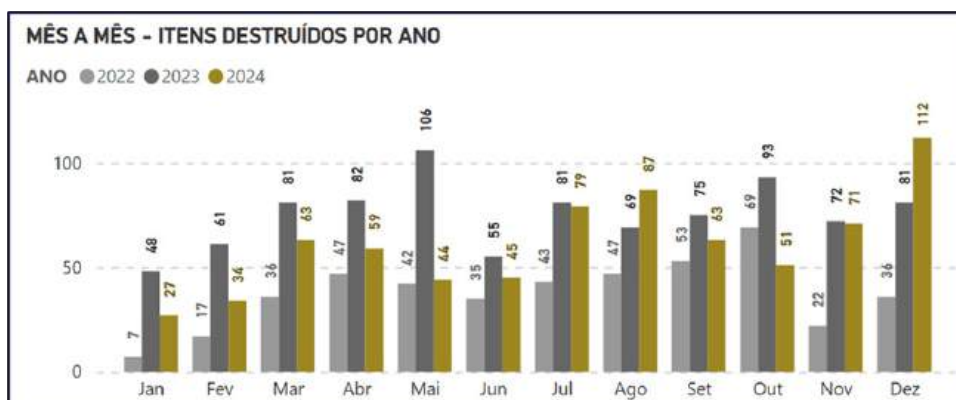


Gráfico 5 – Itens destruídos pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Em 2024, o valor acumulado dos itens destruídos foi R\$ 27.649.256,00, enquanto em 2023 foi R\$ 11.810.938,00 (aumento de 134%). Em 2022, registrou-se R\$ 26.725.866,00.

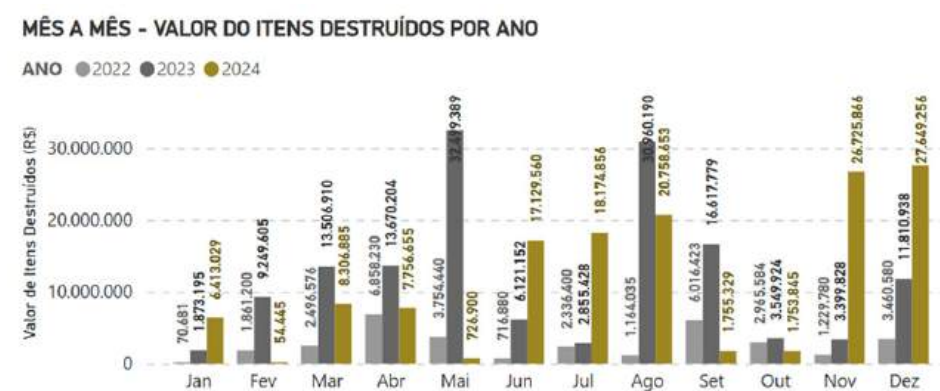


Gráfico 6 – Valor dos itens destruídos pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Em 2024, foram 99 itens doados, enquanto 2023 registrou 117 doações (redução de 15% no comparativo entre 2023 e 2024) e 2022 teve 66.

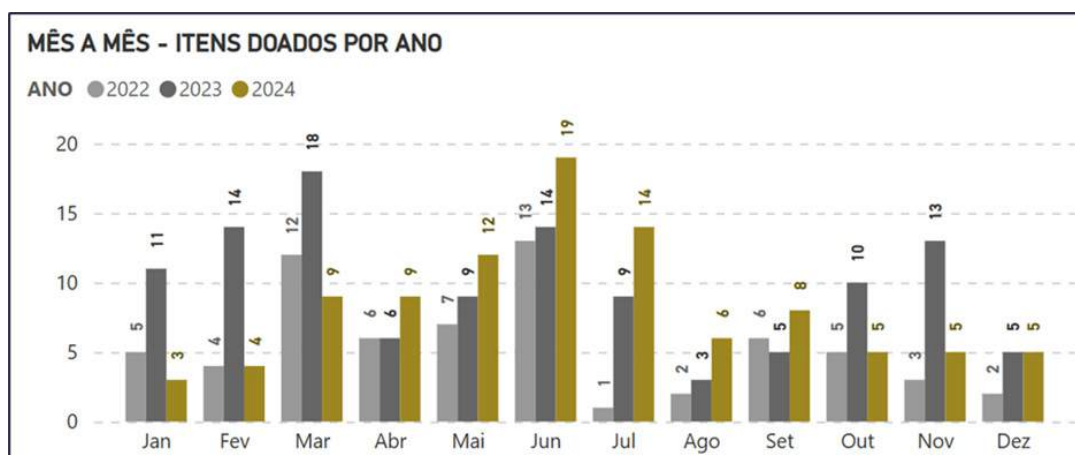


Gráfico 7 – Itens doados pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Em 2024, foram 16 animais silvestres entregues, enquanto 2023 teve 31 animais silvestre entregues (redução de 48% no comparativo). Em 2022, foram 23.

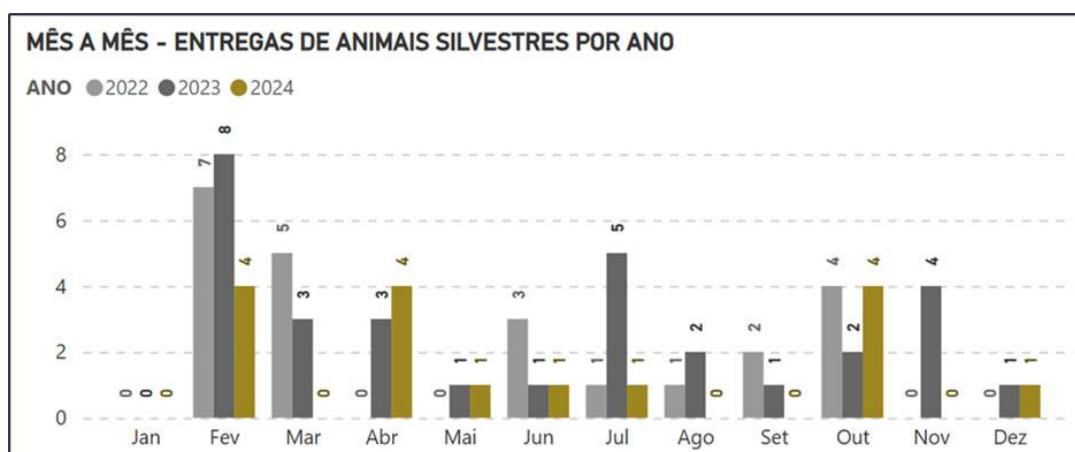


Gráfico 8 – Entregas de animais pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Em 2024, tivemos 175 solturas de animais, em 2023 foram 204 (redução de 14% no comparativo). Em 2022 foram 144 solturas.

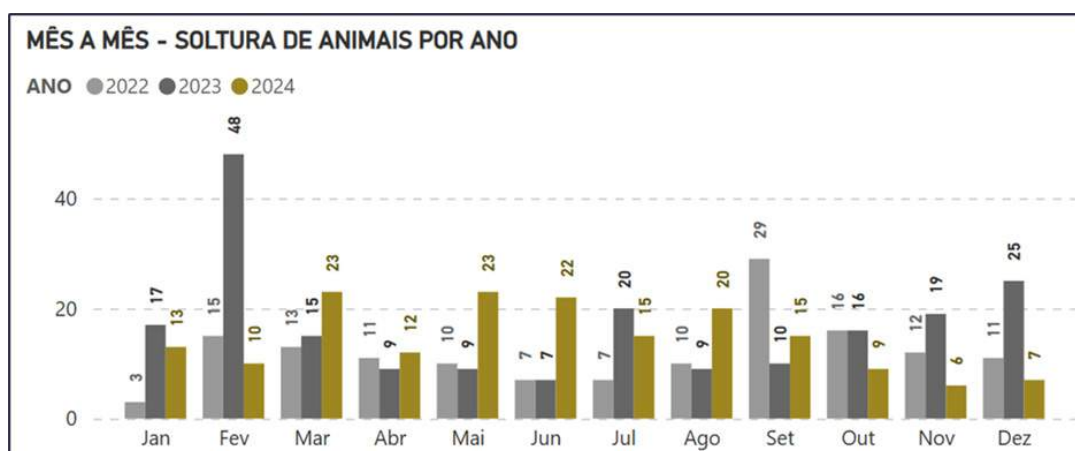


Gráfico 9 – Soltura de animais pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Em 2024, o ICMBio registrou 356 termos de depósito, com um aumento de 3% em relação a 2023 (344 termos). Em 2022, o quantitativo de termos de depósito foi 218.

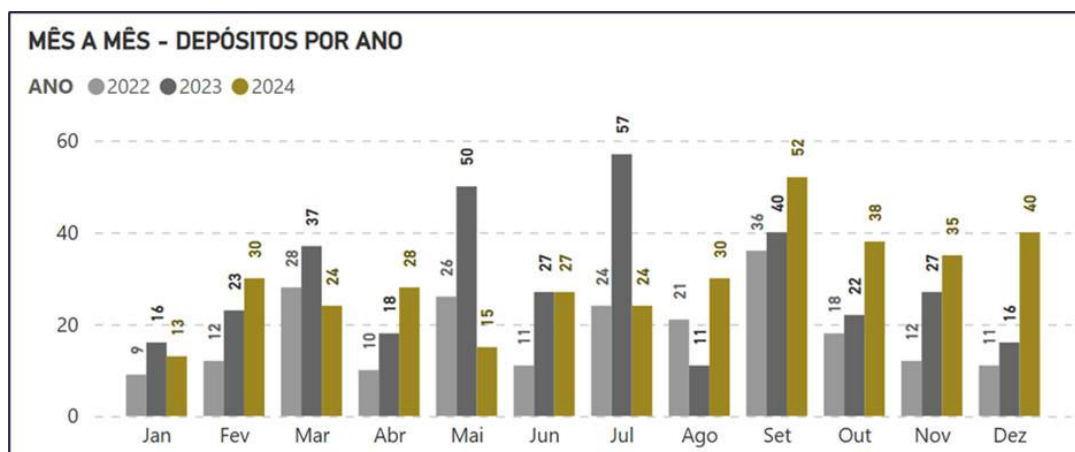


Gráfico 10 – Termos de Depósito lavrados pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

Em 2024, o ICMBio registrou 438 Controles de Bens e Apreensão (CBA), enquanto em 2023 foram 613 (redução de 29%). Já em 2022, o número de CBA emitidos foi 391.

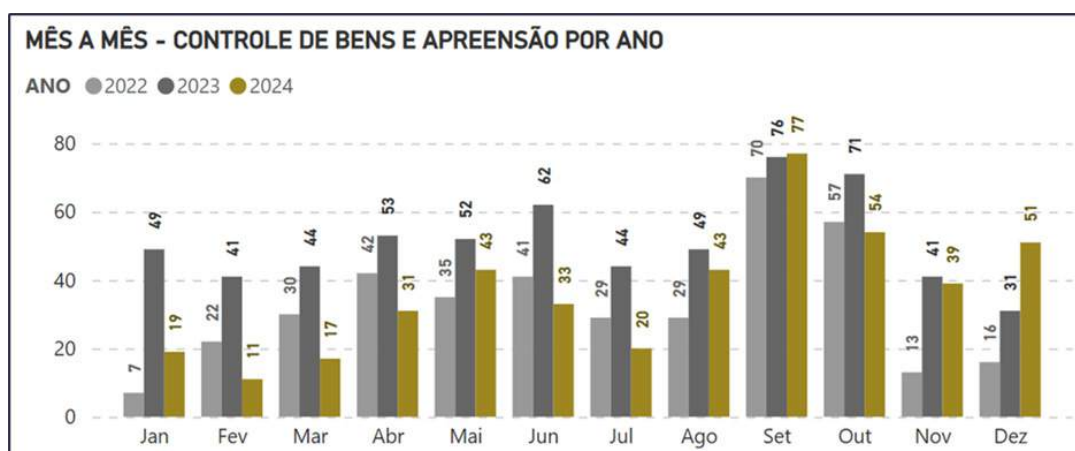


Gráfico 11 – Controle de Bens e Apreensão pelo ICMBio de janeiro a dezembro 2022 a 2024

4. Nº de autos de infração julgados

Em 2024, até o mês de novembro (dado parcial), foram julgados 2.398 autos de infração, indicando uma redução de 14,7% em relação ao quantitativo total julgado em 2023. A meta pactuada é um aumento de 10% ao ano do número de autos julgados, e cabe destacar que a equipe reduzida e a mobilização/greve de servidores até agosto são um dos principais fatores que afetaram a taxa de julgamento de autos de infração.

5. Conclusão e encaminhamento dos processos da Fase de Conciliação Ambiental

Em 2024, foram realizadas 408 audiências de conciliação ambientais, havendo ainda 51 processos a serem triados para conciliação ambiental.

6. Realização de Curso de Julgamento em 1ª e 2ª Instâncias

Objetivando aumento da efetividade do processo sancionador foram capacitados 21 servidores de forma presencial no Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio) no período de 18/09/2024 a 25/09/2024. Espera-se que os servidores capacitados se comprometam juntamente com sua chefia imediata a atuar na temática de instrução e julgamento de autos de infração.

7. Ampliação do Programa de Brigadas Federais e Formação de Brigadistas

Em 2024, foram contratados pouco mais de 1.100 brigadistas, e a temporada crítica de ocorrência de incêndios se iniciou com 850 brigadistas contratados. A restrição orçamentária impactou o processo de contratação de brigadistas, haja vista a necessidade de realização de processo de capacitação e seleção. A meta pre-

vista para 2024 era 1.500 brigadistas, para 2025, 2026 e 2027 a meta de contratação ficou em 1600, 1700 e 1800, respectivamente.

Em 2024, foram formados 535 brigadistas. No primeiro semestre, dos 60 Cursos previstos, só foi realizado 1 Curso de Formação e Seleção de Brigadistas, com 35 formados. No segundo semestre, de forma atrasada foram realizados 15 Cursos, com 500 brigadistas formados. Nesse tópico fica latente a importância da disponibilização do recurso orçamentário no tempo correto, além da necessidade de formação de mais instrutores. As metas de formação de brigadistas florestais para 2024, 2025, 2026 e 2027 são: 2.250, 2.500, 2.750 e 3.000, respectivamente.

8. Elaboração e Revisão de Planos de Manejo Integrado do Fogo

Das Unidades de Conservação Federais que possuem brigadas contratadas, 55% tiveram Plano de Manejo Integrado do Fogo aprovados. A disponibilização orçamentária que deve ser disponibilizada no tempo correto (primeiro semestre) é primordial para a execução das atividades, considerando as particularidades do fogo, visto que no segundo semestre é o período para ações de combate ao fogo.

9. Área Manejada com Fogo nas UCFs

Em 2024, foram manejados aproximadamente 300 mil hectares (queimas prescritas, aceiros, queimas controladas, queimas por indígenas isolados). A meta prevista para 2024 era 350.000 hectares manejados. Dentre os fatores que contribuíram para uma meta abaixo da esperada tem-se: reduzido número de brigadistas, seca antecipada e orçamento não disponível no período solicitado (primeiro semestre). Para 2025, 2026 e 2027 as metas de área manejada com fogo no interior das UCFs são: 380.000 hectares, 390.000 hectares e 400.000 hectares, respectivamente.

10. Disponibilização de aeronaves de asa fixa e rotativa para o apoio às UCFs (fiscalização e fogo)

Para as aeronaves de asa fixa, tem-se a efetivação de um novo contrato com air tractor, e para as aeronaves de asa rotativa tem-se a disponibilização de um contrato com a empresa Helimarte (Contrato 57/2024) para apoiar as ações de proteção ambiental e combate a incêndios. Em 2024 foram utilizadas 675,37 horas de voo do Contrato 57/2024, restando um saldo de horas de 1.424,23 h até o término do contrato em setembro/2025.

11. Mapeamento de cicatrizes de queimadas nas UCFs

Lançamento do Vellozia (Sistema de Monitoramento de Áreas Atingidas por Fogo). Produto acessado pelo link: <https://dgeo.maps.arcgis.com/apps/dashboards/e1869c40483e4fa79be884b20ccd6673>

12. Gestão dos dados do desmatamento e dos resultados das ações de fiscalização nas UCFs

Atualização mensal em alertas dos painéis BI dos dados de desmatamento e dos resultados das ações de fiscalização. Acessos pelo link: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOTQ5YTgyNWYtYmY0MS00MjEzLTlmN2QzMtMkxNGI1ZjRiNzc4IiwidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmMtNDNiZC1hZDIjLTQwOGNmNmNmMzU2MCJ9> e <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZGQ3NzA1NWItM2EzMi00MzRiLTU2MDVhZGUtMDVmNGY4Nzg-zNzE5IiwidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmMtNDNiZC1hZDIjLTQwOGNmNmNmMzU2MCJ9>.

Lançamento do GERADE (Gerenciamento de Alertas e Respostas do Desmatamento) para disponibilização dos alertas com laudos de desmatamento enviados pelo Mapbiomas, acompanhamento das ações de fiscalização e geração do índice de apuração, por meio do cruzamento dos dados de desmatamento com as áreas embargadas pelo ICMBio. Produto acessado pelo link: <https://dgeo.maps.arcgis.com/apps/dashboards/3a-4ada9eb5b246339eb1246499299192>

13. Apresentação de Normativas na área de Inteligência

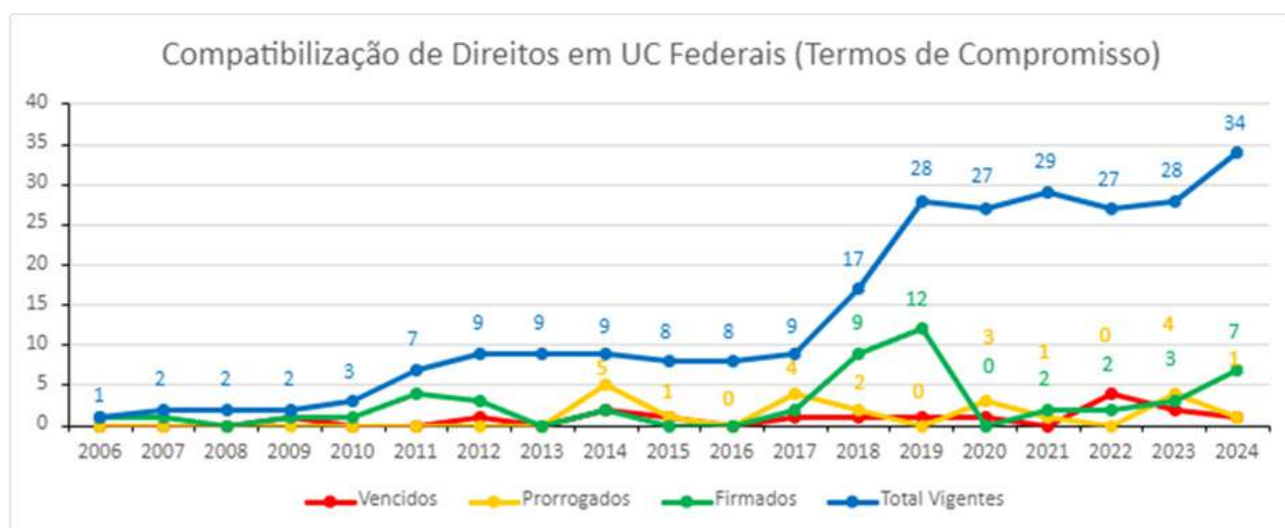
Apresentação de minutas para a Doutrina de Atividade de Inteligência Ambiental e para o Regulamento Interno da Atividade de Inteligência.

TERMOS DE COMPROMISSO – INSTRUMENTO DE GESTÃO

O Termo de Compromisso (TC) é o principal instrumento de gestão socioambiental utilizado para compatibilizar direitos em situações em que se constata a existência de sobreposições territoriais entre Unidades de Conservação (UC) de proteção integral e territórios de Povos e Comunidades Tradicionais. A sua elaboração se dá com ampla participação das comunidades envolvidas e envolve o reconhecimento, o respeito e a valorização dos sistemas de organização e de representação desses grupos sociais. Com isso, objetiva-se a garantia dos direitos e da reprodução material e cultural relacionada ao modo de vida tradicional, sem que sejam comprometidos os objetivos de conservação da unidade de conservação, ao mesmo tempo em que possibilita maior viabilidade de gestão da área protegida.

Os procedimentos relacionados à compatibilização de direitos têm recebido cada vez mais atenção enquanto instrumentos de gestão de áreas protegidas. Não à toa, tem sido considerado como meta nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da gestão dessas áreas, tais como nos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas nos biomas brasileiros.

Ao longo dos anos, o ICMBio tem firmado vários termos de compromisso com diferentes segmentos tradicionais. No ano de 2024 foi prorrogado um termo de compromisso firmado em 2018 e celebrados seis novos instrumentos de compatibilização de direitos. Vencidas as fases de elaboração e celebração desse instrumento, inicia-se a sua implementação e o monitoramento das ações pactuadas, seguido da avaliação participativa de seus efeitos.



Progressão do número de acordos de compatibilização de direitos celebrados com povos e comunidades tradicionais desde 2006, quando o primeiro acordo deste tipo foi firmado.

CONSELHOS GESTORES

Os Conselhos Gestores constituem-se em fóruns de excelência para promover o diálogo permanente com a sociedade e construir com as comunidades e demais atores locais as soluções para os desafios a serem enfrentados pela gestão das Unidades de Conservação.

Os Conselhos atuam em colaboração com o órgão gestor no alcance dos objetivos de criação das Unidades de Conservação e possuem diversas competências, dadas pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamentou artigos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e, posteriormente, detalhadas pela Instrução Normativa (IN) nº 09/2014, dentre as quais vale destacar: atuar pela conservação da biodiversidade e para o alcance dos objetivos da Unidade de Conservação; conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da Unidade de Conservação - UC, promovendo ampla discussão sobre seu papel e a efetividade de sua gestão; identificar os problemas e conflitos e propor formas para sua gestão; identi-

ficar as potencialidades da Unidade de Conservação e propor iniciativas que as fortaleçam; compatibilizar os interesses dos diversos setores relacionados com a Unidade de Conservação - UC; buscar a integração da Unidade Conservação com o contexto local e regional no qual está inserida; manifestar-se sobre assuntos que afetam a Unidade e seu território de influência; demandar e propor, aos órgãos competentes, ações e políticas que promovam a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental da Unidade de Conservação e seu território de influência; definir os mecanismos de tomada de decisão para a participação efetiva dos diferentes setores representados no Conselho; participar da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos instrumentos de gestão da Unidade de Conservação.

Atualmente, 304 unidades de conservação federais possuem conselhos gestores instituídos, o que corresponde a mais de 90% do total. Além disso, temos conhecimento de que 15 Unidades de Conservação já iniciaram processos de formação de seus conselhos.

Em 2024, o ICMBio seguiu empreendendo esforços para a adequada criação, modificação e implementação dessas instâncias colegiadas de gestão das Unidades de Conservação. Os principais números alcançados neste ano, são:

- **90% das Unidades de Conservação possuem Conselhos Gestores instituídos;**
- **6 Unidades de Conservação tiveram seus Conselhos Gestores criados:**

Unidade de Conservação	Portaria de criação	Gerência Regional - GR
Parque Nacional do Catimbau	1.248	GR-2
Estação Ecológica do Castanhão	2.636	GR-2
Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo	3.352	GR-2
Monumento Natural do Arquipélago de São Pedro e São Paulo	3.352	GR-2
Reserva Extrativista da Baía do Tubarã	3.775	GR-2
Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi	4.440	GR-1

15 Unidades de Conservação realizaram modificação na composição de seus Conselhos por meio de portarias das Gerências Regionais. São elas: Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto, Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João - Mico-Leão-Dourado, Área de Proteção Ambiental (APA) de Cananéia-Iguapé-Peruíbe, Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Matão de Cosmópolis, Floresta Nacional (FLONA) de Brasília, Floresta Nacional (FLONA) do Iquiri, Floresta Nacional (FLONA) de Saracá-Taquera, Floresta Nacional (FLONA) de Ipanema, Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina, Reserva Extrativista (RESEX) Mandira, Reserva Extrativista (RESEX) do Médio Purús, Reserva Biológica (REBIO) do Rio Trombetas, Reserva Biológica (REBIO) de Poço das Antas, Reserva Biológica (REBIO) União, Reserva Biológica (REBIO) do Uatumã.

- **41 Unidades de Conservação homologaram** o quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas de cada setor que compõem os seus respectivos Conselhos Gestores. São elas: Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto, Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João - Mico-Leão-Dourado, Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis, Área de Proteção Ambiental (APA) de Cananéia-Iguapé-Peruíbe, Área de Proteção Ambiental (APA) Serra da Ibiapaba, Estação

Ecológica (ESEC) de Cuniã, Floresta Nacional (FLONA) de Brasília, Floresta Nacional (FLONA) de Ipanema, Floresta Nacional (FLONA) de Jacundá, Floresta Nacional (FLONA) de Pacotuba, Floresta Nacional (FLONA) de Paraopeba, Floresta Nacional (FLONA) de Saracá-Taquera, Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bodoquena, Parque Nacional (PARNA) da Serra da Capivara, Parque Nacional (PARNA) de Sete Cidades, Parque Nacional (PARNA) do Catimbau, Parque Nacional (PARNA) do Iguaçu, Parque Nacional (PARNA) do Monte Roraima, Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina, Parque Nacional (PARNA) Grande Sertão Veredas, REBIO do Rio Trombetas, REBIO do Uatumã, Reserva Biológica (REBIO) de Poço das Antas, Reserva Biológica (REBIO) União, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba, Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã, Reserva Extrativista (RESEX) Lago do Cuniã, Reserva Extrativista (RESEX) Mandira, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Soure, Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho do Anfrísio, Floresta Nacional (FLONA) do Jamaxim, Reserva Extrativista (RESEX) Rio Iriri, Parque Nacional (PARNA) do Juruaena, Reserva Extrativista (RESEX) do Médio Purús, Floresta Nacional (FLONA) do Iquiri, Reserva Extrativista (RESEX) Ituxí, Reserva Extrativista (RESEX) Rio Xingu, Parque Nacional (PARNA) da Serra do Gandarela, Área de Proteção Ambiental (APA) do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Monumento Natural (MONA) do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Reserva Extrativista (RESEX) da Baía do Tubarão.

- Aproximadamente 67% do total das Unidades de Conservação federais possui Conselhos Gestores ativos*

Importante registrar que no ano de 2024, empreendemos uma iniciativa estruturante que visa **consolidar ferramenta de monitoramento e avaliação da efetividade dos Conselhos Gestores**. Neste sentido, logrou-se garantir recursos do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Amazon Sustainable Landscapes - ASL) para contratação de consultoria pessoa jurídica com o objetivo de avaliar e aplicar os Protocolos de Avaliação e Monitoramento da Efetividade dos Conselhos Gestores em um conjunto de Unidades de Conservação pré-selecionadas e elaborar propostas de aperfeiçoamento aos referidos Protocolos, bem como a seu Guia de Aplicação. No momento, estamos em fase final de seleção da empresa a ser contratada para execução da consultoria, conforme testemunha o processo SEI nº 02070.012641/2024-94.

Por fim, menciona-se o atingimento da meta do Plano Plurianual – PPA 2024-2027 – Ano base 2024, cuja entrega (1172) referia-se a ampliar as UC federais com conselhos gestores ativos para ampliar a efetividade e a qualificação da participação social na gestão. O resultado esperado para 2024 era de 45% de conselhos ativos, sendo que a apuração realizada pela Coordenação de Promoção da Participação Social - COPAR apontou que, pelo menos 226 Unidades de Conservação, realizaram ao menos uma reunião de seus Conselhos entre 2023 e 2024, o que totaliza o percentual de **67% de conselhos ativos**. Registramos, entretanto, que este número ainda não está consolidado, podendo oscilar para cima. Isso se deve ao fato de não termos os dados consolidados para o ano de 2024, uma vez que nos servimos dos dados consolidados pelo ciclo Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGE para cada ano. Desta forma, para o ano de 2024 utilizamo-nos neste momento de dados disponíveis na própria Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM, referentes ao apoio à realização de reuniões de Conselho com recursos orçamentários, faltando ainda informações a respeito de reuniões de Conselho custeadas com recursos de projetos especiais e compensação ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 2024 houve a retomada de um conjunto de ações estruturantes de educação ambiental, em especial as que não necessitaram de recursos de origem orçamentária.

Sobre os Projetos Políticos Pedagógicos orientados pela Educação Ambiental (PPPEA):

Projeto Político Pedagógico Mediado pela Educação Ambiental – PPPEA NGI Curitiba/Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Guaratuba: Concluído e em implementação;

Projeto Político Pedagógico Mediado pela Educação Ambiental – PPPEA Parque Nacional (PARNA) Iguaçu: Concluído e em implementação;

Projeto Político Pedagógico Mediado pela Educação Ambiental – PPPEA Núcleo de Gestão integrado (NGI) Carajás: Concluído e em implementação;

Apoio à elaboração e eventos de lançamento do livro “Desafios do Gerenciamento de Projetos Socioambientais no Âmbito da Gestão Ambiental Pública”, MARQUES, Jamile.; MACEDO, André. (Organizadores), com Coautoria de membros da DGPAP e equipe CGSAM Ampliada, destacando Capítulo sobre a Elaboração do PPPEA Carajás.

Realização do evento ENCONTRO DA BOA PROSA: Diálogos sobre Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública.

Planejamento do 2º Curso de Gestão Socioambiental Territorial – Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, com foco na elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos orientados pela Educação Ambiental (PPPEA)

Publicação da Cartilha do Projeto Político Pedagógico da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau.

Elaboração de proposta de procedimentos de formalização dos Projetos Políticos Pedagógicos orientados pela Educação Ambiental (PPPEA).

Outras ações estruturantes de Educação Ambiental:

Revisão da proposta da área temática de Educação Ambiental no Programa de Voluntariado do ICMBio.

Apoio à realização e participação no Seminário de Gestão Socioambiental da Gerência Regional - GR 01.

Apoio à realização do Seminário de Gestão Socioambiental da Gerência Regional - GR 04.

Orientações de ações de educação ambiental em Acordos de Cooperação Técnica com diferentes instituições parceiras

Participação e orientação da temática de educação ambiental e gestão socioambiental no 2º Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade, voltado à capacitação de novos servidores do ICMBio.

Elaboração de proposta e revisão de contribuições para estrutura institucional e competências da Educação Ambiental no ICMBio.

Avaliação das propostas de uso de recursos da compensação ambiental para educação ambiental

Elaboração de proposta de orientação da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM para preenchimento do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGE em 2024.

Apoio à organização da V Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Elaborar proposta de ações de Educação Ambiental para o Programa ProManguezal.

Elaborar um glossário de instrumentos da Educação Ambiental (PPPEA, Plano, Programa, Projeto).

Elaboração e apresentação de material audiovisual para curso EaD de Educação Ambiental do IBAMA.

Participação do Grupo de Trabalho de execução do Acordo de Cooperação Técnica para aprimoramento e implementação da Plataforma de Territórios Tradicionais.

Apoio à organização e realização do Curso-Oficina aplicado à Gestão da Sociobiodiversidade, relativo à Plataforma de Territórios Tradicionais.

Atuação com outros processos, para inserção de educação ambiental e relacionados a gestão participativa, como no caso da Construção dos Termos de Compromisso com povos e comunidades tradicionais em áreas de unidades de conservação

Incorporação da agenda da Escola das Marés, com vistas apoio as articulações das Base (Comissão Nacional de Fortalecimento - CONFREM e outras) para acesso ao programa da Capes de capacitação na modalidade EAD, via Universidade Aberta do Brasil (UAB), para cursos de Graduação e Pós-graduação a ser ofertando para o público de unidades de conservação, com ênfase as populações tradicionais. Foram realizadas oficinas/Seminários nos três principais polos:

Oficina em Salvador em articulação com a Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e UEB, contando com participação da Comissão Nacional de Fortalecimento -

CONFREM, Unidades de Conservação, e outros parceiros locais

Visita Técnica no Ceará para articulação junto a Universidade Estadual do Ceará - UECE, Gestores e Lideranças das Reservas Extrativistas Federais e outros parceiros, articulação e visita aos Polos da Universidade Aberta do Brasil - UAB e Unidades de Conservação.

Seminário em São Luiz, para definir a bases do PPC a serem oferecidos pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, participação de gestores e lideranças das Unidades de Conservação litorâneas Federais do Maranhão, Piauí e Ceará. Presença de outros parceiros e movimentos sociais.

Realização do Seminário Nacional da Escola das Marés, com representantes das lideranças dos movimentos sociais (Comissão Nacional de Fortalecimento - CONFREM, outros), gestores e comunitários das Unidades de conservação, Professores das Universidades ofertantes dos cursos da Universidade Aberta do Brasil - UAB e setores governamentais de competência e responsabilidade com a agenda de apoio a educação e desenvolvimento social junto as populações tradicionais.

Participação na Campanha Junho Verde:

Articulação junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para o desenvolvimento e divulgação da Campanha Junho Verde (Lei 9795/1999).

Elaboração de formulário online para coleta de informações sobre atividades das unidades descentralizadas do ICMBio relativas à Campanha Junho Verde.

As unidades de conservação têm usado cada vez mais a educação ambiental como parte dos instrumentos de gestão, envolvendo cada vez mais atores do território para participação dos processos de gestão e da qualificação desses atores para atuarem de forma a buscar a melhoria das condições de vida e cidadania, ampliando as possibilidades de atuação destes na conservação dos ambientes naturais de seus territórios. O Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGE traz um retrato de possibilidades e percepção da gestão quanto a Educação Ambiental nos processos de gestão, embora não sejam reportados a Sede, seja pela falta de instrumentos ou sistemas de informação, seja pela falta de pessoal para dar o devido tratamento ao tema.

De acordo com o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGE, em 2024, o ICMBio realizou 277 ações de Educação Ambiental em 220 unidades de conservação. Dessas ações:

87 ações se referem à Planos ou Programas de Educação Ambiental;

11 ações se referem aos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades de Conservação - PPPEA;

179 se referem a implementar ações de Educação Ambiental.

VOLUNTARIADO

O Programa Voluntariado foi instituído pelo ICMBio como mecanismo voltado a valorizar o engajamento e a colaboração de cidadãos em diversas atividades inerentes às unidades de conservação e aos centros de pesquisa. Por meio dele, os voluntários recebem suporte para o desenvolvimento das distintas iniciativas. São realizadas capacitações, atividades de campo e a aproximação entre os servidores das áreas e as pessoas que disponibilizam seu tempo e suas habilidades para apoiar a conservação ambiental. Almeja-se o desenvolvimento ou fortalecimento de uma relação positiva com a natureza e com o ICMBio, contribuindo para a preservação do patrimônio ambiental.

A cada ano, o programa se reestrutura de modo a estar mais alinhado ao planejamento estratégico do ICMBio, contribuindo significativamente para o alcance dos diversos objetivos do Instituto. Assim, é executado em toda a estrutura do órgão, em diversas linhas temáticas e por diferentes perfis de gestores e de voluntários.

rios.

Ressalta-se que uma das premissas do Programa de Voluntariado do ICMBio é a compreensão de que o voluntário não substitui servidores, funções remuneradas e tampouco devem suprir uma eventual falta de recursos; o voluntariado no ICMBio, desenvolvido com planejamento e responsabilidade, deve beneficiar o próprio cidadão que o executa, o órgão, a unidade, os servidores, além de toda a sociedade.

Com essa estrutura, vem se constituindo como um instrumento relevante de interação entre a sociedade e as unidades de conservação, tendo como principais resultados:

- a ampliação do conhecimento da sociedade sobre a unidade de conservação e sua importância;
 - a melhora na relação com a comunidade do interior e entorno das Unidades de Conservação;
 - a contribuição no aprimoramento de habilidades dos voluntários;
 - o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento pela área protegida; e
 - a oxigenação da gestão institucional.
- No ano de 2024 os principais avanços alcançados pela Coordenação Nacional do Programa de Voluntariado foram:
- Migração do Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado para o ICMBio
 - Diagnóstico da adesão das Unidades aderidas ao Programa à utilização do Sistema de Gestão do Programa (processo 02070.014203/2024-61)
 - Revisão das áreas temáticas e atividades do voluntariado (02070.008176/2024-97), com a inclusão das áreas temáticas: a) criação e planejamento de Unidades de Conservação, b) Emergências climáticas e epizootias, e c) Gestão da informação
 - Elaboração e lançamento de [painel dinâmico sobre o voluntariado](#)
 - Realização de Oficina para revisão do planejamento estratégico do Programa (02070.013941/2024-91) com a priorização de objetivos para o ano de 2025, a saber: (1) Ter parceiros para uma longa jornada; (2) Tornar o Sistema de Gestão amigável.

Atualmente, o principal desafio do Programa de Voluntariado do ICMBio está em ampliar a capacidade de receber os voluntários com aumento de vagas, de forma a absorver a demanda de pessoas que têm interesse em ser voluntárias no âmbito do Instituto.

INDICADOR ESTRATÉGICO: NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PELO PROGRAMA VOLUNTARIADO PARA ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS NO PERÍODO.	
Meta 2024*	
Previsto	Realizado
3.000	4.031

* Meta definida em conformidade com a estimativa do ciclo avaliativo 2024-2025 referente às metas institucionais globais do ICMBio (Sei:18854957). Conquanto, o dado realizado se refere às vagas ofertadas em 2024 de acordo com o Painel Dinâmico do Voluntariado.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS

1. Instrumentos para promoção de direitos e povos e comunidades tradicionais em UC

No que se refere à agenda temática de promoção de direitos de povos e comunidades tradicionais em unidades de conservação federais, destacamos os esforços que podem ser referenciados a partir do seguinte indicador:

INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DE USO DE RECURSOS NATURAIS E PARA O RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS VIABILIZADOS NO ANO REFERÊNCIA.	
02070.000185/2025-11; DOCUMENTOS SEI Nº 20780892 E Nº 20780897	
Esperado em 2024	Realizado em 2024
17	22

Entre as atividades produtivas que cujo desenvolvimento se tornou possível, em bases social, econômica e ambientalmente sustentáveis, destaca-se o manejo florestal comunitário. Para tanto, em 2024 foram emitidas e/ou renovadas 09 autorizações de exploração de produção florestal. As autorizações se dão em favor de empreendimentos florestais comunitários que desenvolvem o manejo florestal comunitário, nos termos da Instrução Normativa ICMBio nº 05/2022.

As novas autorizações para o manejo florestal comunitário em unidades de conservação federais totalizaram 5.105, 95 hectares sob uso sustentável com fins madeireiros; e um volume estimado da produção comunitária de 111.134 metros cúbicos de madeira em tora. A renovação das autorizações totalizou mais 4.316,82 hectares com possibilidade de manejo florestal sustentável comunitário.

2. Fomento a atividades produtivas sustentáveis e a arranjos produtivos e comerciais

a) Manejo florestal comunitário

Para além da atuação de caráter autorizativo, destaca-se, também, o fomento ao manejo florestal comunitário, esforço que tem promovido resultados relevantes. A título de ilustração, destaca-se a estruturação de movelaria para ampliação da escala de produção/comercialização e para a agregação de valor à produção florestal na Floresta Nacional de Tapajós.

O ICMBio, além disso, atua em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA e com o Serviço Florestal Brasileiro - SFB para a estruturação dos esforços governamentais objetivando a adequada assistência técnica e extensão florestal e o fomento ao manejo florestal de uso múltiplo. Neste sentido, destaca-se os esforços que estão em curso para o relançamento do Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PMFC. Os esforços se dão partir da atuação de Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA com a publicação da Portaria GM/MMA Nº 1.019, de 21 de março de 2024.

b) Manejo do pirarucu

Outra cadeia produtiva sustentável cujo desenvolvimento o ICMBio tem buscado alavancar, com foco no estado do Amazonas, é a do manejo do pirarucu selvagem, atividade que, além de gerar renda e contribuir

para a segurança alimentar das comunidades locais envolvidas, contribui para a provisão de importantes serviços ambientais nas áreas de manejo. O manejo do pirarucu está sendo desenvolvido em seis (06) Reservas Extrativistas situadas no estado do Amazonas.

Destaca-se, ademais, que o ICMBio tem buscado fortalecer a atuação do Coletivo do Pirarucu, rede composta por manejadores e manejadoras de pirarucu de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de acordo de pesca, representados por lideranças e associações comunitárias das bacias dos rios Purus, Negro, Juruá e Solimões, instituições de apoio técnico e instituições de governo de diferentes instâncias.

c) Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater no âmbito programa Bolsa Verde

O Programa de apoio à conservação ambiental – Programa Bolsa Verde foi criado em 2011 e desativado em 2016, com a retirada de dotação orçamentária ao final daquele ano. Em sua nova versão (Decreto nº 11.635/2023), o Programa Bolsa Verde, que tem como um dos objetivos incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população que exerça atividades de conservação dos recursos naturais, e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional, tem a previsão de viabilizar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para famílias atendidas pelo programa.

A Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER deverá incentivar as atividades de conservação ambiental e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade, como o manejo florestal, pesca artesanal, agricultura familiar e turismo de base comunitária. Onze Unidades de Conservação Federais, sendo três continentais na Amazônia, nos estados do Pará e Amapá, e oito no litoral das regiões Norte e Nordeste, estão contempladas no Edital publicado no dia 14 de outubro.

O Edital trata da contratação de entidades para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER socioambiental para 13.350 famílias atendidas pelo Bolsa Verde, dentre elas 8.496 famílias em unidades de conservação, com o intuito de incentivar a inclusão socioprodutiva e a conservação ambiental do bioma Amazônia e Ecossistemas Costeiros e Marinhos, como instrumento para promoção do desenvolvimento rural sustentável nos territórios. O Edital foi publicado pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Bolsa Verde, conta com a participação ativa e estratégias de implementação, através da parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

d) Outras frentes de atuação

Destaca-se que, como parte de esforço mais amplo e estruturante, o ICMBio colabora com o MMA, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar -MDA e com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome -MDS, para a construção colaborativa do Plano Nacional da Sociobioeconomia. O Plano Nacional da Sociobioeconomia é um instrumento de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, instituída pelo Decreto 12.044, de 05 de junho de 2024, e objetiva

“promover as economias florestal e da sociobiodiversidade, a partir da identificação, da inovação e da valorização do seu potencial socioeconômico, ambiental e cultural, com a ampliação da participação nos mercados e na renda dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares”.

3. Parcerias governamentais e com a sociedade civil organizada para a promoção sociobioeconomia

Em 2024 foi celebrado Acordo de Cooperação celebrado entre o ICMBio e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. A cooperação técnica objetiva e fortalecer as condições de acesso às políticas de compras públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais em unidades de conservação federais. A intenção é ampliar a participação deste público em programas e políticas executadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, como a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodi-

versidade (PGPMBio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em especial nos territórios do Médio Solimões (AM), Marajó (PA), Terra do Meio (PA) e Alto Acre (AC), entre outros.

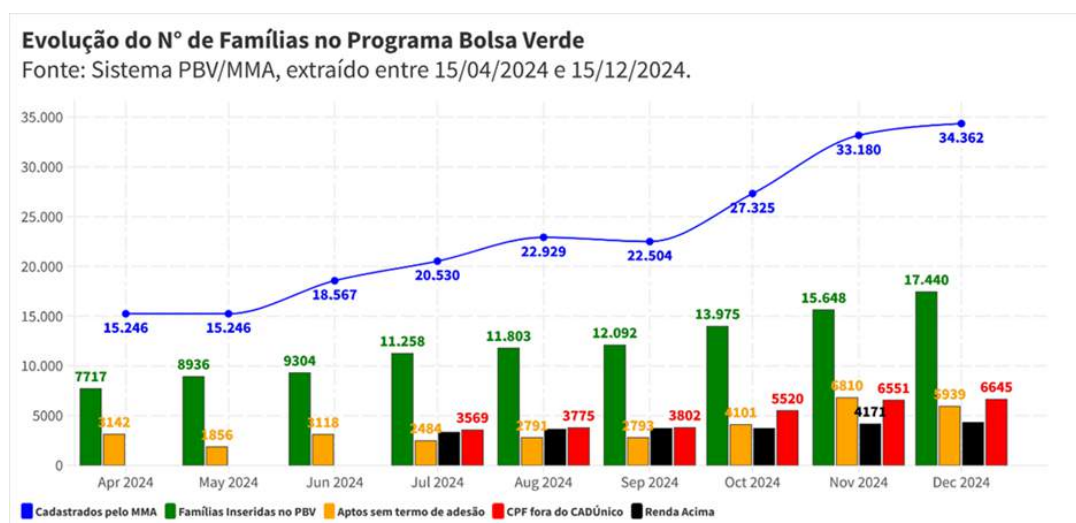
Objetivando o fortalecimento das economias da sociodiversidade em unidades de conservação federais, destaca-se o impulsionamento de socioeconomia a partir de parceria firmada entre o ICMBio e a ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Fundo Vale, selecionada no âmbito do Edital de Credenciamento nº 1/2023. A parceria foi formalizada partir do Acordo de Cooperação nº 25/2024 e se desdobra na colaboração técnica para a implementação de iniciativas de fortalecimento socioprodutivo em 14 unidades de conservação federais.

4. Programa Bolsa Verde e a ampliação do acesso de povos e comunidades tradicionais a políticas pública de inclusão social e produtiva

a) Pagamentos a famílias em reconhecimento e incentivo a contribuições pela conservação e uso sustentável

Em sua nova versão (Decreto nº 11.635/2023), o Bolsa Verde vai realizar pagamentos trimestrais de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros.

Os beneficiários se comprometem a cuidar da região onde vivem, a utilizar os recursos naturais de forma sustentável e a preservar a floresta, além de ajudar no trabalho de monitoramento e de proteção dessas áreas. Além dos pagamentos, as famílias poderão ser contempladas em ações de assistência técnica, extensão rural socioambiental, conservação ambiental e inclusão socioprodutiva.



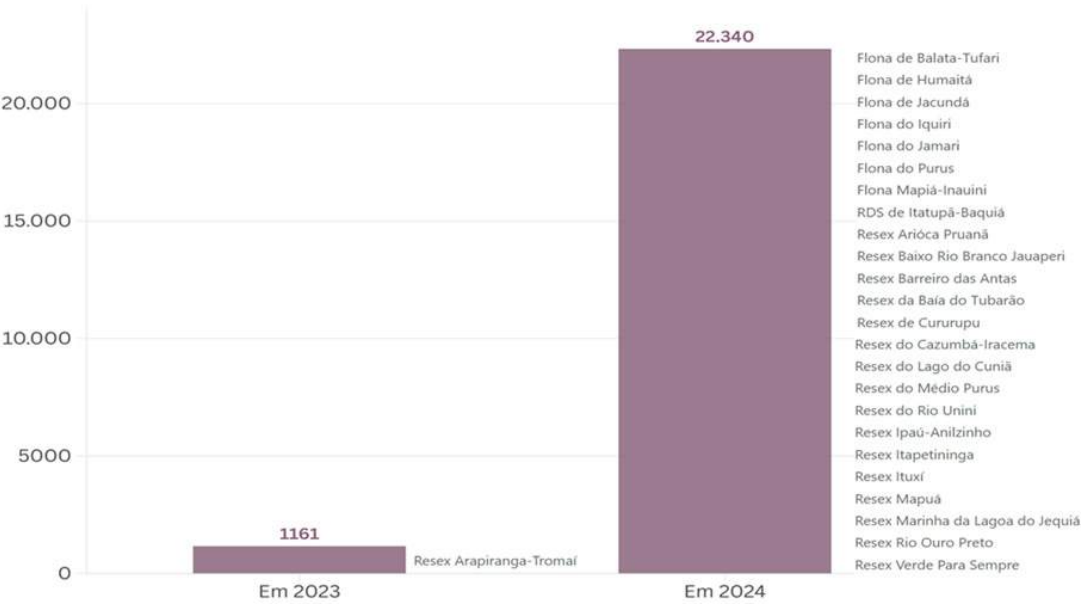
Conforme o gráfico acima, 34.362 famílias já foram cadastradas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e, dessas, **17.440 famílias já estão recebendo o benefício trimestral de R\$ 600,00**. O programa atualmente abrange **46 UCs** e tem demonstrado um crescimento expressivo desde seu relançamento em outubro de 2023.

b) Acesso de povos e comunidades tradicionais a diferentes políticas e programas de inclusão social e produtiva

Para alavancar o acesso não apenas aos benefícios do Programa Bolsa Verde, mas a outras políticas de inclusão social e produtiva em unidades de conservação federais, o Programa Bolsa Verde está impulsionando o reconhecimento, identificação e levantamento de informações sobre famílias em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, e a própria gestão destas informações. Para

tanto, foi celebrado Termo de Execução Descentralizada nº 04/2023, entre o ICMBio e a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável – SNPCT.

Nº de famílias levantadas nas Unidades



Em 2024, **24 Unidades de Conservação** receberam suporte para a realização do trabalho de campo, permitindo a coleta de informações das famílias por meio de formulários de entrevista disponibilizados em tablets. Durante esse período, um total de **22.340 famílias foram entrevistadas**, fortalecendo a base de dados para a articulação de políticas públicas e para a retomada do Programa Bolsa Verde.

Com essa iniciativa, espera-se aprimorar o reconhecimento e a inclusão das famílias tradicionais nas políticas públicas (educação, saúde, previdência social etc.), promovendo uma gestão mais eficiente das unidades de conservação, devida segurança institucional e condições de uma atuação mais efetiva na promoção de direitos de povos e comunidades tradicionais em unidades de conservação federais.

CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas - MMA

INDICADOR ESTRATÉGICO: UCS COM CONSOLIDAÇÃO DE LIMITES AMPLIADAS	
METAS 2024	
PRESVISTO	REALIZADO
15	31

A consolidação territorial é um processo essencial para garantir as condições necessárias para o manejo adequado das Unidades de Conservação, buscando, principalmente, a transferência dos imóveis inseridos nas UCs do domínio privado para o domínio público, mas envolvendo uma série de instrumentos e procedimentos, como desapropriação direta (administrativa ou judicial), desapropriação indireta, cessão de terras públicas e recebimento de imóveis em doação, bem como as ações de consolidação de limites, entre as quais, a demarcação e sinalização.

No quadriênio de 2024 a 2027, o ICMBio definiu “Unidades de Conservação com consolidação de limites ampliadas” e “Áreas com regularização fundiária nas unidades de conservação de domínio público ampliadas” como indicadores estratégicos do macroprocesso consolidação territorial.

No que se refere à Unidades de Conservação com consolidação de limites ampliada, o indicador reflete o quantitativo de Unidades de Conservação cujos limites foram verificados/refinados e demarcadas.

Tabela 1 – Unidades de Conservação com consolidação de limites ampliadas.

Nº	Unidade de Conservação - UC	Processo	Limites consolidados
1	Parque Nacional de Pacaás Novos	02070.012730/2017-10	Verificado
2	Parque Nacional do Descobrimento	02125.001214/2021-55	Verificado
3	Floresta Nacional do Jamari	02119.000305/2019-38	Verificado
4	Parque Nacional do Catimbau	02124.002330/2022-82	Verificado
5	Reserva Biológica Augusto Ruschi	02125.000118/2021-90	Verificado
6	Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe	02124.004350/2021-15	Verificado
7	Parque Nacional do Alto Cariri	02070.008374/2023-70	Verificado
8	Parque Nacional do Pico da Neblina	02120.002294/2023-78	Verificado
9	Reserva Extrativista Marinha Lagoa do Jequiá	02070.002961/2013-83	Verificado
10	Refúgio da Vida Silvestre Rio Frades	02125.001466/2022-65	Verificado
11	Estação Ecológica Carijós	02078.000027/2014-38	Verificado
12	Estação Ecológica de Aiuaba	02124.002301/2023-00	Verificado
13	Floresta Nacional de Negreiros	02124.001314/2024-34	Verificado
14	Floresta Nacional da Mata Grande	02129.000849/2024-48	Verificado
15	Parque Nacional Sempre-Vivas	02070.001233/2017-88	Verificado
16	Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado	02122.001971/2023-11	Verificado
17	Parque Nacional de Caparaó	02070.006877/2019-24	Verificado
18	Parque Nacional de Ilha Grande	02127.001598/2022-77	Verificado
19	Parque Nacional de Sete Cidades	02123.001764/2023-56	Verificado
20	Reserva Biológica de Guaribas	02124.000891/2019-41	Verificado
21	Reserva Extrativista Acaú-Goiana	02070.013563/2022-83	Verificado
22	Parque Nacional de Serra Geral	02023.003004/2005-20	Verificado
23	Reserva Extrativista Viriandeua	02070.005374/2024-07	Verificado
24	Reserva Extrativista Filhos do Manguê	02070.005370/2024-11	Verificado
25	Parque Nacional de Aparados da Serra	02070.003460/2020-43	Demarcado
26	Parque Nacional do Iguaçu	02070.002996/2012-31	Demarcado
27	Estação Ecológica do Rio Acre	02119.002365/2017-23	Demarcado
28	Floresta Nacional de Capão Bonito	02027.008042/1995-32	Demarcado
29	Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo	02150.000093/2012-26	Demarcado
30	Floresta Nacional de São Francisco de Paula	02070.002219/2014-59	Demarcado
31	Reserva Extrativista Auatí-Paraná	02070.004940/2019-98	Demarcado

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

INDICADOR ESTRATÉGICO: ÁREAS COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO AMPLIADAS.

METAS 2024	
PRESVISTO	REALIZADO
21%	34,92%

Os procedimentos para a desapropriação de imóveis estão estabelecidos na Instrução Normativa ICMBio nº 4/2020. Em 2024, essas ações foram realizadas predominantemente com recursos provenientes da compensação ambiental. Foram utilizados R\$ 138.503.897,66 (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos) para desapropriar 47.453,92 hectares, em 13 unidades de conservação.

Além disso, o ICMBio recebeu a doação de aproximadamente 39 imóveis, totalizando 5.412,06 hectares, por meio do instrumento de compensação de reserva legal. Complementarmente, outros 70 imóveis foram habilitados, abrangendo uma área de 108.523,78 hectares aptas para futura doação.

Dessa forma, em se tratando do indicador estratégico “Áreas com regularização fundiária em unidades de conservação de domínio público ampliadas”, a meta é cumulativa e reflete o percentual estabelecido para 2024, cujo valor previsto era de 21%, porém sendo realizado 34,92%, com a incorporação de 52.865,98 hectares ao patrimônio público e considerando ainda Concessões de Direito Real de Uso -CDRUS, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas sobrepostos a unidades de conservação federais de domínio público.



Palé Zuppani

Tabela 2. Quantitativo de área desapropriada e de doação recebidas no ano de 2024.

Unidade de Conservação - UC	Área desapropriada (ha)	Área recebida em doação (ha)
Estação Ecológica Mata Preta	20,38	-
Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins	32.534,85	-
Parque Nacional Araucárias	1.432,68	-
Parque Nacional Catimbau	3.200,00	-
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	6.393,29	-
Parque Nacional da Serra Geral	63,86	-
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	-	593,93
Parque Nacional Ilha Grande	-	59,66
Parque Nacional Serra da Bodoquena	-	777,94
Parque Nacional Serra da Canastra	2.993,86	418,33
Parque Nacional Serra do Gandarela	-	2,00
Parque Nacional de Itatiaia	21,1	64,99
Parque Nacional de Saint-Hilaire-Lange	245,47	4,32
Parque Nacional Restinga de Jurubatiba	34,98	-
Parque Nacional São Joaquim	60,56	-
Reserva Biológica Mata Escura	-	222,52
Reserva Biológica Una	452,75	-
Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande	-	2.762,77
Reserva Extrativista Rio Ouro Preto	-	505,60

Além dessas ações, o ICMBio tem promovido eventos e capacitações para fortalecer a regularização fundiária. Um exemplo importante foi a Oficina de Trabalho de Regularização Fundiária com foco em Ações Cíveis Públicas, que ocorreu de 26 a 30 de agosto de 2024, na Sede do Parque Nacional do Iguaçu.

Destaca-se ainda, o evento “Diálogos Socioambientais: Consolidação Territorial e Articulação de Políticas Públicas em Unidades de Conservação Federais”, promovido pelo ICMBio em 7 de outubro de 2024, no auditório do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima-MMA. Durante o seminário, foi lançado o plano Terras da Conservação da Natureza: Estratégia de Regularização Fundiária para Unidades de Conservação, que propõe uma abordagem robusta e transparente para a regularização das áreas protegidas de posse e domínio público, sendo uma das entregas prioritárias pactuadas no Acordo de Gestão nº 01/2024.

O plano Terras da Conservação da Natureza visa, entre outras ações, a definição de áreas prioritárias, a atualização das normas sobre regularização fundiária, a ampliação de parcerias, a melhoria na instrução de processos e a expansão de instrumentos alternativos para regularização. Além disso, prevê a capacitação do corpo técnico, a ampliação do quadro de servidores especializados, a contratação de serviços especializados

e a implementação de um sistema de gestão de dados fundiários. O objetivo final é fortalecer a gestão das unidades de conservação e garantir a eficácia da preservação ambiental.

CONSERVAÇÃO E O MANEJO ESPÉCIES

Objetivo Estratégico: Promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional

INDICADOR ESTRATÉGICO: NÚMERO DE ESPÉCIES AVALIADAS NO PERÍODO	
METAS 2024	
PRESVISTO	REALIZADO
1.500	1.335

A Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira, é o processo técnico científico que subsidia a atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), além de apoiar diversas outras Políticas Públicas voltadas à conservação. Este processo é conduzido pela Coordenação de Avaliação do Risco de Extinção de Espécies da Fauna (COFAU) e executado pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPC) do ICMBio. Dispomos ainda do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade – SALVE, desenvolvido pelo ICMBio, cujos objetivos centrais são organizar as informações da fauna avaliada; controlar e monitorar a execução do processo; e apoiar a divulgação de dados e informações sobre a nossa fauna para a sociedade brasileira.

Neste contexto, em 2024, o ICMBio dedicou-se à intensa revisão estrutural do Sistema SALVE, que resultou em melhor organização e extração das informações nas fichas das espécies, aprimoramento das ferramentas utilizadas para revisão e correção de informações pelos usuários e melhorias na interface pública do sistema para disponibilização das fichas e informações do processo de avaliação com melhor qualidade para o público externo.

lógica - CDB, em Cali (Colômbia).

Ao longo deste ano, além da revisão estrutural do sistema SALVE, foram avaliadas quanto ao risco de extinção, 1.335 espécies da fauna brasileira entre os grupos de invertebrados terrestres, quelônios e peixes continentais, mamíferos aquáticos e aves, em discussões ocorridas em 11 oficinas organizadas por oito Centros de Pesquisa do Instituto. A meta estipulada foi quase totalmente alcançada (89% realizada), de onde dois fatores preponderantes concorreram para o não cumprimento em sua totalidade: a mobilização dos servidores do ICMBio (com início em fevereiro) que culminou na greve (entre os meses de junho e agosto) e as restrições orçamentárias impostas ao órgão que causaram, respectivamente, atraso no cronograma proposto e inviabilização de algumas oficinas de avaliação, sobretudo no 2º semestre do ano.

Nesse contexto, também foram validados os resultados de avaliações anteriores e que ainda estavam pendentes de conclusão (90 espécies) e assim, foi preparado novo conjunto de dados para subsidiar o MMA na atualização da Lista Oficial de



Figura 1. Sumário Executivo da Avaliação do Risco de Extinção da Fauna Brasileira (2015-2023).

Fauna Ameaçada. Este pacote indica a inclusão de 222 espécies na referida Lista, assim como a retirada de outras 212 espécies. Foram ainda publicadas cerca de 2.500 fichas, que atualmente já somam mais de 9.800 disponíveis na interface pública do SALVE (<https://salve.icmbio.gov.br/>).

Por fim, em 2024, ainda foi realizada uma densa análise dos dados sobre as avaliações realizadas entre 2015-2023, em contraste aos resultados de 2009-2014. Desta análise robusta, foi concebido um extenso relatório técnico sobre o processo e um Sumário Executivo da Avaliação do Risco de Extinção da Fauna Brasileira (2015-2023) (Figura 1), que reúne os principais resultados do período e apresenta algumas análises centrais. Este último documento foi apresentado, em língua inglesa, na COP-16 da Convenção sobre Diversidade Bio

INDICADOR ESTRATÉGICO: PERCENTUAL DE ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO COM PLANOS DE AÇÃO NACIONAL – PAN	
METAS 2024	
PRESVISTO	REALIZADO
81%	81,5%

*Considerando as 1253 espécies da fauna ameaçadas de extinção conforme Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, e MMA Nº 354, de janeiro de 2023

CONTEXTUALIZAÇÃO E CENÁRIO ATUAL DOS PLANOS DE AÇÃO NACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - PANS

Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) são instrumentos de gestão e formulação de políticas públicas que definem objetivos e ações visando a conservação das espécies ameaçadas de extinção. Os PANs estabelecem de forma pactuada com a sociedade, medidas necessárias à reversão ou redução do risco de extinção a partir da identificação das principais ameaças que afetam as espécies e seus ambientes.

Atualmente, dentre as 1.253 espécies de fauna ameaçadas constantes na Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), 1.022 espécies estão contempladas em 43 PANs vigentes, o que representa 81,5% do total de espécies da fauna ameaçadas de extinção, entre as quais, uma categorizada como EW (Extinta na Natureza).

Em 2024, foram publicados nove ciclos novos de PANs (Alto Paraná, Tartarugas Marinhas - 3º ciclo, Aves Marinhas - 2º ciclo, Aves da Caatinga - 3º ciclo, Paraíba do Sul - 2º ciclo, Ariranha - 3º ciclo, Herpetofauna do Sudeste - 2º ciclo, Aves dos Campos Sulinos - 2º ciclo, Albatrozes e Petréis - 4º ciclo) e foram realizadas 18 oficinas de monitoria para acompanhamento dos planos, além de nove oficinas de avaliação final. A ampla rede de parceiros, composta por mais de 300 instituições, é fundamental na elaboração e na implementação de ações de conservação de espécies ameaçadas previstas nos PANs.

A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) realizou em 2024, uma chamada interna de implementação de ações dos PANs que aprovou 104 propostas de projetos dos Centros Nacionais de Pesquisa e de Unidades de Conservação do Instituto, das quais 70 foram iniciadas. O apoio de projetos externos, como GEF-Terrestre, GEF Pró-Espécies e GEFMar foi essencial para a implementação dessas ações.

Entre os importantes resultados dos PANs, destaca-se a pesquisa de percepção socioambiental realizada no âmbito do PAN Aves da Mata Atlântica em colaboração com parceiros. Além disso, articulações feitas por parceiros desse plano foram importantes para garantir recurso de compensação ambiental, essencial para a regularização da Estação Ecológica (ESEC) Murici, uma área estratégica para a conservação de diversas espécies ameaçadas de extinção, incluindo a choquinha-de-alagoas (*Myrmotherula snowi*).

Outro importante resultado decorrente dos PANs foi a criação do Refúgio da Vida Silvestre (RVS) Sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*), em junho de 2024, com mais de 15 mil hectares, intensamente impulsionada pela colaboração dos envolvidos no PAN Sauim-de-coleira. A criação da unidade contempla um significativo avanço para a conservação da espécie. Ainda no contexto de importância dos PANs, cabe registrar que os esforços do PAN Herpetofauna do Sudeste foram importantes para redescobrir a espécie de cágado-hogei *Ranacepha*

hoje no Rio Itapemirim.

Comunicação e divulgação dos PANs: Como estratégia de divulgação e transparência, pode-se destacar: a disponibilização dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, a atualização e disponibilização do PowerBI de PANs e a atualização contínua das páginas dos PANs no portal do ICMBio no ambiente gov.br. Além disso, os dados geoespaciais dos planos estão sendo padronizados e atualizados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

Por fim, cabe destacar a publicação do guia Planning and Management of National Action Plans for Threatened Species Conservation – the Brazilian Approach (Figura 2) elaborado esse ano e apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 16), realizada entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro de 2024, em Cali, Colômbia.

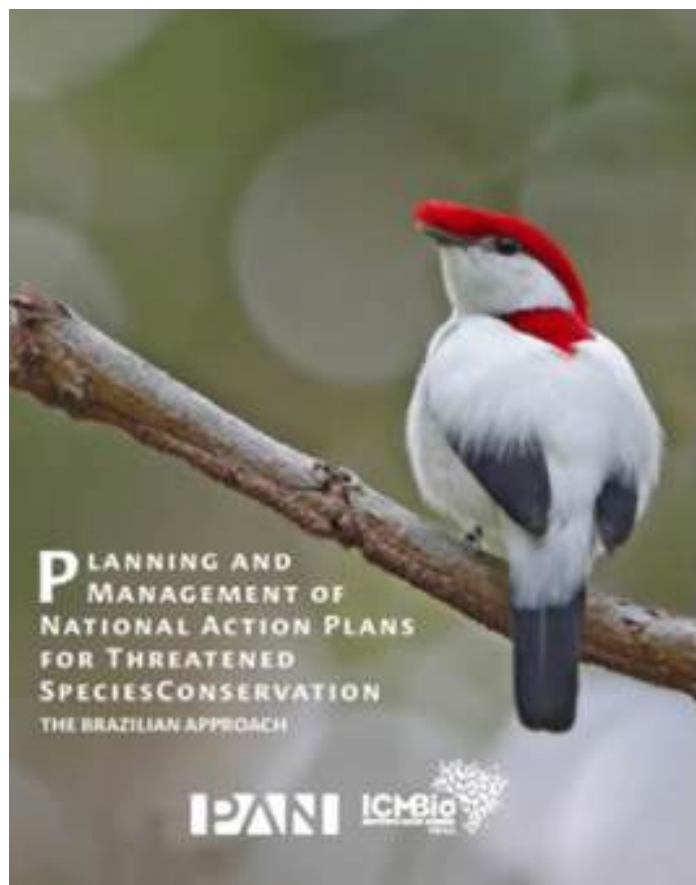


Figura 2: Guia Planning and Management of National Action Plans for Threatened Species Conservation – the Brazilian apresentado na COP 16.

Outros resultados associados ao Objetivo Estratégico: Promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional.

Sobre manejo de espécies exóticas invasoras (EEI) em UC federais.

A crescente preocupação com os impactos das espécies exóticas invasoras (EEI) nas UC reforça a necessidade de ações efetivas para mitigar esses efeitos. O ICMBio, responsável pela gestão dessas espécies nas UC e zonas de amortecimento, alcançou avanços importantes com a criação da DIMEEI no final de 2022. Após um ano inicial de atuação promissora em 2023, o processo amadureceu, permitindo resultados ainda mais expressivos em 2024.

O enfrentamento às EEI nas UC federais é baseado em um fluxo que considera as seguintes atividades:

- o diagnóstico da situação da invasão das EEI nas UC federais;
- capacitação e suporte técnico às equipes gestoras das UC;
- planejamento e respaldo institucional para implementação de estratégias de combate às EEI nas UC; e

- mobilização de recursos humanos e financeiros, que permeia todos os processos.

A integração dessas atividades promove uma abordagem sistêmica para a gestão das EEI nas UC federais. A situação das invasões biológicas nas UC federais é monitorada por meio do registro de EEI nessas áreas protegidas. Em 2024, foi implementado um novo modelo de atualização da Lista de EEI em UC federais, desenvolvido a partir da modelagem concluída em 2023. Esse processo envolveu um levantamento abrangente de registros de EEI, realizado por meio de consultas internas e externas, além de pesquisas em bases de dados do ICMBio e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

Com o apoio de voluntários e das equipes dos CNPC, mais de 60 mil registros foram triados e analisados. Após a consolidação final, a lista atual possui 293 EEI, sendo 130 espécies de animais e 163 de plantas, registradas em 246 UC federais. Esses dados oferecem um panorama atualizado das invasões biológicas nessas áreas protegidas, evidenciando um aumento expressivo em relação à última atualização realizada em 2019, onde foram registradas 221 EEI em 212 UC federais. Esse aumento, contudo, não reflete necessariamente uma ampliação das invasões biológicas nas UC, mas sim a melhoria no registro de dados devido ao novo procedimento adotado para o levantamento. O processo tornou-se mais robusto e detalhado, permitindo um retrato mais fiel e abrangente da situação atual.

Essas informações orientam a definição de prioridades para o desenvolvimento de capacitações e suporte técnico às equipes gestoras das UC. Nesse sentido, em 2024, a DIMEEI promoveu diversas ações de qualificação. Dentre elas, destaca-se o curso “Manejo de EEI em UC Federais”, oferecido na modalidade EaD por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que capacitou 67 servidores do ICMBio. Além disso, foi realizado um treinamento presencial voltado ao manejo do peixe-leão, no qual 16 servidores de CNPC e UC marinhas do Nordeste foram capacitados sobre técnicas de manejo dessa espécie, incluindo a confecção de arpões e recipientes de contenção para captura. Outro destaque foi a iniciativa “Invadindo seu dia”, criada em 2024 para promover a troca de experiências sobre EEI. Realizado mensalmente, o encontro virtual conta com três servidores do ICMBio compartilhando experiências relacionadas às invasões biológicas. Ao todo, foram realizados 10 encontros entre fevereiro e novembro, totalizando 25 palestrantes e, reunindo 80 participantes, em média, em cada encontro.

Somado a esses eventos, outra estratégia de capacitação e suporte técnico oferecido às UC e CNPC é a confecção dos materiais de divulgação e orientação. Em 2024, foram confeccionados materiais referentes à soltura de animais apreendidos ou resgatados (cartaz e folder), e às boas práticas de prevenção à introdução e dispersão de EEI nas UC em ambientes terrestre e aquático (cartaz e cartilha). Estes materiais foram impressos e encaminhados aos 14 CNPC e às 05 Gerências Regionais do ICMBio, para distribuição entre as UC.



Figura 3 - Cartazes dos materiais de boas práticas de prevenção à introdução e dispersão de EEI nas UC e sobre soltura de animais apreendidos ou resgatados elaborados, impressos e entregues para UC e CNPC.

O enfrentamento às EEI pode demandar soluções específicas. Por esse motivo, e conforme indicado no Plano de Manejo de algumas UC, as equipes gestoras podem optar por elaborar Planos Específicos de Prevenção, Erradicação, Controle e Monitoramento de EEI. Esses documentos orientam o planejamento estratégico das ações para mitigar essa ameaça à biodiversidade das UC. A DIMEEI desempenhou papel essencial na orientação para a elaboração, monitoramento e implementação desses Planos.

Em 2024, foram publicados dois Planos Específicos: o Plano de Controle da Fauna Exótica Invasora no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Plano de Controle do Javali no Parque Nacional de São Joaquim. Além disso, quatro Planos passaram por processos de monitoramento e avaliação, com três deles concluídos: o Plano de Controle de Gatos em Fernando de Noronha, o Plano de Controle de Javali nas Florestas Nacionais de Ipanema e Capão Bonito e o Plano de Controle de Javali na Floresta Nacional de Silvânia. Destes, apenas o último optou pela continuidade, tendo sido elaborado o segundo ciclo do Plano. Adicionalmente, destaca-se a elaboração do Roteiro para Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Planos Específicos de Prevenção, Erradicação, Controle e Monitoramento de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação Federais, previsto para publicação e ampla divulgação em 2025.

A análise dos projetos de manejo de EEI nas UC federais fornece subsídios para a emissão das autorizações de manejo, conforme disposto pela IN ICMBio 06/2019. Essas autorizações garantem respaldo técnico, legal e institucional necessário para a execução das ações de manejo, contribuindo para aumentar as chances de sucesso na gestão das EEI nas UC.

Em 2024, foram analisados 38 projetos, dos quais 16 resultaram em autorizações emitidas, incluindo uma

renovação de autorização anterior. Outros 22 projetos permaneceram em alguma fase de análise ao final do ano, seja com parecer emitido e aguardando autorização pela Diretoria, devolvidos para correção ou complementação, ou ainda aguardando manifestação complementar de algum CNPC ou Coordenação.

Para uma melhor compreensão dos dados, é importante destacar que alguns processos de solicitação de autorização iniciaram sua tramitação em um ano e foram concluídos no ano seguinte. Por isso, esses processos são contabilizados como ‘projetos de manejo analisados’ em ambos os anos. Os projetos abrangem tanto espécies vegetais (como braquiária, acácia e pinus) quanto animais (como javali e caramujo-gigante-africano), incluindo espécies aquáticas (como peixe-leão e pirarucu). O aumento no número de projetos analisados em comparação ao ano anterior reflete uma maior conscientização e empenho dos gestores no combate a essas espécies.

Um dos principais desafios enfrentados pelas equipes gestoras das UC no combate às EEI é a limitação de pessoal e recursos. O manejo dessas espécies é, geralmente, complexo, exigindo ações frequentes e sistemáticas, além de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais necessários. Reconhecendo essa fragilidade e a elevada demanda diante dos limitados recursos disponíveis, a DIMEEI adota como estratégia fundamental a prospecção e mobilização de recursos humanos e financeiros. Essa atividade, de natureza transversal, integra e apoia todos os processos mencionados anteriormente, buscando fortalecer as ações de manejo nas UC federais.

Em 2024, com o apoio do GEF Pró-Espécies, foi possível beneficiar 38 UC (incluindo os Núcleos de Gestão Integrada - NGI envolvidos) por meio da alocação de 22 bolsistas dedicados à estratégia de detecção precoce e resposta rápida em UC prioritárias, selecionadas devido ao alto risco de introdução de EEI. Esse esforço resultou no estabelecimento de protocolos e redes locais para prevenção e detecção precoce dessas espécies, fortalecendo e institucionalizando essa estratégia nas UC federais.

Diante destes importantes resultados alcançados, visando aprimorar cada vez mais os processos de suporte às UC federais no combate às EEI, ao final de 2024, a DIMEEI foi elevada à Coordenação, tornando-se CMEEI. Ao mesmo tempo em que essa promoção reconhece as importantes entregas relacionadas ao tema, também aumenta a responsabilidade na gestão para melhor atuação a partir de 2025.

Destacamos também resultados referentes aos Planos de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade – PRIM.

Em 2024 foi concluído o Plano de Redução de Impactos de Mineração sobre a Biodiversidade e o Patrimônio Espeleológico: PRIM-Mineração, que será lançado no ano de 2025 e disponibilizado ao público no gov.br: <https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/biodiversidade/plano-de-reducao-de-impactos-sobre-a-biodiversidade>

O PRIM Mineração é o quarto produto desenvolvido pelo ICMBio, especificamente para apresentar alternativas de compatibilização entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de uma atividade econômica. Este PRIM representa um instrumento em que se consolidam a utilização de bancos de dados robustos e validados por pesquisadores, o amadurecimento dos processos de levantamento e refino de informações e se avança na utilização de técnicas de modelagens ecológicas de maior precisão, com foco não só na biodiversidade mas também no patrimônio espeleológico, na realização de análises ambientais dos impactos inerentes à atividade produtiva em uma perspectiva de paisagem e, atentos aos princípios de prevenção e precaução, estima de forma inédita os riscos de impactos potenciais do rompimento de barragens de rejeitos da mineração e a vulnerabilidade da biodiversidade e geodiversidade.

Espera-se que os produtos do PRIM Mineração contribuam positivamente para o desenvolvimento conciliador entre setores historicamente em embate, reconhecendo a responsabilidade conjunta de proteção ambiental e fomentando uma transição para um modelo de planejamento ambiental territorial mais sustentável.

Em 2024 foram elaborados e divulgados os sumários executivos de três Planos de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade. Um dos sumários é referente ao PRIM-PGMar. Embora o PRIM-PGMar tenha sido lançado em 2023 durante o evento: “Oceano e Clima: IPCC, ambientes vulneráveis e desafios”, disponível no canal da COESP ICMBio no youtube, seu sumário executivo foi atualizado e tiveram novas tiragens em 2024. Outros dois sumários feitos em 2024 se referem ao do PRIM-HA, que trata dos impactos das hidroelétricas na

biodiversidade da bacia amazônica e o sumário executivo do próprio PRIM-Mineração, que será apresentado no evento de lançamento do PRIM-Mineração, tratado no parágrafo anterior.



Figura 4 - Capa dos sumários executivos do PRIM-HA, PRIM-PGMar e PRIM-Mineração.

Em abril de 2024 foi realizada a oficina preparatório para o Plano de Redução de Impactos de Linhas de Transmissão e de Distribuição sobre a Biodiversidade que contou com atores ligados a geração e distribuição de energia, com órgãos licenciadores e com empresas ligadas ao setor, assim como com especialistas em biodiversidade tanto internos quanto externos.

Nesta oficina foram definidos e mensurados os impactos das linhas de transmissão sobre a fauna, flora e ambientes singulares, como a eletroplessão (eletrocussão), a colisão da fauna com os cabos, a fragmentação, a perda de habitats e a facilitação para o avanço de espécies exóticas invasores, especialmente as gramíneas e Pinus. Também foram definidas as características dos alvos que sofrem com os impactos desta atividade. Posteriormente, as espécies da fauna e da flora que farão parte deste PRIM são selecionadas pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio e pelo Centro Nacional de Conservação da Flora, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Figura 5 - Matéria da Eletrobrás e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro sobre a Oficina preparatório para o Plano de Redução de Impactos de Linhas de Transmissão e de Distribuição sobre a Biodiversidade.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Objetivo Estratégico: Promover o licenciamento ambiental federal, como mecanismo de desenvolvimento sustentável do País

INDICADOR ESTRATÉGICO: AUMENTO DO PERCENTUAL DE RESPOSTAS NOS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DENTRO DO PRAZO	
METAS 2024	
PRESVISTO	REALIZADO
26%	56%



A Coordenação-Geral de Avaliação de Impactos – CGIMP e suas Coordenações de Manifestação para o Licenciamento Ambiental – Comali e de Gestão da Informação para o Licenciamento Ambiental – Coginf promovem, no contexto do Instituto Chico Mendes, os trâmites para a emissão das Autorizações para o Licenciamento Ambiental – ALA da Sede.

O procedimento de emissão de ALA é parte do licenciamento ambiental e visa mitigar os impactos ambientais dos empreendimentos que possam afetar unidades de conservação federais.

No ano de 2024, a meta de 26% representou um aumento gradual em relação ao ano anterior, que era de 24%. Isso se deve à influência de vários fatores no tempo de resposta. O resultado alcançado foi a emissão pontual de 56% das ALAs, contemplando 14 autorizações de um total de 25. É importante destacar que o número de autorizações varia anualmente devido a demandas externas, iniciadas mediante solicitação dos órgãos licenciadores. No entanto, é fundamental ressaltar que a resposta fornecida dentro do prazo legalmente estabelecido é um marcador de efetividade do processo e contribui para fortalecer a credibilidade na prestação de serviços à comunidade.

O prazo normativo estabelecido para manifestação no processo de licenciamento ambiental é de 60 (sessenta) dias, conforme determinado pela Resolução Conama nº 428/2010 e pela Instrução Normativa ICMBio nº 10/2020. Esse período, embora definido, revela-se exíguo dada a complexidade predominante na grande maioria das situações relacionadas ao tema. A dificuldade em cumprir o prazo de resposta nesse procedimento está principalmente vinculada à diversidade de setores envolvidos, visto que os processos tramitam pelo protocolo, CGIMP, UC, Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio), Gabinete da Presidência, entre outras instâncias possíveis, até a fase de assinatura e expedição da Autorização.

No ano de 2024, houve, de forma ainda mais efetiva, a institucionalização e utilização frequente dos siste-

mas: Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental - ALA e o Sistema para Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental - Soala. Das 25 ALAs emitidas pela Sede, 23 foram emitidas utilizando os Sistemas. É importante ressaltar que os Sistemas são utilizados não só por esta Coordenação-Geral, mas também por todos os atores envolvidos no processo, como Pareceristas de NGIs e UCs e Gerências Regionais.

Os Sistemas ALA e Soala foram implementados em outubro de 2021 e, desde então, operam com a finalidade de conduzir o fluxo processual adequado aos processos de manifestação para o licenciamento ambiental. O Sistema ALA está hospedado na Plataforma da Cidadania Digital, no portal gov.br, e o Soala em servidor próprio do ICMBio, sendo os dois integrados entre si e ambos com o Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

O desenvolvimento dos Sistemas tomou como base o Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais, ferramenta construída internamente por atores envolvidos no processo visando a padronização dos parâmetros utilizados nas análises processuais, a melhoria e o controle do fluxo processual, a qualificação da Análise Técnica e a maior eficiência do procedimento de manifestação para o licenciamento ambiental. Assim, o Sistema ALA implementou a operação do fluxo processual das etapas de Análise Preliminar e Análise Normativa e o Soala foi projetado para a condução da Análise Técnica e da Análise de Conformidade.

O procedimento convencional dos processos de manifestação para o licenciamento ambiental segue as seguintes etapas: o processo é inicialmente recebido na CGIMP para uma pré-análise; em seguida, é encaminhado à(s) UC(s) afetada(s) pelo empreendimento para a elaboração do Parecer Técnico, para a qual é prevista uma resposta no prazo de 30 (trinta) dias; por fim, o processo retorna à CGIMP para a realização de uma Análise de Conformidade, seguida pelos encaminhamentos administrativos posteriores. Em situações excepcionais, contando-se com uma participação indireta da gestão da UC, os Pareceres Técnicos são elaborados diretamente pela CGIMP, aglutinando-os à Análise de Conformidade, resultando em uma redução no prazo de análise.

Adicionalmente, ressaltam-se algumas contribuições e ações geridas pela CGIMP que colaboraram para a melhoria do processo de manifestação para o licenciamento ambiental e a gestão de suas informações no ano de 2024:

- Capacitação de 104 alunos no Curso de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental – EaD e 43 alunos no Curso de Manifestação para o Licenciamento Ambiental – Presencial;
- Publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 06/2024 referente ao procedimento de emissão de Anuência para Autorização de Supressão de Vegetação e de Autorização de Supressão de Vegetação;
- Processo de revisão da Instrução Normativa nº 10/2020, que trata da manifestação do ICMBio no licenciamento ambiental;
- Contribuições para elaboração da Portaria PFE nº 1002/2024, que aprovou a OJN nº 38/2024, que trata da regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos preexistentes ao ato de criação de unidades de conservação;
- Atualização do banco de condições específicas, que auxilia os analistas e técnicos ambientais no momento de suas proposições de condições específicas, no caso de deferimento de pedidos de ALA;
- Contratação de empresa para o desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Condições Específicas – Coala e monitoramento das ações em desenvolvimento, cuja conclusão está prevista para o 1º semestre de 2025;
- Implementação de melhorias nos Sistemas ALA e Soala visando contemplar sugestões técnicas dos analistas e técnicos ambientais do ICMBio, bem como das Gerências Regionais e da própria CGIMP; e
- Atualização constante do Painel de Gestão de manifestação para o licenciamento ambiental.

PROGRAMA MONITORA

Objetivo Estratégico: Gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos acerca do meio ambiente.

INDICADOR ESTRATÉGICO: PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE	
METAS 2024	
PRESVISTO	REALIZADO
75%	79,2%

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes - Programa Monitora (IN ICMBio 02/2022) caracteriza-se por ser de longa duração, voltado ao monitoramento do estado de conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados. Seus resultados subsidiam a avaliação da efetividade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a adaptação às mudanças climáticas e o uso e manejo dos recursos naturais nas unidades de conservação (UCs).

O Índice de Implementação do Programa Monitora (IIPM) é calculado no início de cada ano, após atualização gerencial do Programa Monitora realizada pela Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (COMOB) em colaboração com os pontos focais dos Centros Nacionais de Pesquisa, responsáveis por auxiliar as UCs na implementação dos protocolos de monitoramento. Uma vez que as informações estão em processo de entrega à Coordenação para atualização, o IIPM apresentado neste relatório está parcialmente atualizado.

O índice foi calculado com base nos dados atualizados em janeiro de 2025 referentes ao ano de 2024 para o Subprograma Marinho e Costeiro (todos os componentes) e para o Componente Campestre Savânico do Subprograma Terrestre. Os dados do Subprograma Aquático-Continental e do Componente Florestal (Subprograma Terrestre) ainda estão em processo de atualização para o ano de 2024, portanto, foi usado o número anterior (referente a dezembro de 2023, atualizados em março de 2024).

O IIPM leva em consideração as Unidades de Conservação que participam do Programa Monitora e é categorizado em três níveis:

CATEGORIA DE IMPLEMENTAÇÃO	IIPM (%)	INDICADOR
BAIXO	<50°	Menos de 30% do total de UCs participando do Programa Monitora e com a maioria delas com problemas na execução dos protocolos de monitoramento
MÉDIO	50<IIPM<75	Médio nível de implementação
ALTO	>75	Alto nível de implementação com mais de 30% do total de UCs participantes do Programa e 90% delas em Operação

Em 2023, o IIPM foi de 77,69% e hoje, com os dados parciais de janeiro de 2025 para o ano de 2024, o IIPM está em 79,2%, o que sugere constância das UCs no Programa Monitora, realizando corretamente as atividades de coleta de dados. Apesar de ser uma atualização parcial, já se observa a adesão de pelo menos 3 novas unidades de conservação ao Programa.

Dentre as 118 UCs participantes, observa-se a seguinte situação:

- 107 (cento e sete) estão em plena operação, ou seja, realizando as amostragens, conforme planejado,
- 4 (quatro) estão em implantação, com atividades de planejamento e implantação de estações amostrais,
- 7 (sete) estão com algum problema na execução dos protocolos e requerem atenção especial no acompanhamento e retomada das atividades.

Importante destacar que, a COMOB com os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio (CNPcs) e equipes locais de gestão têm mapeado os motivos da interrupção das atividades e pactuado, caso a caso, estratégias para retomar o Programa Monitora. Em geral, foram registrados problemas vinculados ao cenário climático desfavorável a atividades de campo ou a desestruturação das equipes locais envolvidas com a atividade de monitoramento.

A COMOB e os CNPcs têm envidado esforços no sentido de promover capacitações e oficinas, de modo a atender o crescente número de adesões de novas UCs ao Programa Monitora, em diferentes ecossistemas, assim como para realizar a reciclagem de pontos focais de UCs já capacitados.

Com o intuito de manter a qualidade e a padronização das coletas de dados, em 2024 o Programa Monitora oportunizou 31 cursos. Desses, 13 foram coordenados pela COMOB e CNPcs (5 presentes no PDP 2024 e 8 extra-PDP), e 18 coordenados por UCs participantes do Programa. No total, estes eventos capacitaram mais de 800 pessoas, entre servidores do ICMBio e colaboradores locais.

Os cursos coordenados pela COMOB e CNPcs foram:

I) 1º Curso de capacitação para o uso do Sistema de Gestão de dados do Programa Monitora (SISMonitora) perfis Gestor Técnico e Validador - Componentes Igarapé/Riacho e Área alagável, entre os dias 09 e 11 de janeiro. Via plataforma Teams. Participaram 14 cursistas e 5 instrutores.

II) Curso de capacitação para uso do Sistema de Gestão de dados do Programa Monitora (SISMonitora) perfis Gestor Técnico e Validador - Componentes Manguezal e Margem Continental e Bacia Oceânica, entre os dias 28 e 29 de fevereiro, presencial em Brasília. Participaram 13 cursistas e 7 instrutores.

III) XXII Curso do Programa Monitora - Componente Florestal: Protocolos Básicos e Protocolo Avançado de Plantas, com ênfase em Parabolândia, entre os dias 22 de abril e 05 de maio. Realizado no PARNA do Desco-brimento/BA. Participaram 25 cursistas e 8 instrutores.

IV) Curso Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global do Componente Campestre Savânico do Programa Monitora | 2024 – EAD – com tutoria. Via plataforma AVA e Teams. Entre os dias 08 de maio e 28 de junho. Participaram 27 cursistas. Curso coordenado pelo CBC. Incluído no PDP 2024.

V) XXIII Curso de Capacitação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio (Programa Monitora), entre os dias 10 e 22 de junho. Realizado na FLONA Tapajós/PA. Participaram 39 cursistas e 8 instrutores.

VI) Curso Fundamentos do Monitoramento da Biodiversidade (3ª edição) – EAD. Autoinstrucional. Via plataforma AVA. Entre os dias 17 de junho e 23 de agosto. Participaram 118 cursistas. Incluído no PDP 2024.

VII) Curso de Capacitação do Protocolo Complementar de Monitoramento de Quelônios do Programa Monitora - Componente Área alagável, entre os dias 22 e 24 de julho. Coordenado pelo CEPAM, e realizado no CEPAM e no Centro de Estudos dos Quelônios da Amazônia - CEQUA do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, Manaus/AM. Participaram 29 cursistas e 5 instrutores.

VIII) Curso Protocolos Básicos para Monitoramento dos Alvos Globais – Componente Igarapé/ Riacho do Programa Monitora – EAD – Autoinstrucional. Via plataforma AVA. Entre os dias 01 de julho e 23 de agosto. Participaram 62 cursistas. Curso coordenado pelo CEPAM. Incluído no PDP 2024.

IX) IV Curso de capacitação para uso do Sistema de Gestão de dados do Programa Monitora (SISMonitora) perfil Operador - Componente Manguezal. Via plataforma Teams. Entre os dias 28 e 30 de agosto. Participa-

ram 31 cursistas e 7 instrutores.

X) Curso de Protocolos básicos de Monitoramento - Componente Manguezal, entre os dias 30 de setembro e 04 de outubro. Realizado nas RESEX Mãe Grande de Curuçá e Mestre Lucindo (PA). Participaram 21 cursistas e 5 instrutores.

XI) Curso de Protocolo básico para o monitoramento dos alvos globais - Componente Manguezal, entre os dias 18 e 22 de novembro de 2024. Realizado na RESEX do Batoque/CE. Participaram 16 cursistas e 4 instrutores.

XII) Curso Protocolos básicos para o monitoramento do alvo global Pesca Continental do Componente Área Alagável do Programa Monitora – EAD - Autoinstrucional. Via plataforma AVA. Entre os dias 11 de novembro e 13 de dezembro. Participaram 75 cursistas. Coordenado pelo CEPAM. Incluído no PDP 2024.

XIII) 1º curso de capacitação dos protocolos básicos de monitoramento dos alvos globais do componente Ambiente Recifal, entre os dias 25 e 30 de novembro. Realizado no NGI Florianópolis. Participaram 22 cursistas e 8 instrutores. Incluído no PDP 2024.



Figura 6 - De cima para baixo (esq. Para dir.), Curso Componente Manguezal na RESEX de Batoque; Curso básico e avançado do componente Florestal no PARNA do Descobrimento; Capacitação do Protocolo Complementar de Monitoramento de Quelônios do Programa Monitora, componente área alagável no CEPAM e INPA; I Capacitação dos protocolos básicos dos alvos globais do componente Ambiente Recifal no NGI Florianópolis; Curso básico e avançado do Componente Florestal na FLONA Tapajós.

Além dos eventos conduzidos pela COMOB e CNPCs, foram realizados eventos locais nas UCs onde os pontos focais coordenaram a capacitação dos monitores da biodiversidade. Destaca-se:

- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 05 e 07 de fevereiro de 2024. No Parque Nacional de Brasília/DF. Participaram 25 cursistas e 3 instrutores.
- » Curso de capacitação para o programa monitoramento da biodiversidade operacionalizado nas Unidades do Parna da Amazônia, Parna do Jamanxim e implementado na Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo, entre os dias 26 de fevereiro e 1 de março. Na REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo. Participaram 21 cursistas.
- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 12 e 14 de março de 2024. No Parque Nacional das Sempres-Vivas. Participaram 12

cursistas e dois instrutores.

- » Curso Local de Capacitação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio (Programa Monitora) – Subprograma Terrestre – Componente Florestal (protocolos básicos, avançados e complementar – alvos globais: borboletas frugívoras, mamíferos e aves), entre os dias 13 e 14 de março de 2024. Na sede do NGI Porto Velho. Participaram 23 cursistas e dois instrutores.
- » Capacitação local de monitores da biodiversidade para o uso do ODK e 1ª coleta de dados, entre os dias 31 de março e 12 de abril. Na ESEC Rio do Acre. Participaram 10 cursistas e 1 instrutor.
- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 03 e 05 de abril, no PARNA da Serra da Canastra. Participaram 11 cursistas e 2 instrutores.
- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 10 e 12 de abril. Na FLONA Contendas do

Sincorá. Participaram 22 cursistas e 1 instrutor.

- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 16 e 18 de abril de 2024, no PARNA Chapada dos Veadeiros. Participaram 25 cursistas e 3 instrutores.
- » Treinamento e capacitação do subprograma terrestre, componente campestre e savânico, entre os dias 22 e 25 de abril de 2024. No PARNA do Itatiaia. Participaram 23 cursistas e 2 instrutores.
- » Monitoramento participativo da castanha-da-Amazônia na Resex Ipaú-anilzinho, entre os dias 06 e 10 de maio. Na RESEX Ipaú-Anilzinho. Participaram 16 cursistas e 3 instrutores.
- » Curso de Capacitação do Protocolo Básico de Monitoramento de Pesca Continental – Presencial, entre os dias 25 e 26 de maio. No PARNA de Anavilhanas. Participaram 23 cursistas e 3 instrutores.
- » Curso “Vem ser Monitora”, entre os dias 27 e 31 de maio. Na RESEX Ipaú-Anilzinho. Participaram 10 cursistas e 2 instrutores.
- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 01 e 02 de agosto. Na ESEC de Taiamã. Participaram 11 cursistas e 1 instrutor.
- » 1º Curso de Capacitação de Monitores Locais do Programa Monitora, entre os dias 16 e 22 de agosto. Na RESEX Chico Mendes, entre os dias 16 e 22 de agosto. Na RESEX Chico Mendes. Participaram 19 cursistas e 3 instrutores.
- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 26 e 30 de agosto. Na ESEC de Cuniã. Participaram 21 cursistas e 3 instrutores.
- » Aplicação do Protocolo Básico de Monitoramento do Alvo Global (Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas) do Componente Campestre e Savânico, entre os dias 11 e 12 de setembro. Na APA do Ibirapuitã. Participaram 8 cursistas e 1 instrutor.
- » Curso de capacitação para o monitoramento da biodiversidade, Programa Monitora, Subprograma Aquático Continental, Componente Igarapé, entre os dias 16 e 19 de setembro. Na RESEX do Rio Ouro Preto. Participaram 21 cursistas e 3 instrutores.
- » Capacitação dos monitores locais do Programa Monitora – Componente Manguezal, entre os dias 28 e 31 de outubro. Na RESEX de Soure. Participaram 29 cursistas e 4 instrutores.

É, também, papel da COMOB, em parceria com os CNPCs, a atuação no planejamento e organização de oficinas e reuniões para estruturação e avaliação de componentes, subprogramas e do Programa Monitora.

Em 2024, avançou-se com a estruturação de novos componentes no Subprograma Marinho e Costeiro, com a testagem de protocolos para o Campestre savânico e com a ampliação dos espaços para discussão coletiva sobre a implementação do Programa Monitora. Assim como, com a publicização de resultados do monitoramento da biodiversidade em ecossistemas marinhos e costeiros de todo o Brasil e do componente Florestal do ecossistema terrestre com a realização dos seguintes eventos:

- » Oficina dos Grupos de Trabalho dos componentes Manguezal e Pesca na sede do ICMBio em Brasília/DF, entre os dias 26 e 29 de fevereiro de 2024, reunindo cerca de 20 pessoas, dentre representantes dos CNPCs envolvidos nos componentes Manguezal e Pesca;
- » Lançamento do livro “Monitoramento da Biodiversidade para a Conservação dos Ambientes Marinhos e Costeiros” na sede do ICMBio em Brasília/DF, dia 01 de março de 2024, reunindo cerca de 65 pessoas, contando com a presença de parceiros, além das UCs, Centros e outras coordenações do ICMBio;
- » II Oficina Virtual Encontro dos Saberes 2024 – via plataforma Teams – 28 de maio de 2024, contando com a presença de 70 pessoas, representantes dos NGIs, UCs, CNPCs e monitores da biodiversidade;
- » III Oficina do Componente Ambiente Recifal do Programa Monitora: Protocolos de monitoramento dos alvos globais – via plataforma Teams – 12 e 13 de junho de 2024;
- » Reuniões de planejamento das atividades para o projeto GEF Terrestre no ano de 2024, via TEAMS. Contando com a participação de Centros de Pesquisa e NGIs envolvidos com o projeto.
- » Evento de 10 anos do Programa Monitora: Passado, presente, futuro na sede do ICMBio em Brasília/DF, dias 06 e 07 de novembro de 2024, com lançamento do Relatório e Painel de resultados com dados de 2014 a 2022 do componente Florestal, e realização de seminário de inovação. O evento contou com a presença de diversos parceiros, além das UCs, Centros e outras coordenações do ICMBio, totalizando

262 participantes. O evento foi organizado pela COMOB com apoio de alguns parceiros: WWF, IPÊ, WCS, FUNBIO e Serrapilheira;

- » Oficina de alinhamento entre pontos focais do Monitora nas UCs, Centros e equipe COMOB, na sede do ICMBio em Brasília/DF, dia 05 de novembro, reunindo cerca de 100 participantes;
- » Reunião de avaliação das inovações apresentadas durante o evento de 10 anos que contou com o início da elaboração de um plano de ação para implementação dos encaminhamentos do evento, na sede do ICMBio em Brasília/DF, dia 08 de novembro, contando com cerca de 40 pessoas, representantes de CNPs, UCs e equipe COMOB.



Figura 7 - De cima para baixo: Evento de 10 anos do Programa Monitora: Passado, presente, futuro; Lançamento do livro "Monitoramento da Biodiversidade para a Conservação dos Ambientes Marinhos e Costeiros"; Oficina de planejamento dos GTs Manguezal e Pesca.

Para a execução de atividades do Programa Monitora nas UCs, confecção de material, e moderação de oficinas organizadas pela COMOB, a Coordenação conta com recursos da União, via execução direta ou em parceria com fundações de apoio, como a FUNDEP e de projetos especiais, como ARPA, GEF Mar, GEF Terrestre, além do Programa de Apoio a Conservação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais: gestão compartilhada e inclusão social e produtiva (Programa Bolsa Verde, do MMA) cuja execução em 2024 via FEST.

Além do apoio financeiro, a COMOB coloca à disposição das UCs, sobretudo das que não possuem recursos próprios, materiais e equipamentos para garantir as atividades de monitoramento. No ano de 2024, foram feitas as seguintes entregas:

Equipamentos Quantidade UCs/NGIs/Centros beneficiadas
Bússolas 06 05 Trena Eletrônica 03 02 Binóculos 02 02 GPS 09 06 Paquímetro 07 02 Refratômetro 02 02 Clinômetro 03 02 Computador de Mergulho

01 Notebook 04 04 Materiais Quantidade UCs/NGIs Uniformes Monitora (camisetas de manga curta, camisas UV manga longa, camisa 3000 70 manga longa, Coletes para monitores e pontos focais, bonés) Armadilhas de Borboletas 485 20 Plaquetas de árvores 8625 12 Plaquetas de trilha 1834 11 Bottons dos alvos 88 3 Guias de Identificação 45 07 Guias de Procedimento 73 3 Roteiro Metodológico de aplicação 22 2 Relatório Florestal 2014-2024 262 100 Sumário Executivo Componente Florestal – 2014 a 2022 300 110 Livro Marinho 123 25

A fim de prover a sociedade de acesso às informações sobre a implementação e os resultados do monitoramento, nas mais variadas formas de divulgação, incluindo relatórios, redes sociais, e o site da instituição, a COMOB mantém ativa a página do Programa Monitora no site do governo (<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento>) e perfis nas redes sociais (@programamonitora_icmbio – Instagram e @ProgramaMonitora – youtube).

Ao longo do ano de 2024, o Programa Monitora foi tema da revista eletrônica científica do ICMBio, que acolheu artigos com dados gerados no Monitora. Também foram feitas publicações do Monitora de suma importância a fim de disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos para a sociedade, a saber:

a) Monitoramento da biodiversidade para conservação dos ambientes marinhos e costeiros [livro eletrônico] / ICMBio. - Brasília, DF: Instituto Chico Mendes – ICMBio, 2024. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento/conteudo/MateriaisdeApoio/monitoramentodabiodiversidadeparaconservacaodosambientesmarinhosecosteiros_1.pdf

- b)** Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, Subprograma Terrestre, Componente Florestal. Relatório 2014-2022. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília, 2024. <https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/monitoramento/conteudo/relatorios/RelatorioFlorestal20142022.pdf>
- c)** Painel Interativo Relatório Florestal. Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento/painel-interativorelatorio-florestal-1>
- d)** Biodiversidade Brasileira. Revista Científica. v. 14 n. 3 (2024): Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora - 10 anos - <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/issue/view/103>



Figura 8. Da Esq. para Dir.: Livro "Monitoramento da Biodiversidade para a Conservação dos Ambientes Marinhos e Costeiros"; Revista BioBrasil – Edição Temática: Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora – 10 anos; Relatório Florestal, 2014 – 2022.

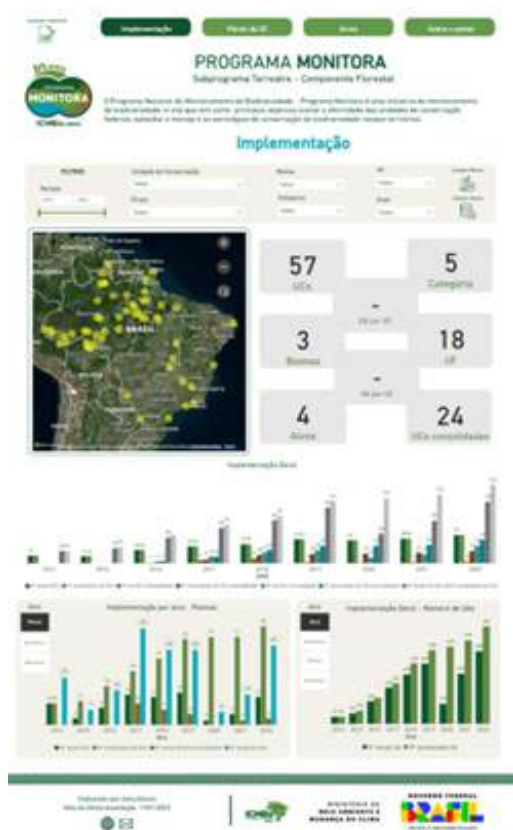


Figura 9 - Painel Interativo dos resultados do Florestal

No que se refere à gestão de dados do Programa, o SISMonitora é uma das iniciativas estratégicas do ICMBio na Agenda Estratégica 2023/2024. Desde sua homologação em junho de 2022, vem sendo utilizado por um número crescente de UCs federais que realizam o monitoramento da biodiversidade pelo Programa Monitora.

Em 2024, o Programa Monitora expandiu a coleta de dados de monitoramento da biodiversidade utilizando o aplicativo de licença livre para dispositivos móveis denominado ODK Collect, que permite o envio dos dados coletados diretamente para o SISMonitora. Até dezembro de 2024, 52% das 118 UCs do Programa Monitora utilizaram o aplicativo para coleta de dados, totalizando mais de 298 mil registros sobre a biodiversidade brasileira inseridos no SISMonitora, que serão disponibilizados para a sociedade após validados.

A equipe do SISMonitora foi ampliada com três novas bolsistas, sendo duas vinculadas a Centros de Pesquisa e uma a COMOB. Com esse reforço, a equipe está composta por sete profissionais voltados para gerenciamento do sistema, incluindo capacitações e a interlocução entre os CNPCs, UCs e a COMOB. Ao longo de 2024, com o auxílio da equipe promovendo o uso do SISMonitora, foram registrados 72 novos usuários de perfil Operador e sete Gestores Técnicos, o que levou a um acréscimo de 490% no volume de dados inseridos no sistema em relação ao ano anterior. Atualmente, 62 UCs estão utilizando o SISMonitora, sendo os Alvos com maior representatividade: Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas (139.986 registros), Pesca e Biodiversidade Associada (64.281 registros) e Caranguejo-Uçá - registros (49.458).

A intensificação do uso do sistema trouxe novas demandas de melhorias e correções, que foram planejadas de 490% no volume de

dados inseridos no sistema em relação ao ano anterior. Atualmente, 62 UCs estão utilizando o SISMonitora, sendo os Alvos com maior representatividade: Plantas Herbáceas e Lenhosas, Nativas e Exóticas (139.986 registros), Pesca e Biodiversidade Associada (64.281 registros) e Caranguejo-Uçá - registros (49.458). A intensificação do uso do sistema trouxe novas demandas de melhorias e correções, que foram planejadas para serem sanadas diretamente na nova versão do sistema em linguagem PHP, previsto para estar disponível para utilização até o final do primeiro semestre de 2025, já com a maior parte dos erros corrigida e melhorias desenvolvidas.

PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

O Programa Monitora tem ocupado espaço importante na rotina das equipes de gestão de 1/3 das Unidades de Conservação Federais e, ano a ano, amplia o alcance de seus resultados, atingindo públicos de diferentes perfis e fortalecendo a instituição ao contribuir para o alcance de seus objetivos e metas.

Em 2025, espera-se consolidar o componente Ilha e avançar com a estruturação do componente Praia do Subprograma Marinho e Costeiro. Avançar com os testes dos protocolos que estão em pesquisa para o componente Campestre Savânico do Subprograma Terrestre; apresentar e aplicar o Planejamento Estratégico do Programa Monitora 2023-2027; bem como publicar materiais de apoio para realização de Encontro dos Saberes, de monitoramento dos componentes Ambiente Recifal e Manguezal e de uso do SISMonitora.

Frente ao desafio de expandir o Programa sem perder a qualidade na implementação das atividades de monitoramento da biodiversidade, é papel do ICMBio garantir as estratégias necessárias para seguir fortalecendo a iniciativa e valorizando seus resultados, para que as equipes envolvidas sigam motivadas na construção de uma série temporal de dados sobre a biodiversidade brasileira, dados estes que destacam o Brasil no cenário internacional de busca por estratégias para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.



PLANO ESTRATÉGICO DE PESQUISA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Indicadores de implementação do PEP ICMBio

Ações	Meta para 2024	Alcançado	Percentual da meta anual cumprida - dez 2024
Número de projetos PIBIC realizados que contemplam eixos do PEP ICMBio	40	55	137%
Número de pesquisas apresentadas no Seminário que contemplam eixos do PEP ICMBio (excluindo as do PIBIC)	40	44	110%
Número de e-mails de atendimento a pesquisadores e operadores (Sisbio)	6.800	10.054	147%
Número de autorizações Sisbio expedidas	1800	2.454	136%
Número de publicações divulgando pesquisas ou iniciativas previstas no PEP ICMBio (Instagram, ICMBio em Foco, outros)	290	234	80%
Número de Planos estratégicos de Pesquisa de UCs elaborados e que contemplem eixos do PEP ICMBio	1	1	100%
Média dos percentuais	-	-	*118%

*O indicador corresponde à média dos percentuais de seus componentes (ações voltadas à implementação do PEP ICMBio)

Implementação do PEP-ICMBio:

O Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio (PEP ICMBio), instituído em 2018 e revisado em 2023, estabelece diretrizes fundamentais para orientar o desenvolvimento de pesquisas que fortaleçam a conservação da biodiversidade no Brasil. O plano contempla projetos executados ou fomentados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e está disponível para consulta pública aqui.

Dentro do escopo das estratégias institucionais para conservação nos biomas brasileiros, o PEP ICMBio prioriza ações como:

- Identificação e promoção de pesquisas essenciais para a instituição;
- Desenvolvimento de produtos estratégicos de gestão do conhecimento;
- Facilitação de apoio administrativo-financeiro, incluindo parcerias com fundações e uso de recursos oriundos de compensação ambiental e do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/ICMBio/CNPq);
- Publicação de artigos em revistas científicas de impacto;
- Criação de painéis de gestão acessíveis à sociedade;
- Oferta de cursos de capacitação voltados à conservação;
- Produção de materiais voltados à gestão do conhecimento;
- Realização de campanhas de comunicação e divulgação científica para sensibilização pública.

A revisão de 2023 consolida o PEP ICMBio como um elemento estratégico para fortalecer a aplicação do conhecimento científico no planejamento e implementação de ações de conservação, alinhando a missão do Instituto com as demandas atuais de proteção da biodiversidade e integração com agendas globais.

No ano de 2024, várias ações na área de pesquisa e gestão da informação contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos do ICMBio.

Desde 2011, o ICMBio edita a revista Biodiversidade Brasileira (ISSN 2236-2886), veículo de comunicação científica institucional e estratégico para divulgação dos resultados de pesquisa em conservação da biodiversidade, cuja missão é fomentar a gestão e a conservação da biodiversidade através da divulgação do conhecimento científico e tem como valores a atuação ética, a transparência e a valorização da ciência. Destina-se a pesquisadores, gestores de unidades de conservação, docentes e discentes da área multidisciplinar da biologia da conservação.

Publicado em formato eletrônico, o periódico utiliza o Open Journal System (OJS), software livre, com a possibilidade eventual de ser impressa e aceita artigos em português, inglês e espanhol. A revista pode ser acessada em <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/BioBR>.

Em 2024, a BioBrasil recebeu 204 submissões e publicou cinco edições, das quais uma foi especial para crianças, com artigos adaptados para a linguagem infantil. No total, foram publicados 46 artigos nas quatro edições regulares. Também cresceu nas redes sociais, passando de 1.415 seguidores (de 2023) para 5.000 no Instagram.

Destaca-se, ainda em 2024, a criação do Comitê Editorial, com editores internos e externos ao ICMBio para as linhas temáticas da revista (Conservação e manejo de unidades de conservação, Gestão e uso sustentável, Biodiversidade e espécies ameaçadas, Fiscalização e proteção).

Ressalta-se também a contratação de empresa especializada no sistema OJS, o que tem assegurado o bom funcionamento do processo editorial e a atualização constante das versões do sistema.

A revista estabeleceu importantes parcerias em 2024, tais como:

- com o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Carajás, que resultou na seção temática Gestão do Conhecimento e Sociobiodiversidade das Áreas Protegidas de Carajás, a ser lançada em fevereiro de 2025;
- com o Cemave/ICMBio e parceiros externos, onde foi possível lançar a chamada para a seção temática Sustentabilidade da Araucária, organizado pelas instituições de ensino superior com área de atuação no sul/sudeste de Santa Catarina e norte/nordeste do Rio Grande do Sul (UNIPLAC, UPF, UDESC-Campus

Lages, Instituto Federal-Campus Urupema, UFSC, Embrapa Florestas, Universidade Federal do Paraná, Projeto Charão (AMA/UPF), INTA/Argentina);

- com a Universidade Federal do Acre, cujo foco é a seção temática Ciências Ambientais na Amazônia Sul Ocidental, programada para 2025.

Buscando formar profissionais engajados e comprometidos com a qualidade no processo editorial, em agosto 2024, a revista deu início ao curso de formação básica para editores e avaliadores de periódicos científicos, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Animal, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como disciplina optativa para mestrandos e doutorandos.



Figura 10: Capas das cinco edições da revista BioBrasil em 2024.

Outra ação que contribuiu para o alcance dos objetivos estratégicos do ICMBio em 2024, na área de pesquisa e gestão da informação, foi a aprovação da continuidade do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do ICMBio (PIBIC/ICMBio) por meio da concessão de 18 bolsas, que se adicionam a uma contrapartida de 12 bolsas, em média, que o próprio ICMBio paga.

Em 2024, o PIBIC/ICMBio ingressou no seu 17º ano. A iniciativa possibilitou o desenvolvimento e a conclusão de 57 projetos de Iniciação Científica (IC) do ciclo 2023/2024, que contribuem para o desenvolvimento de pesquisas com a participação de alunos de graduação espalhados por todo país. Os relatórios dos projetos desenvolvidos estão disponibilizados na página da comunidade PIBIC na plataforma virtual de aprendizagem do ICMBio (AVA-ICMBio - <https://ava.icmbio.gov.br/mod/folder/view.php?id=24164>). Em setembro, 55 projetos de IC foram aprovados e tiveram sua execução iniciada no ciclo 2024/2025 do Programa.

Além dos projetos com envolvimento de alunos de iniciação científica, foram desenvolvidos 20 projetos de pesquisa, envolvendo centros e unidades de conservação, que abordaram temas do PEP-ICMBio e 9 eventos científicos.

No que diz respeito ao fomento à pesquisa utilizando recursos de compensação ambiental, foi celebrado Convênio com a Caixa Econômica Federal e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e, no início de 2025, deverá ser lançada chamada de projetos de pesquisa para as unidades de conservação federais marinhas do estado.

Ainda na temática de fomento à pesquisa, dois convênios para o desenvolvimento de projetos que preveem atividades de pesquisa receberam recursos financeiros em dezembro de 2024 e estão iniciando as atividades programadas. São eles:

- Sistemas de Gestão de Dados sobre Biodiversidade do Instituto Chico Mendes: fortalecimento de seu papel nas políticas ambientais do Brasil por meio do desenvolvimento de tecnologias inovadoras; e
- Brasil biodiverso: pesquisa e monitoramento em prol da gestão das unidades de conservação federais, da conservação da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado. Esses dois projetos serão desenvolvidos ao longo de três anos, com apoio de Fundações (FEST e FACTO, ambas do Espírito Santo).

Ainda na área de pesquisa e gestão da informação, em outubro de 2024, foi realizado o XV Seminário de Pesquisa de Pesquisa e XVI Encontro de Iniciação do ICMBio - Biomas brasileiros: desafios de conservação frente às mudanças climáticas.

O evento ocorreu no auditório Rômulo Mello, na Sede do ICMBio (Brasília-DF) e foi transmitido simultaneamente online, contando com 398 inscritos, sendo registradas 106 participações presenciais e 134 remotas.

Os vídeos do evento encontram-se disponibilizados no canal do ICMBio no Youtube, contando com 1,3 mil, 1,2 mil e 739 visualizações no 1º, 2º e 3º dia, respectivamente. Os anais foram disponibilizados na página da pesquisa no portal do ICMBio (https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/pesquisa/seminarios-de-pesquisa/anais_seminario_2024.pdf).

Durante o encontro de iniciação científica foi feita a avaliação final e conclusão dos 57 trabalhos desenvolvidos durante o ciclo PIBIC/ICMBio 2023/2024 com premiação para os trabalhos com as melhores notas resultantes da avaliação.



Figura 11. Foto tirada no terceiro dia de realização do XV Seminário de Pesquisa de Pesquisa e XVI Encontro de Iniciação do ICMBio

Em se tratando do Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade – Sisbio, no ano de 2024 foram emitidas 2.454 documentos e realizados mais de 10.000 atendimentos por e-mail, dentre eles 6.973 atendimentos a pesquisadores e 3.081 aos operadores do sistema.

As autorizações expedidas têm se mantido em valores próximos desde 2022.

Foram submetidos, ainda, 4.549 relatórios de atividades referentes as autorizações válidas, ou que tiveram suas atividades encerradas no referente ano, contribuindo desta forma com mais de 36.000 registros biológicos gerados no período de um ano, das autorizações emitidas pelo Sisbio.

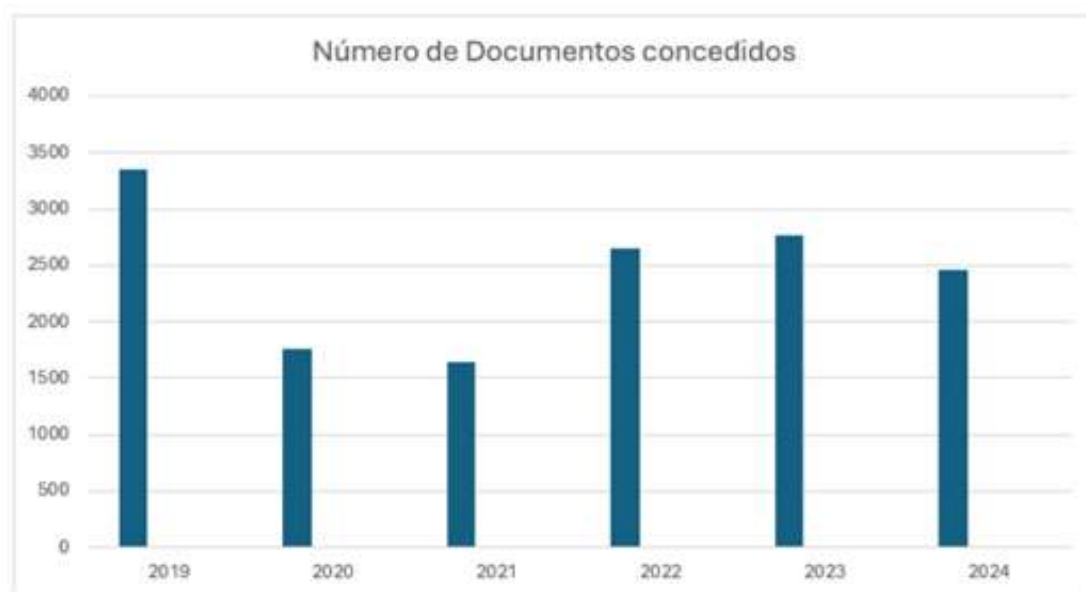


Figura 12. Número de documentos do Sisbio expedidas entre 2019 e 2024.

Em 2024, foi implementada no SISBIO a Autorização de Manejo para Conservação, que incorporou diversas atividades de projetos conservacionistas que o ICMBio autoriza e que não estavam refletidas no menu para solicitar autorização de atividades com finalidade científica e didática.

Houve também aprimoramento no fluxo de devolução para correção das solicitações. Como a análise envol-

ve várias unidades, a solicitação podia ser devolvida para correção sucessivas vezes, por diferentes motivos e pareceristas, gerando transtornos aos pesquisadores devido ao aumento do tempo de emissão da autorização. No novo fluxo, todas as unidades de análise devem verificar se possuem correções a serem solicitadas antes da devolução.

Visando capacitar os usuários externos do Sisbio, o Curso “Sisbio – curso básico para pesquisadores” continuou disponibilizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/EVG. Em 2024, o curso teve 1.608 inscrições, no entanto, ainda tem um baixo índice de aprovação/conclusão (34%). O curso e as atividades avaliativas foram atualizados e simplificados, mas ainda não houve tempo para avaliar se as mudanças surtiram efeito positivo nos índices do curso. Em âmbito interno, o curso “Sisbio para Operadores foi oferecido entre julho e setembro de 2024, com a participação de 47 servidores.

No âmbito do “SISBIA - Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental”, seguiram-se os esforços para desenvolver funcionalidades e o sistema passou a ser disponibilizado em caráter ainda experimental junto ao público.

Durante o ano, o gerenciamento do perfil Pesquisa ICMBio no Instagram: (@pesquisa.icmbio) possibilitou seu crescimento e consolidação como estratégia de divulgação científica e comunicação com o público interno (servidores do ICMBio e colaboradores) e externo (sociedade em geral). Até dezembro/2024, o perfil alcançou 41 mil seguidores (crescimento de 60%) e 230 publicações de conteúdos relativos às atividades, ações, iniciativas de pesquisa para a conservação e tem propiciado muitas interações e fomentado parcerias. Com uma média de 100 mil visualizações por mês, o perfil cresce em média 500 seguidores mensalmente, levando mais informação para a sociedade.

PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

O desenvolvimento dos dois projetos com apoio de Fundações deverá ampliar a capacidade institucional de realizar pesquisas e publicar seus resultados. Ao longo de 2024, o Instituto realizou a primeira importação de bens no âmbito do Programa de Importações para Pesquisa, o que deverá impulsionar a compra de equipamentos, em especial câmeras-trap, muito utilizadas no monitoramento de animais.

A execução de projetos de pesquisa com recursos de compensação ambiental se dará em duas frentes: projetos com apoio de Fundações e lançamento de chamadas públicas de projetos em parcerias com as Fundações Públicas de Amparo dos estados ou com o CNPq.

Por meio da execução de ações no âmbito do projeto GEF Terrestre foi gerado material de capacitação para o Sisbia e encerrado o seu ciclo de desenvolvimento, com pré-lançamento ao público. O lançamento oficial do Sisbia está previsto para meados de 2025.

Já para o Sisbio, espera-se que nos próximos exercícios ele passe a ser utilizado pelos estados, unificando o processo autorizativo de coleta de material biológico ou de espécimes ameaçados de extinção em nível nacional. O Sisbio passou a oferecer autorizações com finalidade de manejo para conservação, além das científicas, que já são disponibilizadas online.

Para a revista BioBrasil, a perspectiva é de renovar o conselho editorial e diminuir o tempo de tramitação dos artigos durante o processo editorial.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

SIS-Monitora: Sistema de gestão de dados de biodiversidade do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Programa Monitora). O Sistema permite automatizar todo o processo de coleta de dados previstos no Programa Monitora, o que facilita a análise e apresentação de resultados para a tomada de decisão.

Personalizado ▾

1 de dez - 31 de dez

121,561

Visualizações

79,1%
Seguidores



20,9%
Não seguidores

Contas alcançadas

28,459

**Números referentes ao mês de dezembro/2024.

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES

- a) Formulários de entrada de dados de monitoramento da biodiversidade criados e testados
- b) Metodologia criada para incorporar dados anteriores aos do Programa Monitora no sistema
- c) Primeira Versão do sistema desenvolvida

SISBIA: Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental. O SISBIA visa a manter um registro único dos dados de biodiversidade levantados pelos estudos biológicos exigidos no licenciamento ambiental, o que amplia o conhecimento utilizado em vários processos do ICMBio.

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES

- a) Sistema desenvolvido e entregue
- b) Normas de uso e operação publicadas
- c) Melhorias implementadas para o sistema
- d) Jornadas do Conhecimento com futuros usuários

Objetivo Estratégico: Fortalecer a capacidade de resposta da Coordenação de Emergências Climáticas e Epizootias (COECE) frente às emergências climáticas, assegurando agilidade, eficiência e eficácia na proteção dos ecossistemas vulneráveis, visando a proteção da biodiversidade nacional e a mitigação de impactos socioambientais.

INDICADOR ESTRATÉGICO: PERCENTUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E FAUNA SILVESTRE ATENDIDAS FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E EPIZOOTIAS	
METAS 2024	
PRESVISTO	REALIZADO
80%	100%

Em 2024, a COECE atuou em 81 unidades de conservação e territórios impactados por eventos climáticos extremos e epizootias. Esse esforço resultou no monitoramento de 100% das unidades prioritárias, um resultado que superou a meta estabelecida. De um total de 340 unidades de conservação federais geridas por este Instituto, foram registradas emergências em 81 unidades de conservação, cerca de 24% das unidades.

As ações incluíram:

- I. Capacitação: 4 membros da equipe capacitados em cursos relacionados ao Sistema de Comando de Incidentes – SCI; 4 servidores da equipe capacitados em Manejo de Fauna.
- II. Eventos: Realização de Oficina de Mapeamento de Processos COECE;
- III. Resposta: Atendimento a emergências climáticas em 81 Unidades de Conservação Federais;
- IV. Parcerias: Fortalecimento da colaboração com órgãos federais, organizações não governamentais e comunidades locais, que desempenharam um papel relevante no atendimento às emergências.

Número de Emergências Instauradas

Durante o ano, foram implementadas 7 emergências para responder a situações críticas, como enchentes, secas extremas, surtos de epizootias, monitoramento de fauna em incêndios, ultrapassando, assim, em 75% a meta estabelecida.

Os destaques incluem:

Plano de Resposta a Emergências Climáticas e Epizootias – Plano de Ação do Incidente: Implementado em 7 emergências, com ações de monitoramento de fauna atingida por emergências climáticas e incêndios, e proteção de habitats críticos.

Percentual das Unidades de Conservação Federais afetadas por emergências climáticas e epizootias: Em 2024, foram realizadas as ações em 81 Unidades de Conservação, o que corresponde a 24% do total de UCs.

Atuação Frente às Emergências Climáticas em 2024:

Atuação Frente às Emergências Climáticas em 2024:		<p>Desafios: Recursos financeiros limitados para as ações nas emergências e dificuldades logísticas em áreas de difícil acesso devido os efeitos das mudanças climáticas.</p> <p>Perspectivas para os próximos exercícios:</p> <p>Intensificar ações de prevenção dos efeitos das mudanças climáticas e epizootias, com foco em territórios vulneráveis.</p>
Emergência	Unidades de Conservação Atendidas	
Enchente no Acre	7	
Chuvas intensas no Sudeste	20	
Inundações no Rio Grande do Sul	5	
Gripe Aviária	115	
Fauna Pantanal	2	
Fauna Aquática	6	
Seca Amazônica	61	

4.2 GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

FORÇA DE TRABALHO

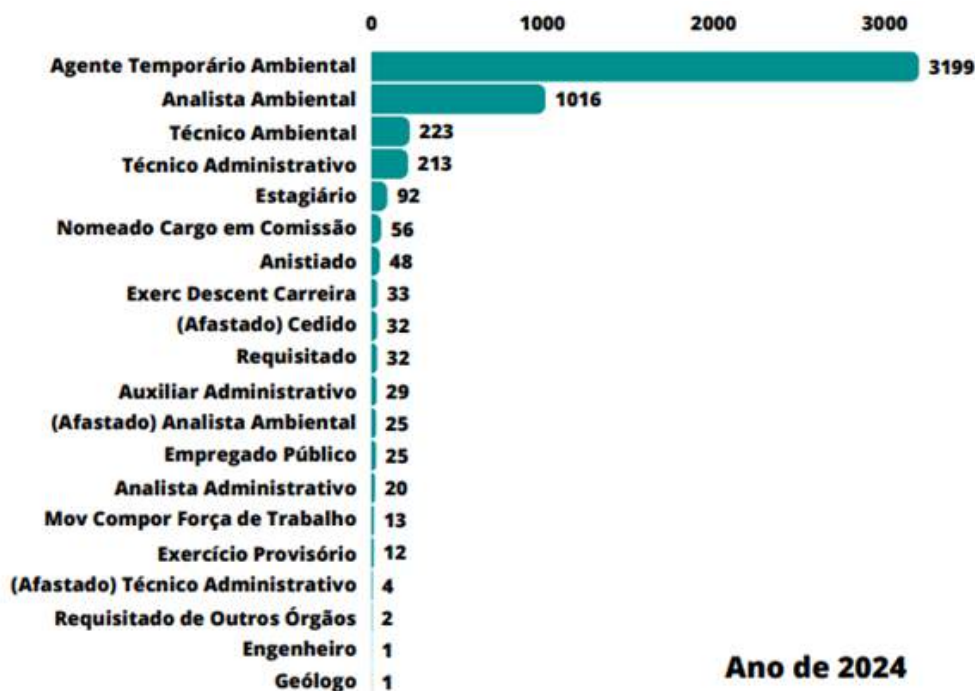
O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem demonstrado seu compromisso contínuo em fortalecer sua equipe e aprimorar a gestão das unidades de conservação e a proteção da biodiversidade brasileira, bem como as atividades administrativas. Em 2024, o Instituto manteve seu esforço para aumentar a força de trabalho por meio de concursos públicos. Nesse cenário, foi autorizada a realização do concurso público para 350 novas vagas, sendo 120 para o cargo efetivo de Analista Administrativo e 230 para o cargo efetivo de Analista Ambiental.

A ampliação do quadro de servidores é essencial para garantir a eficácia das ações do ICMBio, especialmente considerando a crescente demanda por fiscalização, monitoramento ambiental, pesquisas científicas e outras atividades críticas para a preservação de ecossistemas, bem como atividades de suporte de logística e administração.

Em complemento, em 2024 o ICMBio manteve o compromisso de assegurar a continuidade dos serviços essenciais para a conservação ambiental por meio da contratação de Agentes Temporários Ambientais (ATAs). Esses profissionais desempenham um papel fundamental no apoio às diversas atividades de fiscalização, monitoramento e gestão das unidades de conservação, além de contribuírem para o desenvolvimento de projetos e ações de preservação da biodiversidade brasileira.

Nesse sentido, houve a autorização para contratação e continuidade de 3.850 postos de trabalho ocupados por ATAs. O esforço na valorização da força de trabalho do ICMBio manteve por diferentes situações funcionais, tais como ocupantes exclusivos de cargo em comissão, estagiário, servidores cedidos, dentre outros.

Diante do exposto, abaixo representa o total da força de trabalho em exercício no ICMBio, tendo como referência o mês de dezembro de 2024:



AGENTE TEMPORÁRIO AMBIENTAL - ATA

Em 2024, o ICMBio contratou 3.199 Agentes Temporários Ambientais. O painel dinâmico de informações de ATAs foi atualizado para aprimorar a visualização dos dados, incorporando cores modernas e novas funcionalidades, como o controle e levantamento de vagas, que permite consultar o quantitativo por unidade e por autorização.

- » **Publicação da Políticas de ATAs:** A publicação da Política de ATAs por meio da Portaria ICMBio nº 633, de 07 de março de 2024, institui-se um importante instrumento de avanço na contratação temporária pelo Instituto Chico Mendes, o qual trouxe a definição de objetivos, diretrizes, novas áreas temáticas, fluxos, competências, bem como a padronização de editais e contratos.
- » **Modelo dos Editais (mudanças de etapas, critérios e pontuações):** Além da Política de ATAs, tivemos a disponibilização de modelos dos editais para cada área temática. As propostas de cada edital contaram a elaboração das áreas técnicas de cada Coordenação Geral relacionada à temática. Cada qual tornou evidenciar as habilidades e atribuições dos diferentes tipos de Agentes Temporários Ambientais, para selecionar aqueles que mais se aproximassem ao perfil proposto. Essas atualizações trouxeram novas etapas como Teste de Avaliação Escrita (TAE) e o Teste de Habilidade Específica (THE). Outra atualização importante foi a adaptação dos testes TAF e THUFA para candidatas do sexo feminino e candidatos do sexo masculino. Também tivemos algumas mudanças significativas nos critérios de pontuação e na entrega dos documentos complementares para participação do seletivo.
- » **Reserva de vagas para candidato autodeclarado preto, pardo e indígena (IN do MGI):** Para os novos editais, foi incorporada a aplicação de reserva de vagas para pessoas negras conforme previsto pela Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023. Embora esta previsão represente um importante passo para equidade de oportunidades para pessoas autodeclaradas como preto, pardo e indígena, não houve êxito na aplicação devido a indisponibilidade financeira do Instituto para contratação de banca externa especializada para o processo de heteroidentificação. Todavia, segundo o Painel de Contratação Temporária, o Instituto possui cerca de 58,4% de Agentes Temporários Ambientais contratados que se autodeclararam como preto e pardo. Isso demonstra que apesar dos entraves orçamentários para aplicação das políticas afirmativas, as oportunidades de ingresso de ATAs que se autodeclararam como negros e pardos representam maioria nas contratações. Contrato de trabalho específico para cada área temática. Outro ponto a destacar foi a diferenciação dos contratos de ATAs, que agora contam com atribuições específicas a cada área temática e nível, tais mudanças focalizam a execução das atividades pelos ATAs de acordo com o perfil e grau de atribuições do contrato, não sendo mais atribuições generalizadas como antes.

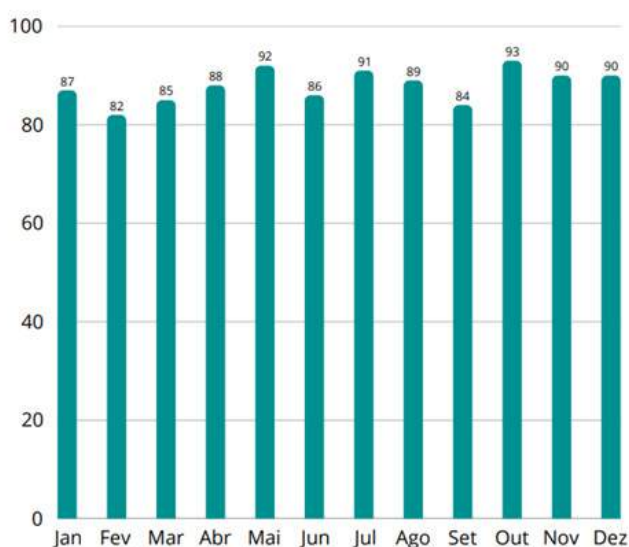
- » **Distribuição de ATAs para 2024:** Em 2024 tivemos a definição da distribuição de ATAs a partir da Portaria ICMBio nº 655 (SEI nº 17941569) que autorizou o quantitativo de 3.500 (três mil e quinhentos) ATAs para todas as áreas temáticas e 85 (oitenta e cinco) ATAs para a área temática Gestão Socioambiental, Populações Tradicionais e Consolidação Territorial. Totalizando o quantitativo para o ano de 3585 Agentes Temporários Ambientais. Este número levou em consideração as vagas que estavam preenchidas à época da Publicação da Política de ATAs com a realocação de algumas vagas entre Unidades após a definição pelos representantes da Comissão de Gestão Estratégica da Força de Trabalho – CGEFT.
- » **Contratações de ATAs Socioambientais para cadastramento de Famílias de Populações Tradicionais que convivem em áreas de Unidade de Conservação.** Também contamos com o processo de contratação de ATAs socioambientais do Programa Bolsa Verde, relativos à temática de Apoio a Gestão Socioambiental, Populações Tradicionais e Consolidação Territorial. Com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, tornou-se possível a contratação de ATAs com objetivo de realizar o cadastramento e diagnóstico socioeconômico de famílias de populações tradicionais que habitam as Unidades de Conservação Federal, no qual destinaram 85 vagas de ATAs entre Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis. Os ATAs desta temática contribuíram na reunião de dados socioeconômicos dos grupos familiares identificados como populações tradicionais nas Unidades de Conservação. A coleta dos dados foi realizada através da Plataforma SisFamílias. O levantamento destes dados tem propiciado a gestão participativa do Instituto e a formulação de políticas públicas para essas famílias. Com auxílio dos ATAs, o programa bolsa verde já demonstra resultados otimistas. Neste ano foram cadastradas 1996 famílias em sete Unidades de Conservação, abrangendo o total de 37.425 famílias indicadas pelo programa. Parte desse resultado se deve aos ATAs socioambientais. Das 85 vagas previstas, conseguimos com êxito a contratação de 80 ATAs, isso só foi possível graças as articulações entre DISAT/CGPT e DIPLAN/CGGP.
- » **Novas diretrizes para contratação e abertura de processo seletivo:** Após autorização do efetivo de ATAs, foram definidas diretrizes para os processos de autorização de abertura de seletivo, renovação de contratos, contratação de substitutos entre outros procedimentos. Agora os processos contam com a manifestação de diferentes instâncias visando trazer mais transparência aos processos e promovendo a participação direta das Gerências Regionais e das Coordenações-Gerais relacionadas à área temática. Além de sobretudo, atestar a disponibilidade orçamentária e autorização para as contratações, tendo em conjunto a avaliação técnica da CGGP para continuidade dos processos.
- » **Publicação da IN 07/2024 (Implemento da modalidade de contratação direta)** Em complemento a IN 01/2024, foi implementada a IN 07/2024 com o objetivo de prever a possibilidade de contratação direta de Brigadistas da temática de prevenção e combate a incêndios florestais. De modo que a contratação ocorra somente para os candidatos que possuam curso de formação de manejo integrado do fogo oriundos de outros processos de contratação. Essa modalidade de contratação permite a contratação de Brigadistas com experiência para atender emergências ambientais de forma mais ágil.
- » **Contratação Emergencial (Mudança temporária no Interstício de recontração de ATAs de fogo).** Em 2024 foi possível a contratação direta de ATAs que tiveram o desligamento recente, não sendo necessário obedecer ao interstício de dois anos como comumente acontecia. Essa medida permitiu a destinação de 330 vagas para contratação imediata de ATAs da Brigada, priorizando as Unidades em risco de queimadas extremas. Esse efetivo permitiu ações mais diretas e efetivas. Dotações orçamentárias; crédito orçamentário da Ação Yanomami; Ação do Rio Grande do Sul, Ação Pantanal e Ação da Amazônia Legal. Neste ano, em razão das situações de calamidade climáticas que assolaram diversas regiões do país, o Instituto foi beneficiado com créditos extraorçamentários para enfrentar as crises que atingiram o norte, sul e centro-oeste. Por exemplo, a seca sem precedente no Amazonas, bem como a exploração ilegal de minérios em terras indígenas ameaçando a vida da Comunidade Yanomami. Além disso, tivemos as enchentes do Rio Grande do Sul deixando diversas famílias desalojadas. Posteriormente, enfrentamos o combate aos fogos no Bioma do Pantanal e do Cerrado em virtude da seca e da queima clandestina. Ações essas que foram subsidiadas com recurso orçamentário extra para mitigar as condições deixadas pelos desastres ambientais.
- » **Quantitativo de Processos Seletivos abertos ao Ano:** Em 2024 atingimos o total de 204 Processos Seleti-

vos, com mais de 523 Resultados publicados.

- » **Quantitativo de Processos de Contratação/Substituição/Transferências/Remanejamento e Renovações:** Neste ano tivemos 174 processos de solicitações de abertura de Processo Seletivo, 87 Processos solicitação de Substituição e 81 Processos de Renovações. Além disso, registramos 65 processos com pedido de contratação e alteração da distribuição de ATAs, pedidos atendidos sempre com respaldo das deliberações do Comitê Gestor.
- » **Balanco anual de contratações:** Atualmente o Instituto Chico Mendes possui 3198 Contratos Temporários de ATAs, neste ano registramos a façanha de 1374 contratações ao decorrer do ano O mês de novembro registrou o pico de 298 contratações. Deste total, 181 ATAs são oriundos da contratação emergencial.
- » **Perspectivas para contratações de ATAs para 2025:** Para o ano de 2025 estima-se que sejam autorizadas até 4 mil vagas de ATAs. A distribuição de ATAs já foi deliberada pelo Comitê Gestor e deve ser divulgada no início do ano de 2025.
- » **Criação da Divisão de Agentes Temporários Ambientais na CGGP.** Com o aumento do efetivo dos contratos temporários ao longo dos últimos anos no Instituto fez-se necessária a criação de um setor exclusivo para tratar das demandas de cadastro e vida funcional dos agentes temporários com mais colaboradores e servidores. De 2023 até novembro de 2024, havia o SEATA - Serviço de Cadastro de Agentes Temporários Ambientais e já ao final do ano foi aprovada a criação da Divisão de Agentes Temporários Ambientais (DIATA) dentro da nova estrutura do ICMBio definida a partir da publicação da Portaria ICMBio Nº 4.194, tornando a Divisão diretamente integrada a COAPE, um marco importante para a CGGP considerando a proporção de atuação dos ATAs em todo o Instituto e reafirmando o comprometimento da CGGP numa melhor gestão dos ATAs.

ESTÁGIO

No ano de 2024, o ICMBio realizou a contratação de estagiários mensalmente, de janeiro a dezembro, consolidando seu compromisso com a formação e capacitação de novos talentos. Ao longo do período, o número de contratações foi distribuído da seguinte forma:



ASSESSORIA

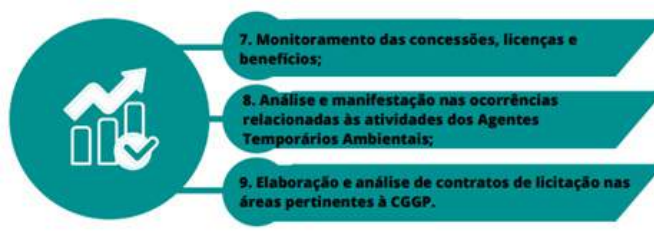
Enquanto Órgão Seccional do SIPEC, o ICMBio observa o conjunto de regras e princípios estabelecidos pelo Governo Federal e órgãos de controle e aplica as normas oriundas da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)

do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Órgão Central do SIPEC, responsável pelas diretrizes sobre gestão de pessoas no executivo federal.

Destarte, periodicamente, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Auditoria Interna são realizados apontamentos, solicitando esclarecimentos e adoção de providências cabíveis. Ademais, preventivamente, são realizadas auditorias para identificar e corrigir inconsistências, mediante dados obtidos no Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE). Nos processos de gestão de pessoas, a avaliação da conformidade é conduzida por meio dos seguintes indicadores:



Outrossim, são prestados subsídios à Procuradoria Federal Especializada (PFE) para defesa do Instituto em juízo, bem como o cumprimento de decisões judiciais. Além de terem sido atendidas diversas solicitações provenientes da DIPLAN, da Auditoria Interna, da Corregedoria, da Comissão de Ética e da Ouvidoria.



GESTÃO DA INFORMAÇÃO

No ano de 2024, foi criada uma logomarca para a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, com o objetivo de aprimorar a identidade visual do setor. A nova marca reflete os valores institucionais e reforça a importância estratégica da gestão de pessoas, promovendo maior reconhecimento e alinhamento visual em documentos, materiais e comunicações internas e externas.

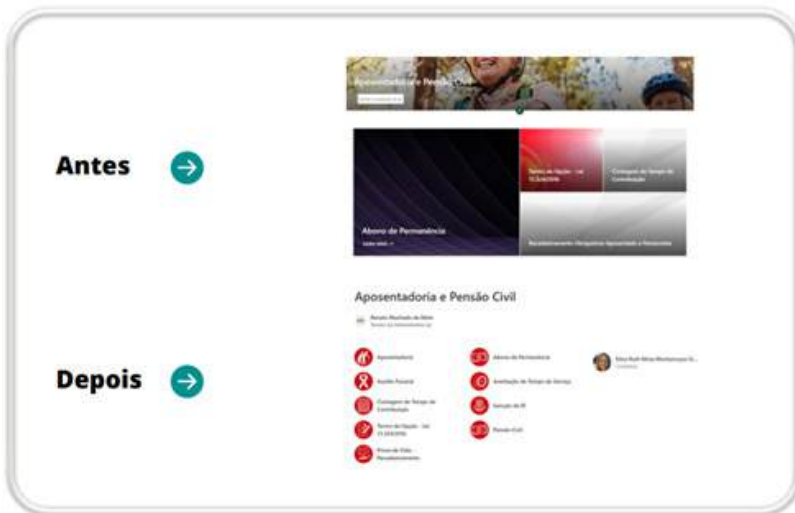
Além disso, houve um esforço significativo para unificar os [painéis Dinâmicos de Informação](#). O painel de Força de Trabalho agora integra informações sobre Time Volante, Teletrabalho e Evolução da Força de Trabalho, facilitando a navegabilidade do usuário em um único endereço.

Elaboramos um [guia de navegação](#) para os painéis disponíveis na página de Painéis de Informações, permitindo que os usuários acessem, em formato de arquivo, as descrições do que cada painel oferece.

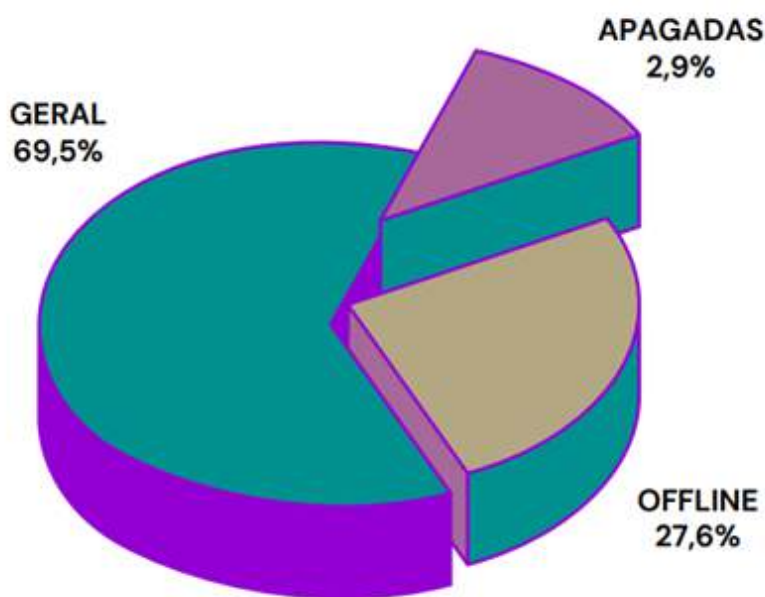
Além disso, foi criada uma página interna dedicada aos painéis da CGGP, a qual facilita o trabalho da equipe. Esta página é restrita e acessível apenas aos colaboradores da CGGP, permitindo a consulta de informações relevantes para suas atividades diárias.

Realizamos a atualização do SharePoint da CGGP, proporcionando uma navegabilidade fluida e intuitiva, com links de acesso rápido e organização das páginas em árvores temáticas. A página inicial será ajustada mensalmente. Neste projeto, desenvolvemos uma identidade visual para cada temática e eliminamos páginas obsoletas, duplicadas, em branco ou sem uso. Após a análise de 210 páginas, 58 foram excluídas, resultando em 152 páginas com informações atualizadas.





Segue exemplo do antes e depois e dados acerca da atualização:



Realizamos um levantamento das páginas do SharePoint para avaliar sua situação. Algumas foram excluídas, outras permanecem offline e a maioria, embora ativa, passou por edições e atualizações de conteúdo. O gráfico apresentado ilustra o estado atual das informações online e destaca o progresso alcançado nesse processo de revisão.

APOSENTADORIA	INSALUBRIDADE	MOVIMENTAÇÃO	CARGOS E FUNÇÕES
#CCODIO	#94OOD3	#A66999	#975BA0

CGGP	MEDIARE	TELETRABALHO	GESTÃO DA INFORMAÇÃO
#00531F	#67962E	#8C9E77	#99BAA5

ACADEBIO	QVT	ATAS	GOVERNANÇA DE PESSOAS	COGAGE
#5D4533	#CF893F	#FF9636	#B4A884	#F4BC21

RELATÓRIO DE GESTÃO	ESTÁGIO	TIME VOLANTE	CADASTRO
#003453	#2167BD	#3993BC	#009090

O mapa de cores do Sharepoint da CGGP é um guia em código hexadecimal para orientar a direção de arte nos projetos da área.

ESTÁGIO

O processo de documentação dos Ativos de Dados foi iniciado, uma etapa essencial para garantir que todos os envolvidos na governança e gerenciamento tenham acesso rápido e fácil às informações relevantes. Essa iniciativa facilita o entendimento adequado dos dados e sua utilização. Atualmente, os dados dos Painéis da CGGP estão classificados como de nível emergente, o que significa que possuem registros formalizados por meio de processos padronizados, com acesso controlado conforme a demanda e a critério do responsável. Além disso, a página de Governança de Pessoas no portal do ICMBio, disponível no GOV.BR, foi atualizada. A reformulação incluiu melhorias na organização das informações, tornando-as mais acessíveis e transparentes para os usuários. Essas ações reforçam o compromisso com a gestão eficiente e a comunicação clara.

APOSENTADORIA

A aposentadoria continuou sendo um importante benefício previdenciário concedido aos servidores públicos. No âmbito do ICMBio, foram efetivadas, em 2024, um total de 26 aposentadorias, distribuídas entre diversas modalidades: a pedido do servidor, por incapacidade permanente para o trabalho, compulsoriamente e aposentadorias especiais. A seguir, a distribuição detalhada:

- 9 Analistas Ambientais
- 3 Analistas Administrativos
- 6 Técnicos Ambientais
- 6 Técnicos Administrativos
- 2 Auxiliares Administrativos

Ao longo do ano, também ocorreram 4 reversões, situações em que o servidor aposentado retorna ao trabalho, sendo:

- 2 Técnicos Administrativos
- 2 Técnicos Ambientais.

APOSENTADORIA

O teletrabalho e os times volantes promovem maior flexibilidade e eficiência nas atividades profissionais. O teletrabalho permite que os colaboradores desempenhem suas funções remotamente, utilizando tecnologias de comunicação e colaboração para manter a produtividade e o engajamento. Por outro lado, os times volantes, compostos por profissionais distribuídos geograficamente, favorecem a agilidade e a adaptação às necessidades dinâmicas do ICMBio. Seguem os dados sobre a implementação desses modelos de trabalho e o link para acesso aos painéis.

Servidores em teletrabalho

596



Autorizações teletrabalho

602

121

Quantidade Servidores
em Time Volante

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O mapeamento das lacunas de competências do ICMBio é um processo fundamental para subsidiar os processos formativos, e para identificar as potencialidades de competências dos servidores do instituto. Em 2024 iniciamos o processo de revisão das competências, em alinhamento com as orientações da ENAP, para dar mais clareza às competências avaliadas e deixá-las em consonância com a realidade institucional. Com isto, esperamos ter um rol de competências mais enxuto e fidedigno para subsidiar a tomada de decisão de políticas institucionais na gestão estratégica de pessoas. Também desenvolvemos o BI de competências, facilitando a consulta pelos servidores. [Clique aqui para visualizar o BI.](#)

MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

A tabela abaixo apresenta o número de movimentações de servidores por tipo de remoção e o total acumulado ao longo do último trimestre.

TIPO	MODALIDADE	NÚMERO
Remoção	A pedido, a critério da administração	16
	De ofício	62
	A pedido, para acompanhamento de cônjuge	5
	A pedido, por motivo de saúde	11, sendo 10 da GR 1
Alteração de lotação		40

PROGRAMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO - PGD

O ICMBio instituiu, por meio da Portaria nº 2.494, de 21 de agosto de 2024, o Programa de Gestão e Desempenho (PGD). O PGD é um modelo de gestão focado em resultados. Ele promove a vinculação entre o trabalho individual dos servidores, as entregas das unidades e as estratégias organizacionais do ICMBio. Com o PGD, deixamos para trás a cultura do controle de frequência (o famoso “ponto”) e passamos a focar na entrega de resultados concretos, alinhados à nossa missão institucional. Essa mudança de paradigma promove maior eficiência, transparência e flexibilidade na gestão. O PGD traz importantes mudanças na forma como os servidores trabalham no ICMBio:

- Adeus ao “ponto”: O controle de frequência e assiduidade (o famoso “ponto”) é substituído pelo acompanhamento das entregas e dos resultados. Seu trabalho será avaliado com base no que você entrega e nos resultados obtidos.
- Teletrabalho: O PGD permite que você trabalhe, parcial ou integralmente, em regime de teletrabalho, a partir de um local de sua escolha, sem ser necessariamente nas dependências do ICMBio. Essa modalidade contribui para uma melhor qualidade de vida e flexibilidade.
- Participação Inclusiva: O PGD abrange todos os servidores, tanto os que trabalham presencialmente quanto os que trabalham em regime de teletrabalho.

- Foco em Resultados, não em Teletrabalho: É crucial entender que o PGD não é sinônimo de teletrabalho. O foco principal é a gestão por resultados, e as modalidades de trabalho (presencial e teletrabalho) são ferramentas para alcançar esses resultados.

QUALIDADE DE VIDA

Ao longo do ano de 2024, diversas atividades previstas no Plano de Ação Anual Nacional (PAAN 2024) foram realizadas. Entre elas, destacam-se as sensibilizações através de rodas de conversa e eventos corporativos para servidores e colaboradores, abordando temas como saúde integral, bem-estar, relacionamentos interpessoais e organização financeira. Além disso, foram divulgadas pílulas de conteúdo sobre Qualidade de Vida no Trabalho, entre outros tópicos.

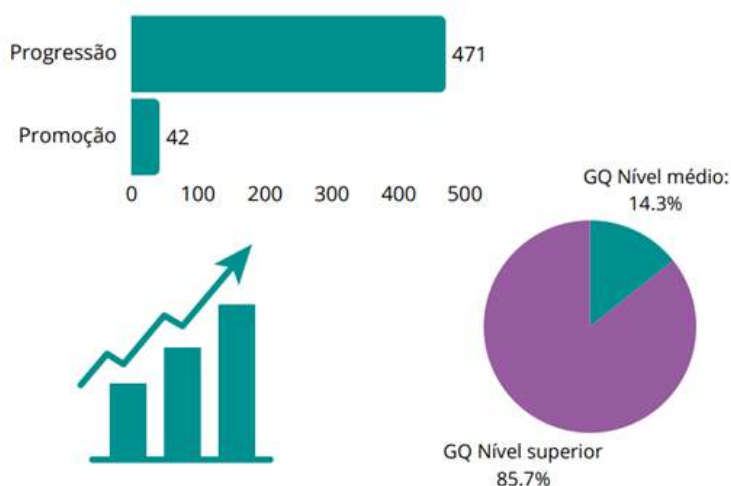
O antigo Plantão QVT passou por uma transformação, tornando-se o Espaço de Apoio Psicossocial, agora composto por uma equipe multidisciplinar com duas psicólogas e um assistente social contratados. Durante 2024, foram realizados 170 atendimentos a servidores e colaboradores, abrangendo temas diversos relacionados ao ambiente de trabalho e seus desdobramentos psicossociais, como a necessidade de capacitação e treinamento, desenvolvimento de habilidades para melhorar relacionamentos interpessoais, organização do trabalho e gestão do estresse. A crescente procura pelo atendimento psicossocial demonstra a confiança e a importância desse espaço para o bem-estar e a promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, oferecendo acolhimento frente aos desafios cotidianos. Também foram realizadas atividades de integração, apoio e facilitação para grupos e equipes, conforme demanda.

O Serviço manteve-se responsável pela análise, orientação e encaminhamento de concessões de licenças para tratamento de saúde dos servidores, interlocução com unidades SIASS para marcações de perícias médicas, incluindo licenças para acompanhamento de pessoa da família, licenças gestantes, adotantes e paternidade, além de licenças por acidente em serviço.

Também auxiliou as Gerências Regionais, Centros de Pesquisa e Unidades de Conservação nos procedimentos relacionados à recepção de atestados médicos e devidos encaminhamentos. Além disso, orientou os servidores sobre auxílios como natalidade, assistência à pré-escola, assistência à saúde suplementar e demais benefícios aos quais os Servidores Públicos Civis da União têm direito.

PROMOÇÃO E PROGRESSÃO

O desenvolvimento dos servidores na Carreira de Especialista em Meio Ambiente ocorre por meio da progressão funcional/promoção, sendo aplicada a todos os servidores ativos que ainda não alcançaram a última classe/padrão. São requisitos para concessão: interstício de um ano, avaliação de desempenho e capacitação, este apenas no caso da promoção. Considera-se a data de entrada em exercício no cargo para contagem do tempo. Dados de 2024:



MEDIARE

Em 2024, o Mediare atuou em diversos comitês: o Comitê Técnico de Gestão de Riscos, Integridade e Controles (CTGRIC), o Comitê Gestor de Capacitação (CGCAP) e o Comitê de Política de Nucleação (COINGE). Em dezembro, ministrou o Curso de Gestão de Conflitos Interpessoais em Equipes, com carga horária de 50 horas, direcionado para chefias e lideranças. Neste curso, contamos com a participação de um colega do Ibama e uma colega do MMA, ampliando alianças para a melhoria da qualidade das relações no serviço público, especialmente no SISNAMA. Ao longo do ano, realizamos 99 horas de escuta e 10 horas de mediação (quando duas pessoas conversam sobre um tema específico para melhorar o entendimento). Atendemos 21 unidades administrativas no período.

PAGAMENTO DE PESSOAL

A remuneração dos agentes públicos é baseada nos cargos e níveis estabelecidos pelo serviço público federal, com benefícios previstos pela legislação, como gratificações e adicionais. Nesse contexto, a folha de pagamento dos servidores do ICMBio é composta pelas remunerações de diferentes situações funcionais, incluindo aposentados, pensionistas, estagiários, ocupantes exclusivos de cargo comissionado e servidores ativos e temporários que atuam em diversas unidades organizacionais. A diversidade de cargos efetivos e níveis, no caso de servidores temporários, com diferentes remunerações, benefícios e gratificações, exige atenção especial para evitar erros. Outro ponto que também exige atenção é desafio para acompanhar e implementar as constantes atualizações das orientações dadas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Além desses desafios diários para gerenciar a folha de pagamento, em 2024, a gestão das informações financeiras foi acrescida de um novo desafio com a necessidade de realizar o detalhamento da despesa de pessoal por tipo de recurso. Assim, a gestão de recurso se dividiu em orçamentário e extraorçamentário, especialmente, em decorrência de recursos direcionados para uso exclusivo na Amazônia Legal, Pantanal, Rio Grande do Sul, Programa Bolsa Verde e ações de prevenção e combate a incêndios. Mensalmente há um investimento médio de cerca de R\$ 44 milhões em toda a força de trabalho, o que representou em 2024 o total de R\$ 577.582.718,86 milhões, assim distribuídos:

- Servidores efetivos: R\$ 308.923.178,72 milhões
- Ocupantes exclusivos de cargo em comissão: R\$ 4.270.987,71 milhões
- Agentes Temporários Ambientais: R\$ 135.823.533,37 milhões
- Aposentado e pensionistas: R\$ 125.102.352,03 milhões
- Estagiários: R\$ 1.253.580,06 milhão.

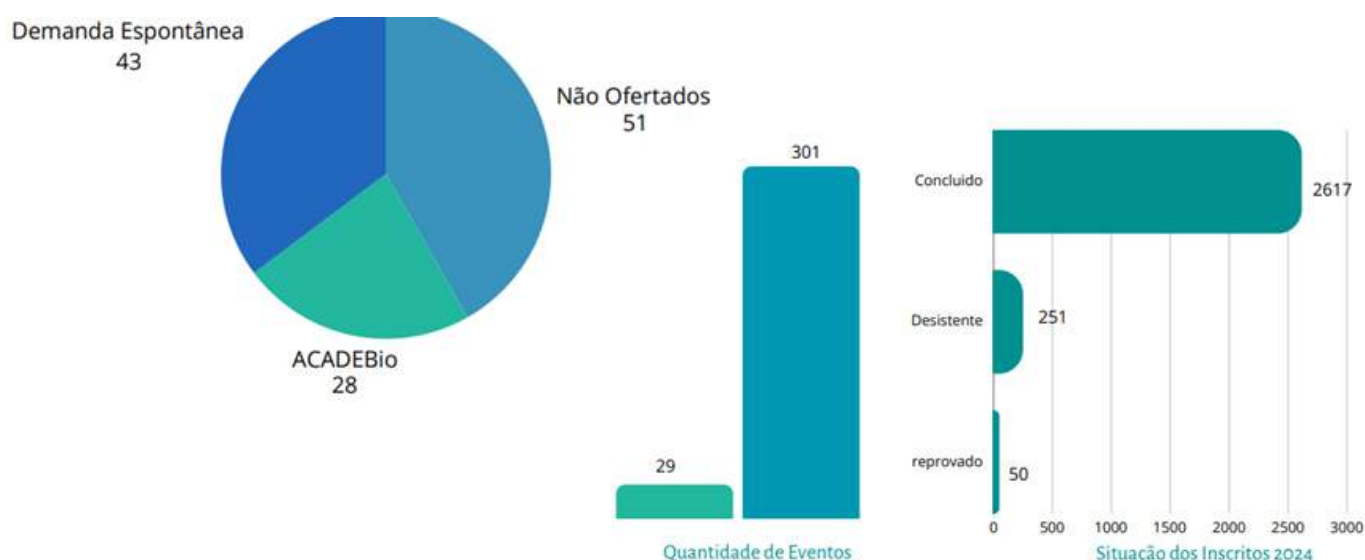
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL, FUNÇÕES E CARGOS COMISSIONADOS

A reestruturação da estrutura organizacional do ICMBio foi realizada com o objetivo de otimizar a gestão, aprimorar a eficiência operacional e fortalecer as ações de preservação ambiental. Como parte desse processo, além de criação de novas unidades organizacionais, houve também a realocação de cargos comissionados, funções comissionadas, servidores efetivos e agentes temporários ambientais para as unidades correspondentes, garantindo uma melhor distribuição das responsabilidades e funções dentro da organização. Essa realocação visa adequar as equipes às necessidades específicas de cada unidade, de forma a aprimorar o desempenho das atividades relacionadas à conservação da biodiversidade e ao manejo das unidades de conservação.

A reestruturação também reflete a necessidade de adaptar a estrutura do ICMBio às novas exigências de

CAPACITAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas é o instrumento que contém o planejamento das ações de capacitação do ICMBio, e no qual registra-se as necessidades de desenvolvimento dos servidores e as ações planejadas para atendê-las, com vistas ao desenvolvimento das competências necessárias ao alcance dos objetivos, princípios e diretrizes institucionais. No ano de 2024, o PDP foi instituído pelas Portarias ICMBio nº 996/2024, nº 2166/2024 e nº 2355/2024. Foi previsto no PDP 2024 122 ações de desenvolvimento, considerando os cursos que efetivamente constaram no PDP após a revisão de meio termo realizada em junho/2024 e somados aos eventos que já tinham sido realizados no ano. Destas ações, 28 foram atendidas por eventos executados pelo ICMBio, 43 foram eventos realizados pelos servidores em razão de demanda espontânea e 51 ações de desenvolvimento não foram ou tiveram nenhum evento de capacitação realizado. Conforme gráfico abaixo:



Importante apontar que, em razão do contingenciamento do orçamento federal de 2024, os eventos de capacitação do ICMBio tiveram início somente em junho de 2024, o que comprometeu a capacidade de execução dos eventos originalmente planejados.

As ações de desenvolvimento se concentraram no segundo semestre, especialmente as ações que demandaram algum investimento financeiro, de modo que a ACADEBio permaneceu com ocupação constante, por vezes em sua capacidade máxima de operação.

Outro recorte necessário de ser feito é o relacionado a capacitação na temática de manejo integrado do fogo. O Curso de Formação de Brigadas contou com 20 turmas em 2024, e o curso de Treinamento em Serviço em Manejo Integrado do Fogo teve 12 turmas, abaixo do planejado nas ações de desenvolvimento relacionadas. Além da restrição orçamentária do primeiro semestre do ano, o ano de 2024 contou com um regime atípico dos incêndios florestais, com o início da temporada de fogo antecipada, com atividades em grande ritmo já no meio do mês de junho, o que trouxe como consequência a realização de contratações em regime de urgência e de profissionais capacitados pelo ICMBio em anos anteriores, o que implicou em apenas metade das capacitações planejadas ter sido realizada.

Ainda assim, durante o ano de 2024, o ICMBio promoveu a participação de 1365 servidores em 330 eventos de capacitação. Do total destes eventos, 29 foram eventos ofertados pela ACADEBio nas modalidades EaD, presencial e híbrida. O 301 foram cursos e eventos decorrentes de demanda espontânea em capacitação, realizados pelos servidores por meio de afastamento para gozo de licença capacitação - LIC e participação em eventos de curta e média duração. Tivemos 2.947 pessoas inscritas nos 330 eventos de capacitação. Deste total, tivemos 2617 participantes aprovados, 251 desistentes e 50 reprovados.

ACADEBIO EM NÚMEROS

1. Metas da Capacitação para o ICMBio em 2024;

META 1: 18.01 - % de Servidores Capacitados - CGGP/DIPLAN - meta: 30%

29% 1365 pessoas foram capacitadas em cursos promovidos/apoiados pela ACADEBio, em com a realização de 331 eventos de capacitação distintos.

Memória de cálculo: $1.724 \text{ efetivos} + 3.016 \text{ temporários} = 4.740$
 $1.365 / 4.740 * 100$

META 2: 18.02 - % Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - CGGP/DIPLAN - meta: 100%

Foi previsto no PDP 2024 122 ações de desenvolvimento, considerando os cursos que efetivamente constaram no PDP após a revisão de meio termo realizada em junho/2024 e somados aos eventos que já tinham sido realizados no ano.

59% Dos 122 ações de desenvolvimento foram atendidas no ano de 2024, sendo 72 eventos de capacitação executados, dos quais 29 cursos oferecidos pelo ICMBio e 43 de Demanda Espontânea constante no PDP 2024.

Memória de cálculo: $(\text{Cursos Executados ICMBio} + \text{Demanda espontânea constante no PDP 2024}) * 100 / (\text{listagem de ações de desenvolvimento listadas no PDP 2024})$

Dentro das 122 ações de desenvolvimento previstas no PDP 2024, foram realizados, no total, 330 eventos de capacitação, dos quais 29 foram cursos ofertados pelo ICMBio e 301 foram cursos solicitados pelos servidores por meio de demanda espontânea. Os cursos que obtiveram autorização para serem realizados tinham como principal característica o atendimento a lacunas de competência identificadas no PDP 2024. Alguns cursos atendiam a ação de desenvolvimento prevista no PDP, estando listados nominalmente no PDP, quando identificados de forma prévia pelas áreas, outros cursos atendiam lacunas identificadas.

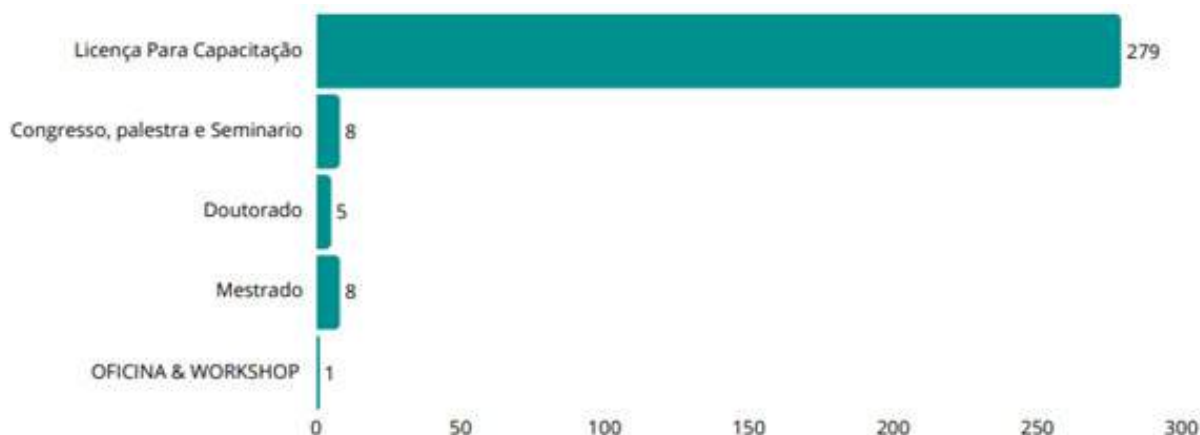
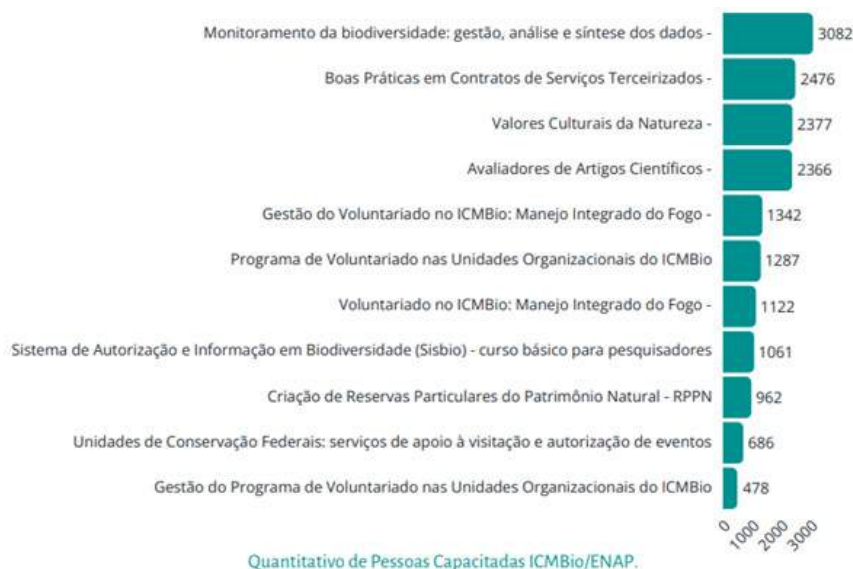


Tabela - Quantitativo de Pessoas Capacitadas em Demanda Espontânea.

CURSOS EAD PELA ENAP

29.146 pessoas capacitadas em cursos em que o ICMBIO é conteudista na plataforma da ENAP. Atualmente são 11 cursos hospedados na EV.G.



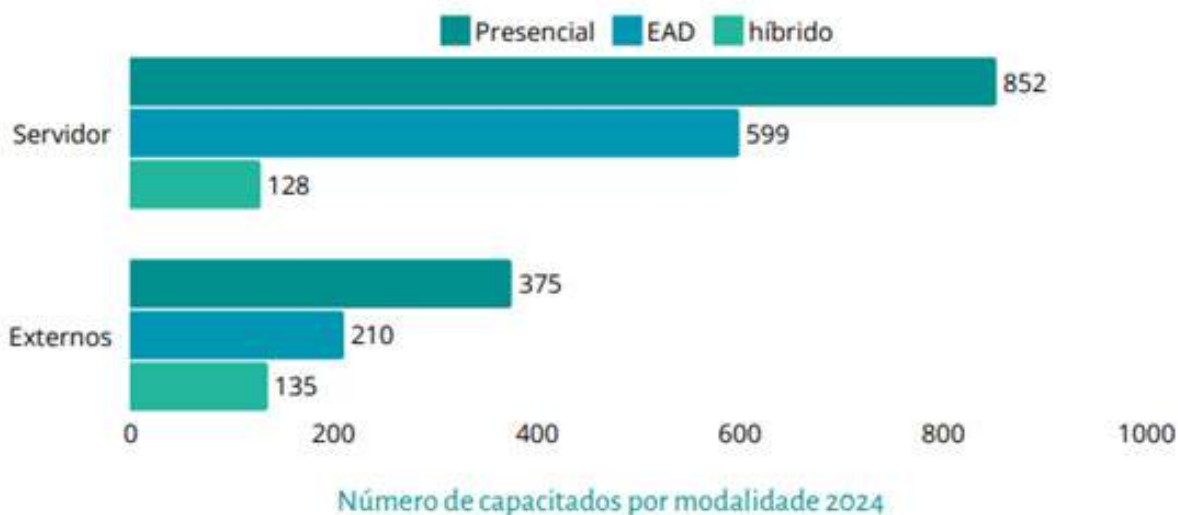
VALORES INVESTIDOS



	Custos com Cursos Realizados por PDP	Custos com Cursos Realizados por Demanda Espontânea
Deslocamento (passagens)	R\$ 1.080.800,93	R\$ 125.736,23
Deslocamento (diárias e auxílio deslocamento)	R\$ 97.586,84	R\$ 122.302,53
Contratos ACADEBio	R\$ 892.040,98	R\$ 0,00
Inscrições em cursos de curta e média duração	R\$ 0,00	R\$ 17.120,40
GECC	R\$ 755.176,51	R\$ 0,00
R\$ 3.090.764,42		

Valores Investidos nos Eventos.

NÚMERO DE CAPACITADOS POR MODALIDADE 2024



TABELAS DE NÚMEROS SEPARADO POR PDD E DEMANDA ESPONTÂNEA

Cursos PDP	Demanda Espontânea
29 cursos	301 Cursos
1593 Servidores e 571 Externos Capacitados	135 servidores capacitados

PRINCIPAIS AÇÕES DA ACADEBIO EM 2024

Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade

A ACADEBio realizou de 29 de outubro a 13 de novembro de 2024, o Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade, para 136 servidores, ingressos no concurso de 2022. O curso foi estruturado em 3 momentos: o primeiro, em formato EAD, foi realizado no período de novembro a dezembro/2023, e foi considerado pré-requisito para participação na fase presencial. O segundo momento, que se tratou da realização do módulo “Gestor do Território na Amazônia”, realizado de maneira presencial. O terceiro momento, que será realizado de forma presencial, os servidores serão capacitados para atuar como agentes de fiscalização ambiental, que está programado para ocorrer em 2025.



CERTIFICAÇÃO JUNTO AO MEC

A ACADEBio obteve a nota 4,0 na avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para fins de sua certificação junto ao Ministério da Educação (MEC), em uma escala que vai até 5,0, sendo a ACADEBio considerada apta como Escola de Ensino Superior. Com esta certificação junto ao MEC, a ACADEBio estará apta a oferecer cursos de pós-graduação lato sensu, ampliando o escopo de suas atividades e fortalecendo a formação de servidores do ICMBio, demais instituições do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), membros de grupos sociais estratégicos nos territórios e organizações parceiras



4.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

A Coordenação Geral de Gestão Administrativa (CGADM), ao longo do ano de 2024, desempenhou um papel estratégico e essencial na gestão de imóveis destinados a abrigar unidades administrativas e operacionais. Sua atuação foi marcada pela otimização de recursos, pela implementação de práticas inovadoras e sustentáveis e pelo alinhamento das necessidades logísticas às diretrizes institucionais.

Entre as principais atividades conduzidas pela CGADM, destacaram-se a análise e a aquisição de novos espaços, a manutenção e modernização dos imóveis existentes e a elaboração de contratos de locação que garantissem eficiência financeira e operacional. Além disso, houve um foco especial na adequação dos espaços às normas de acessibilidade e sustentabilidade, reafirmando o compromisso da Coordenação com a responsabilidade social e ambiental.

Sua atuação se deu principalmente em relação aos imóveis para abrigar as seguintes estruturas:

SEDE DO INSTITUTO CHICO MENDES:

As articulações que envolveram Secretaria do Patrimônio da União, a empresa proprietária do imóvel situado no Complexo Administrativo Sudoeste, na EQSW 103/104 e a Procuradoria Federal junto ao ICMBio, resultando na dação/adjudicação do imóvel.

Articulação para aquisição da Sede da Reserva Extrativista Verde Para Sempre, localizada no estado do Pará.

Articulação com Secretaria de Patrimônio da União visando a Cessão do Terreno, localizado no Polo 8 – Projeto Orla – Lago Sul – Brasília/DF, onde será construída a sede que abrigará o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação em Biodiversidade e Restauração Ecológica (CBC).

Articulação com Secretaria de Patrimônio da União visando o repasse de um **Terreno em Boa Vista** com vistas à construção da sede do NGI Roraima.

Por fim, Articulação com Secretaria de Patrimônio da União visando a Cessão do Imóvel, localizado na Rua 2 – Centro, na cidade de Goiânia/GO para abrigar a Reserva Extrativista do Lago do Cendro, a Gerência Regional Centro Oeste (GR3) e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Repteis e Anfíbios (RAN).

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Pregões realizados: **17**

Valor total homologado: R\$ 192.162.006,07

Inexigibilidade de licitações realizadas: **5**

Valor total homologado: R\$ 1.021.320,40

Dispensa de Licitação: **9**

Valor total homologado: R\$ 12.726.033,36

Aquisições de bens

I) Atas de Registro de Preços para aquisição de **58** motores de popa no valor total de R\$ 2.754.542,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

II) Atas de Registro de Preços para aquisição de **37** Embarcações no valor total de R\$ 5.317.109,98, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

III) Ata de Registro de Preços para aquisição de **10** Picapes Compactas no valor total de R\$ 1.469.000,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

IV) Ata de Registro de Preços para aquisição de 8 Motocicletas Off-road no valor total de R\$ 478.400,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

V) Ata de Registro de Preços para aquisição de 9 Motocicletas Trail no valor de R\$ 288.000,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

VI) Ata de Registro de Preços para aquisição de 9 Vans no valor total de R\$ 2.537.910,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

VII) Ata de Registro de Preços para aquisição de 100 picapes no valor total de R\$ 20.740.000,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

VIII) Ata de Registro de Preços para aquisição de 25 UTVs no valor total de R\$ 8.375.000,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

IX) Ata de Registro de Preços para aquisição de 28 Quadriciclos no valor total de R\$ 1.817.200,00, para atender as unidades de conservação e combate a incêndio.

Contratação de Serviços

Ata de Registro de Preço para contratação de **3.030** horas voo de aeronaves de asa fixa no valor total de R\$ 141.335.800,00 para combate a incêndio.

GESTAO DE PATRIMÔNIO

Visando à Implantação e operacionalização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) deu-se no início de 2024, ações de capacitação envolvendo **50** servidores/colaboradores da SEDE/ICMBio, Gerências Regionais e Centros Especializados.

Tendo em vista a abrangência de unidades pertencentes à GR1 (Santarém/PA), optou-se por realizar um evento específico na sede da unidade que envolveu **35** servidores/colaboradores com o intuito de capacitação para operacionalizar o SIADS no âmbito da Gerência.

No exercício de 2024, também ocorreu o tratamento de dados fornecidos pelas Gerências Regionais todas as Unidades, sendo estes dados consolidados pela Sede para migração no SIADS.

Realização de **24** consultas ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (SISREI).

Realização de 547 consultas ao banco de dados do INCRA, no sistema denominado de “**Declaração para Cadastro Rural – DCR**”, verificando a situação dos imóveis a serem adquiridos pelo ICMBio, atualização de dados e regularização dos mesmos junto ao INCRA e Receita Federal do Brasil.

GESTÃO DE ALMOXARIFADO

A Gestão de Almoхарifado garantiu o fornecimento eficiente de bens e serviços necessários para o funcionamento das unidades administrativas do ICMBio.

Durante o exercício de 2024, a Gestão de Almoхарifado, supriu e gerenciou dois contratos, sendo que um deles foi voltado especificamente para o fornecimento, sob demanda, de serviços de alimentação e eventos, no valor estimado de **R\$ 3.304.344,50** (três milhões, trezentos e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), e o segundo especializado em Serviço de Almoхарifado virtual incompany, marketplace e selfstorage, para todas as 340 unidades administrativas do ICMBio, totalizando um valor estimado no exercício de **R\$ 28.536.769,87** (vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e seis mil setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Do valor mencionado resultou um investimento na ordem de **R\$ 18.012.185**, (dezoito milhões, doze mil cento e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), resultante das

solicitações da ordem de **4.764** itens como material de expediente, copa, água, gás e alimentação.

GESTÃO DE FROTAS

A Gestão de Frotas garantiu o funcionamento dos veículos, embarcações e equipamentos utilizados pelas Unidades Organizacionais. Atuando na:

1. Na manutenção de Veículos, embarcações e equipamentos, garantiu condições de funcionamento por meio de revisões regulares, reparos preventivos e corretivos, resultado um investimento na ordem de R\$ **7.671.527,69** (sete milhões, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos).
2. No abastecimento de combustíveis, assegurou a disponibilidade de combustível para todas as atividades das unidades organizacionais, resultado um investimento na ordem de **R\$ 8.227,226,49** (oito milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos).

Ressalta-se que, no exercício de 2024, foram leiloados **76 veículos**, gerando uma arrecadação de **R\$ 1.498.422,61**.

GESTÃO DAS OBRAS E PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Gestão de Obras realizou, em 2024, **90** execuções entre obras, projetos e serviços de manutenções prediais, resultado um investimento na ordem de **R\$ 37.263,475,54** (Trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Foram ainda executados de **39** ações de produto de natureza intelectual e acervo técnico, entre laudos, pareceres e projetos de engenharia.

GESTÃO DO ARQUIVO CENTRAL

Quanto às ações realizadas no âmbito da gestão documental:

- a) Recolheu e cadastrou **3.075** pastas funcionais dos Servidores da Sede, Gerencia Regional – Sudeste (GR 4) e do O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN).
- b) Classificou e avaliou **682** caixas arquivo de documentos, perfazendo **95,48** metros lineares.
- c) Eliminou **17,36** metros lineares de documentos.
- d) Instrui e arquivou **2.336** processos físicos.
- e) Digitalização e arquivo de 364 caixas arquivo, correspondendo a **4.368** processos.

GESTÃO DO PROTOCOLO SEDE

Pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

Foram criados 11.517 processos; gerados 8.103 documentos; encerrados 16.853 processos; recebidos, inseridos e destinados 67.627 documentos em processos.

4.4 GESTÃO DA TI

AÇÕES DA COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2024

No ano de 2024, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) executou uma série de ações estratégicas voltadas ao aprimoramento da governança digital, da infraestrutura tecnológica e da segurança da informação. As principais iniciativas desenvolvidas incluem:

1. PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- **Publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2024/2025**, estruturado por temas, objetivos e resultados-chave, com foco em um planejamento dinâmico, ágil e orientado para resultados.
- **Aprovação do Plano de Continuidade de Gestão dos Serviços e Equipamentos de TI**, pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC).
- **Elaboração do Plano de Transformação Digital (PTD) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**, com previsão de assinatura no início de 2025.

2. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

- **Capacitação dos membros do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação** para aprimorar práticas e diretrizes institucionais.
- **Promoção de campanhas de conscientização sobre segurança da informação**, reforçando boas práticas e conformidade com normas vigentes.

3. INFRAESTRUTURA E ATENDIMENTO EM TI

- **Modernização da infraestrutura tecnológica**, com destaque para:
 - » **Nuvem 3.0**: Contratação conjunta com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).
 - » **Solução integrada de infraestrutura**, garantindo estabilidade e disponibilidade durante a migração para a nuvem.
 - » **Implementação de um sistema de URA com automação para registro de chamados**, otimizando o atendimento ao usuário.
 - » Novo canal de atendimento via WhatsApp - Chat Humano, ampliando os meios de suporte aos usuários.
 - » **Configuração e gestão do ambiente hiperconvergente no Serviço Florestal Brasileiro (SFB)**, aumentando a capacidade de armazenamento e processamento de dados.
- **Atendimento de aproximadamente 18 mil chamados em 2024**, mantendo os padrões de qualidade e prazo exigidos pelo ICMBio.

4. GESTÃO DE PESSOAS E REFORÇO DA FORÇA DE TRABALHO EM TI

- **Medidas para composição e fortalecimento da equipe de TI**, incluindo:
 - » **Concessão da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública (GSISTE)** a servidores.

- » **Solicitação de exercício descentralizado de servidor Analista de TI** para reforçar a equipe.
- » **Recrutamento interno para remoção de servidores para a área de TI.**
- **Publicação da Portaria nº 4.194, de 19 de dezembro de 2024**, promovendo melhorias na estrutura de cargos e funções da Coordenação, fortalecendo o quadro de pessoal.
- **Solicitação ao MGI para autorização de processo seletivo para contratação temporária de 50 profissionais de TI.**
- **Pedido de alocação de GSISPs ao MGI**, conforme a Portaria SGD/MGI nº 3.385/2024, garantindo reforço nas áreas de:
 - » Gestão de Dados e Informações.
 - » Privacidade e Segurança da Informação.
 - » Infraestrutura e Plataformas Digitais.

5. DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS

- **Apoio ao desenvolvimento de soluções low-code**, com criação de aplicativos para otimização de processos internos, incluindo:
 - » **Aplicativo e-Carta.**
 - » **Aplicativo de Dosimetria.**
 - » **Aplicativo PGR PPCDAM-ICMBio.**
- **Atualização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** da versão 3.1.5 para a versão 4.0.12, proporcionando:
 - » Correções no módulo de **Peticionamento, Intimação e Procuração.**
 - » Integração com o **Tramita.gov.br**, permitindo intercâmbio de processos com órgãos que utilizam o SEI, SUPERBR e Sapiens.
 - » Integração com o Contrato.gov.br, otimizando a gestão e tramitação de contratos.
- **Desenvolvimento de dashboards analíticos no Power BI**, facilitando a visualização e tomada de decisões. As áreas atendidas incluem:
 - » Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).
 - » Plano de Manejo (COMAN/DIMAN).
 - » Atualizações e chamados da Central IT.
 - » Setor DAFI (Encargos e Acessórios e BI DAFI - Concessões).
 - » Sistema de Voluntariado (SISVOL) e Divisão de Voluntariado (DIVOL).

6. SEGURANÇA, PRIVACIDADE E GOVERNANÇA DE DADOS

Continuidade das ações do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), promovendo maior maturidade e resiliência institucional.

Avaliação da Maturidade de Dados do ICMBio, permitindo uma melhor compreensão da gestão de dados e identificação de áreas para aprimoramento.

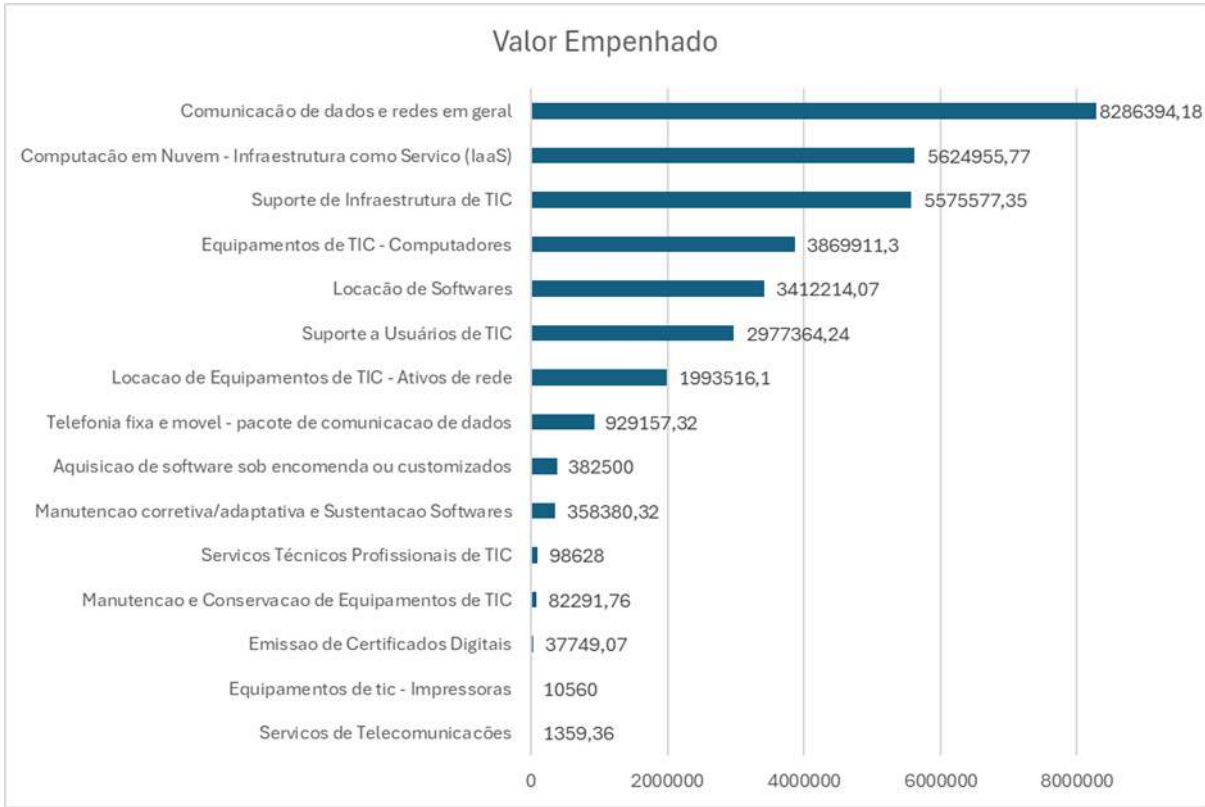
Elaboração de termo aditivo ao contrato com a Telebrás, para inclusão de **satélites de baixa órbita (LEO)** e soluções transportáveis, substituindo links satelitais de banda Ka e melhorando a conectividade nas Unidades de Conservação.

7. RETOMADA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Após um período de quase dois anos sem contrato ativo para prestação de serviços de desenvolvimento de software, foram conduzidos processos junto à **Central de Compras do MGI**, resultando na retomada da contratação de equipes especializadas para o desenvolvimento de sistemas no Instituto.

A execução dessas ações demonstra o compromisso da CGTI com a modernização, a eficiência e a segurança na gestão da tecnologia da informação no ICMBio, garantindo suporte tecnológico adequado às demandas institucionais e ao cumprimento da missão do Instituto.

ANEXO I										
CONTRATOS FIRMADOS NO ANO DE 2024 - CGTI										
Nº	Ano	Objeto Resumido	Empresa Contratada	CNPJ	Ctde	Valor unitário R\$	Valor do Contrato R\$	Data de assinatura	Início de vigência	Término de vigência atualizado
11	2024	Sistema Sophia Biblioteca Web	PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA	69.112.514/0001-35	*	*	14.498,00	27/02/2024	27/02/2024	27/02/2025
10	2024	Aquisição de Tablets	POSITIVO TECNOLOGIA S/A	81.243.735/0019-77	300	1.145,00	343.500,00	26/03/2024	26/03/2024	26/03/2026
22	2024	Solução Hiperconvergente	CALC INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	09.202.645/0001-81	*	*	2.870.042,68	18/06/2024	18/06/2024	18/06/2029
39	2024	Software CONSIAFI	PRISMA SYS SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA	38.068.664/0001-65	45	8.500,00	699.750,00	09/08/2024	09/08/2024	09/08/2025
45	2024	Desenv. Software por ponto de função	JOIN TECNOLOGIA	11.914.229/0001-58	*	*	3.474.806,79	17/09/2024	17/09/2024	17/09/2025
31	2024	Desenv. Software por perfil profissional	RESOURCE TECNOLOGIA	04.947.601/0001-67	*	*	6.749.774,33	20/09/2024	20/09/2024	20/09/2025
18	2024	Desktop -alto desempenho	DATEN TECNOLOGIA LTDA	04.602.789/0001-01	302	4.549,98	1.374.093,96	09/12/2024	09/12/2024	09/12/2025
88	2024	Licenças Microsoft	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	19.877.285/0002-52	*	*	5.517.597,48	06/12/2024	06/12/2024	06/12/2025
65	2024	Infovia - Govshield - SERPRO	SERPRO	33.683.111/0001-07	*	*	5.001.840,60	20/12/2024	24/12/2024	24/12/2029
61	2024	Desenv. Software por perfil profissional	DELTALAB CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA	00.928.375/0001-16	*	*	878.400,00	16/12/2024	16/12/2024	16/12/2025
19	2024	Notebooks -alto desempenho	POSITIVO TECNOLOGIA S/A	81.243.735/0019-77	103	5.138,50	529.265,50	10/12/2024	10/12/2024	10/12/2025
92	2024	Impressoras multifuncionais	CGF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E SERVIÇOS LTDA	01.251.189/0001-58	3	3.520,00	10.560,00	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2028
62	2024	Licenças de softwares de Design Gráfico	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	04.198.254/0001-17	*	*	338.911,60	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2027
90	2024	Desktop -alto desempenho	DATEN TECNOLOGIA LTDA	04.602.789/0001-01	8	4.549,98	36.399,84	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025
89	2024	Notebooks -alto desempenho	POSITIVO TECNOLOGIA S/A	81.243.735/0019-77	16	5.138,50	82.216,00	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025
TOTAL DE CONTRATOS NOVOS -ANO 2024			15							



5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



5.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, bem como a declaração do contador e o rol de responsáveis podem ser acessadas no site institucional do ICMBio, conforme lista de links a seguir. Após um período de quase dois anos sem contrato ativo para prestação de serviços de desenvolvimento de software, foram conduzidos processos junto à Central de Compras do MGI, resultando na retomada da contratação de equipes especializadas para o desenvolvimento de sistemas no Instituto.

A execução dessas ações demonstra o compromisso da CGTI com a modernização, a eficiência e a segurança na gestão da tecnologia da informação no ICMBio, garantindo suporte tecnológico adequado às demandas institucionais e ao cumprimento da missão do Instituto.

Tabela 1 – Localização Demonstrações Contábeis do ICMBio.

DESCRIÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
NOTAS EXPLICATIVAS AOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
ROL DE RESPONSÁVEIS

5.2 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Balanço Orçamentário

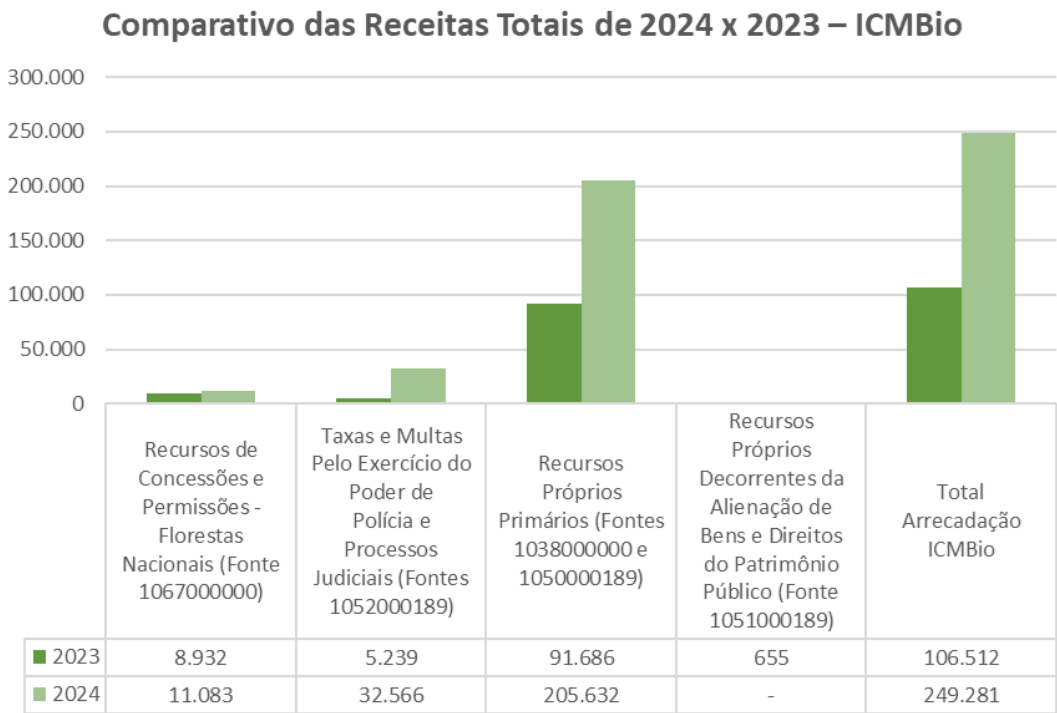
No presente tópico serão demonstradas as receitas e despesas previstas e realizadas e o saldo apurado, correspondente ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categorias, discriminando dotação inicial, atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Arrecadação - Receitas Totais

Na Tabela 2 – Receitas Totais (Exercícios 2024 e 2023) e gráfico 1 - Comparativo das Receitas Totais de 2024 x 2023 são demonstrados, de forma agrupada pelas principais receitas, os valores arrecadados nos exercícios de 2024 e 2023.

Tabela 2 - Receitas Totais (Exercícios 2024 e 2023)

Arrecadação por Fonte de Recurso	2024	2023	Variação % 2024/2023
Recursos de Concessões e Permissões - Florestas Nacionais (Fonte 1067000000)	11.038	8.932	24,08%
Taxas e Multas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Processos Judiciais (Fonte 1052000189)	32.566	5.239	521,59%
Recursos Próprios Primários (Fontes 1038000000 e 1050000189) *	205.632	91.686	124,28%
Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público (Fonte 1051000189)	-	655	-100%
Total Arrecadação ICMBio	249.281	106.512	134,0 %



As receitas de concessões e permissões nas FLONAS (fonte 1067000000) correspondentes ao repasse de 40% ao ICMBio do excedente de arrecadação pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, pertinente à cobrança das receitas oriundas dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em FLONAs criadas pela União, conforme preconiza o art. 39, §1º, inciso II da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, representou 4,45% do total arrecadado no exercício de 2024. Comparado ao ano de 2023, houve um acréscimo de 24,08%.

Os recursos oriundos das multas ambientais (fonte 1052000189) representaram 13,06% do total arrecadado em 2024, com um acréscimo significativo de 521,29% em relação ao exercício de 2023, justificado pelo acordo judicial realizado com a empresa Samarco Mineração S.A., proveniente do auto de infração PWH29K5A, processo administrativo 02125.000582/2022-67, em consonância com a Lei 13.988/2020 (transação resolutive de litígio classificados como irre recuperáveis ou de difícil recuperação), em que resultou no pagamento total de R\$ 52.006.300,00.

Na oportunidade, destaca-se a alteração trazida pelo Decreto nº 11.373/2023 ao art. 13º Decreto nº 6.514/2008, com o aumento do repasse da receita de multa ambiental ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, de 20% para 50%, com a consequente redução de arrecadação pelo ICMBio. Desta feita, considerando o total arrecadado de multas ambientais, incluindo os repasses ao FNMA, bem como os encargos legais à AGU das cobranças advindas de inscrições em dívida ativa, corresponde ao montante de R\$ 65.993.396,65 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e três mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos), o maior já arrecadado desde a criação do ICMBio.

Importante frisar que, mesmo desconsiderando o acordo supracitado com a empresa Samarco, houve a arrecadação no valor de R\$ 13.987.096,65, 31,39% a mais que o arrecadado no exercício de 2023 (R\$ 10.644.796,86).

As receitas de recursos próprios (fontes 1038000000 e 1050000189), responsáveis pelas arrecadações decorrentes das concessões de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental, à recreação em contato com a natureza e as autorizações de supressão vegetal - ASV, representam as principais fontes de receita do ICMBio, responsáveis por expressivos 82,49% do total arrecadado em 2024, com um acréscimo de 124,28% em relação ao exercício de 2023.

A principal justificativa refere-se à celebração do contrato de concessão nº 002/2024 firmado entre o ICMBio e a concessionária SPE - URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A, tendo como objeto a prestação dos serviços

públicos de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA, com o repasse de outorga fixa no valor de R\$ 61.000.000,00, enquanto não houve novas concessões para o exercício de 2023. No que se refere às receitas provenientes de visitação em unidades de conservação, seja por concessão ou cobrança direta realizada pela UC, houve a arrecadação de R\$ 55.394.779,31, com o aumento de 7,33% quando comparado ao ano de 2023 (R\$ 51.608.613,97). Outro fator importante a ser destacado refere-se ao significativo aumento da receita de licenciamento ambiental, com a arrecadação em 2024 em torno de R\$ 25.086.196,17, enquanto em 2023 foi arrecadado R\$ 6.720.271,28, aumento de 273,29%.

Por fim, destaca-se o repasse no valor de R\$ 25.898.252,31, pertinente ao pagamento do precatório proveniente da Ação Civil Pública 5008205-31.2017.4.04.7002, a título de repasse ao Parque Nacional do Iguaçu. Em relação aos recursos decorrentes da alienação de bens e direitos do patrimônio público, informa-se que não houve licitações no exercício de 2024.

Tabela 3 - Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – 2024)

Unidades de Conservação	2024
Parque Nacional da Tijuca - RJ	62.384
Parque Nacional de Jericoacoara - CE	61.425
Parque Nacional do Iguaçu - PR	45.437
Floresta Nacional de Saracá-Taquera - PA	19.217
Floresta Nacional do Jamari - RO	4.942
Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha - PE	3.364
Parque Nacional de Brasília - DF	2.562
Floresta Nacional de Carajás - PA	1.480
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães - MT	1.257
Total	202.068

Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Conforme Tabela 4 – Consolidado da Despesa Orçamentária e Financeira no exercício 2024, Gráfico 2 - Execução Orçamentária da Despesa, e gráfico 3 - Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, são apresentados os valores executados no exercício 2024.

Tabela 4 – Consolidado da Despesa Orçamentária e Financeira no exercício 2024.

Despesa Orçamentária	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
Despesas correntes	980.975	937.846	878.439
Pessoal e encargos	462.182	462.182	24.163
Outras despesas	518.793	475.664	454.276
Despesa capital	40.438	14.337	12.205
Investimentos	40.438	14.337	12.205
Total	1.021.414	952.183	890.645

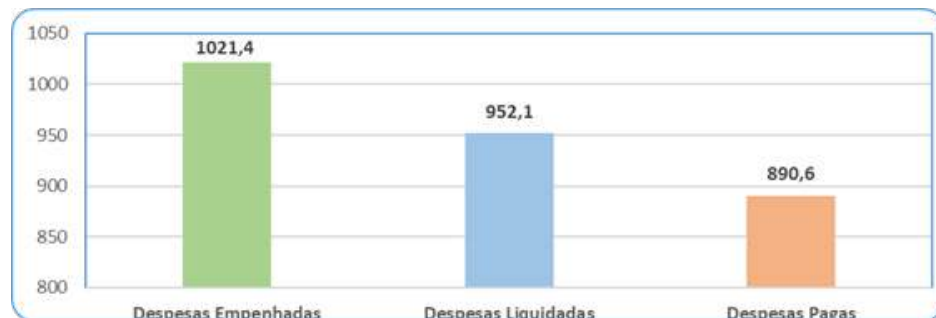
R\$ mil

Gráfico 2 - Execução Orçamentária da Despesa



A despesa empenhada corresponde a R\$ 1.021,4 milhões, aproximadamente 87,1% da dotação atualizada de R\$ 1.177,2 milhões. Desta forma, o saldo da dotação orçamentária foi de R\$ 155,8 milhões.

Gráfico 3 – Despesa Empenhada, Liquidada e Paga



Das despesas empenhadas no valor de R\$ 1.021,4 milhões, R\$ 952,1 milhões foram liquidados e R\$ 890,6 milhões pagos.

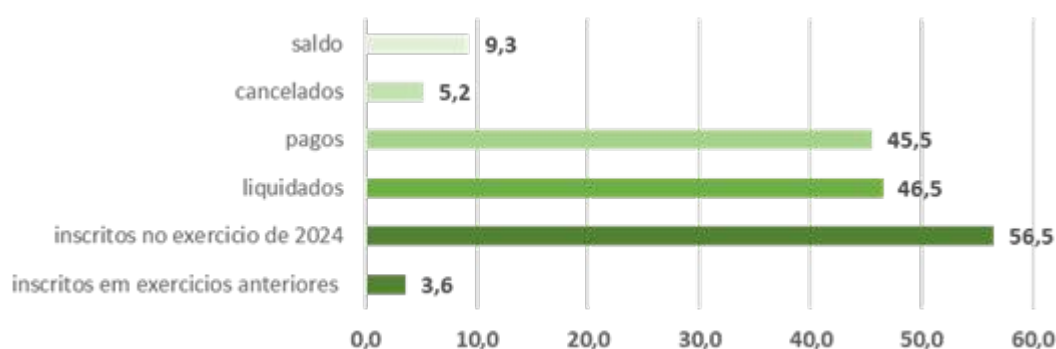
Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas em determinado ano, mas não pagas até o fim do mesmo exercício orçamentário, em 31 de dezembro. Se a despesa foi empenhada e liquidada, isto é, de fato realizada, ela passa a ser inscrita como resto a pagar processado. Se não foi liquidada, vira resto a pagar não processado.

Evolução de Restos a Pagar não Processados em 2024

No início do exercício de 2024, o saldo inicial inscrito em contas orçamentárias de restos a pagar não processados foi de aproximadamente R\$ 60,2 milhões. A evolução no período está representada conforme gráfico 4 – Evolução Restos a Pagar não Processados.

Gráfico 4 – Evolução Restos a Pagar não Processados

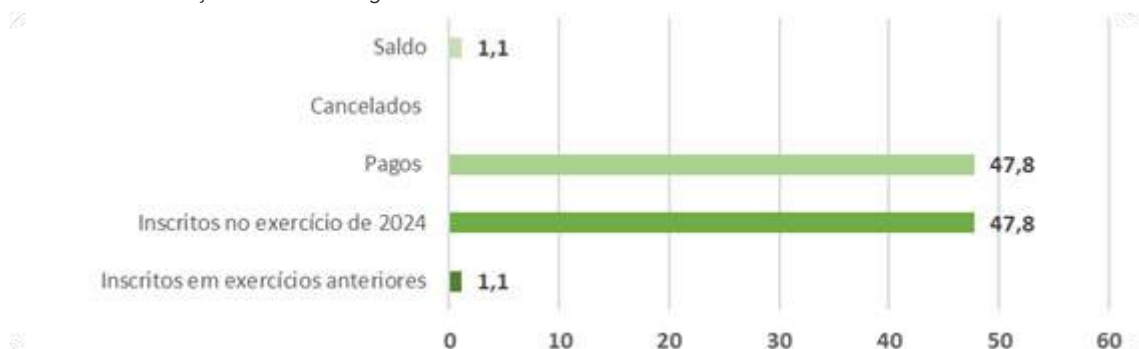


Atualmente o saldo remanescente de restos a pagar não processados, a liquidar e a pagar é de aproximadamente R\$ 9,3 milhões.

Evolução Restos a Pagar Processados em 2024

Do mesmo modo, a evolução dos restos a pagar processados e dos não processados, que foram liquidados no período, encontra-se demonstrada no Gráfico 5 – Evolução Restos a Pagar Processados em 2024.

Gráfico 5 – Evolução Restos a Pagar Processados em 2024

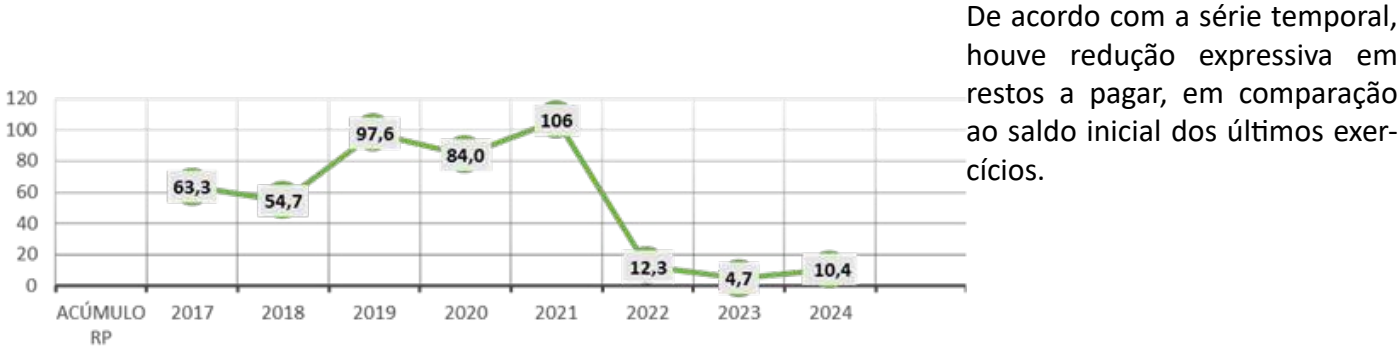


O valor inscrito em exercícios anteriores somado com os inscritos no final de 2024 perfazem, aproximadamente, um total de R\$ 49,0 milhões. Permanece um saldo a pagar de R\$ 1,1 milhões de restos a pagar processados

Acúmulo de Restos a Pagar

Permanecem inscritos os seguintes valores em restos a pagar: 9,3 milhões referentes a restos a pagar não processados, somados, ainda, aos restos a pagar processados, no valor de R\$ 1,1 milhões, perfazendo a totalidade de R\$ 10,4 milhões, de acordo com o Gráfico 6 – Acúmulo de Restos a Pagar.

Gráfico 6 – Acúmulo de Restos a Pagar



ANÁLISE CONTÁBIL

Balanco Patrimonial e Fluxo de Caixa

No Balanço Patrimonial estão representados a posição estática dos ativos e passivos do Instituto, o resultado do período e o acumulado, ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial.

Na Tabela 5 – Resumo do Balanço Patrimonial por Grupo de Contas são consolidados os valores do Ativo e Passivo.

Tabela 5 - Resumo do Balanço Patrimonial por Grupo de Contas

Ativo	2024	Passivo + PL	2024
Ativo circulante	573,9	Passivo	112,6
Ativo não circulante	12.930,0	Patrimônio Líquido	13.391,2
Ativo total	13.504,0	Passivo + PL total	13.504,0

O Balanço Patrimonial do ICMBio apresenta situação patrimonial líquida positiva (Patrimônio Líquido), ou seja, os ativos excedem a soma das obrigações em aproximadamente R\$ 13,3 bilhões. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos.

ATIVO

Ativo Circulante

Tabela 6 - Caixa

CAIXA	2024	2023
Caixa	559,5	616,0
Limite de saque com vinculação de pagamento	511,9	577,8
Limite de saque comprometidos com ordem de pagamento	40,9	38,1

O item caixa e equivalentes de caixa integram o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Instituto e para os quais não haja restrições para uso imediato. No acumulado até o encerramento do exercício de 2024 totalizaram R\$ 559,5 milhões.

Tabela 7 - Movimentação dos Recursos Financeiros das Atividades Operacionais e de Investimentos

Caixa Inicial: 616,0				
Movimentação 2024				
Atividades Operacionais		Atividades de Investimentos		
Ingressos	Desembolsos	Ingressos	Desembolsos	Resultado líquido
2.269,5	(2.290,6)	-	(35,4)	(56,5)
Caixa Final: 559,5				

O acompanhamento dos ingressos e desembolsos fornece indicativo quanto à paridade e à capacidade de expansão das despesas com recursos próprios. Ingressos menores que os desembolsos demonstram um resultado financeiro negativo, ou seja, a soma total dos ingressos menos a soma dos desembolsos gerou resultado negativo de (56,5) milhões. O acompanhamento dos ingressos e desembolsos fornece indicativo quanto à paridade das contas públicas e à capacidade de expansão das despesas com recursos próprios.

Créditos a Curto Prazo

Correspondem, em sua maioria, ao reconhecimento de créditos provenientes de autos de infração ambientais pelo exercício do poder de polícia do Instituto aplicadas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A Tabela 8 – Créditos a Curto Prazo e Estoques apresenta comparativo do período 2024 com o exercício de 2023.

Tabela 8 – Créditos a Curto Prazo e Estoques

Demais créditos e valores de curto prazo + Estoques	2024	2023
Demais créditos e valores de curto prazo	14,4	404,6
Adiantamento concedidos a pessoal,13º salários, férias	2,8	8,2
Créditos administrativos diversos responsáveis	0,1	0,1
Créditos a receber	11,5	396,3
Créditos decorrentes de infrações ambientais	-	374,3
Adiantamentos termo de execução descentralizados	11,5	22,0
Estoques 11500.00.00	-	2,5
Materiais de consumo 11561.01.00	-	2,5

Ativo Não Circulante

Tabela 9 – Ativo Não Circulante

Ativo não circulante	2024	2023
Ativo não circulante	12.930,0	10.855,8
Ativo realizável a longo prazo	2.043,8	15,1
Imobilizado	10.883,6	10.838,5
Intangível Softwares	2,5	2,2

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, enquanto tiverem vida útil definida.

Bens móveis

Tabela 10 – Bens Móveis

Bens móveis	2024	2023
Bens móveis	258,2	195,9
Depreciação	(89,3)	(66,2)
Valor Contábil Líquido	168,9	129,7

No exercício 2023, os bens móveis do Instituto, registrados no SIAFI, totalizam R\$ 258,2 milhões e o valor contábil líquido, descontada a depreciação, de R\$ 89,3 milhões, corresponde a R\$ 168,9 milhões.

Bens imóveis

Os bens imóveis do Órgão estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET e apropriados no SIAFI. Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de parques, reservas e edificações. Totalizam aproximadamente R\$ 10,7 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis.

Tabela 11 – Bens Imóveis

Bens imóveis	2024	2023
Bens imóveis	10.728,4	10.721,3
Bens de uso especial (parques, reservas, edificações)	10.528,1	10.521,5
Bens de uso especial não registrados	156,0	156,0
Bens imóveis em andamento, instalações e benfeitorias	44,0	43,5
Depreciação acumulada	(13,7)	(12,5)
Valor contábil líquido	10.714,7	10.708,8

PASSIVO

A Tabela 12 – Passivo Total apresenta comparativo entre os valores dos exercícios 2024 e 2023.

Tabela 12 – Passivo Total

Passivo Circulante	2024	2023
Passivo Circulante 2	112,6	66,8
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist.	42,4	34,9
Fornecedores e contas a pagar	7,9	3,0
Transferências fiscais	-	14,3
Demais obrigações a curto prazo	62,0	14,4
Transferências recebidas a comprovar	36,9	2,2

Patrimônio Líquido

A Tabela 13 – Patrimônio Líquido apresenta comparativo entre os períodos de 2024 e 2023.

Tabela 13 – Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2024	2023
Patrimônio líquido	13.391,2	11.812,2
Resultado do exercício	1.633,2	(13,4)
Resultados de exercícios anteriores	11.812,20	11.823,0

O total do patrimônio líquido, de R\$ 13,3 bilhões em 2024, tem a sua representatividade garantida pelo sub-grupo Imobilizado, nas contas contábeis de título bens imóveis, já que este, no valor contábil líquido de R\$ 10,7 bilhões, corresponde a 80,4% do patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Este demonstrativo equivale ao Demonstrativo de Resultado do exercício, evidenciado nos balanços das empresas de sociedade anônimas.

O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Este demonstrativo equivale ao Demonstrativo de Resultado do Exercício, evidenciado nos balanços das empresas de sociedade anônimas.

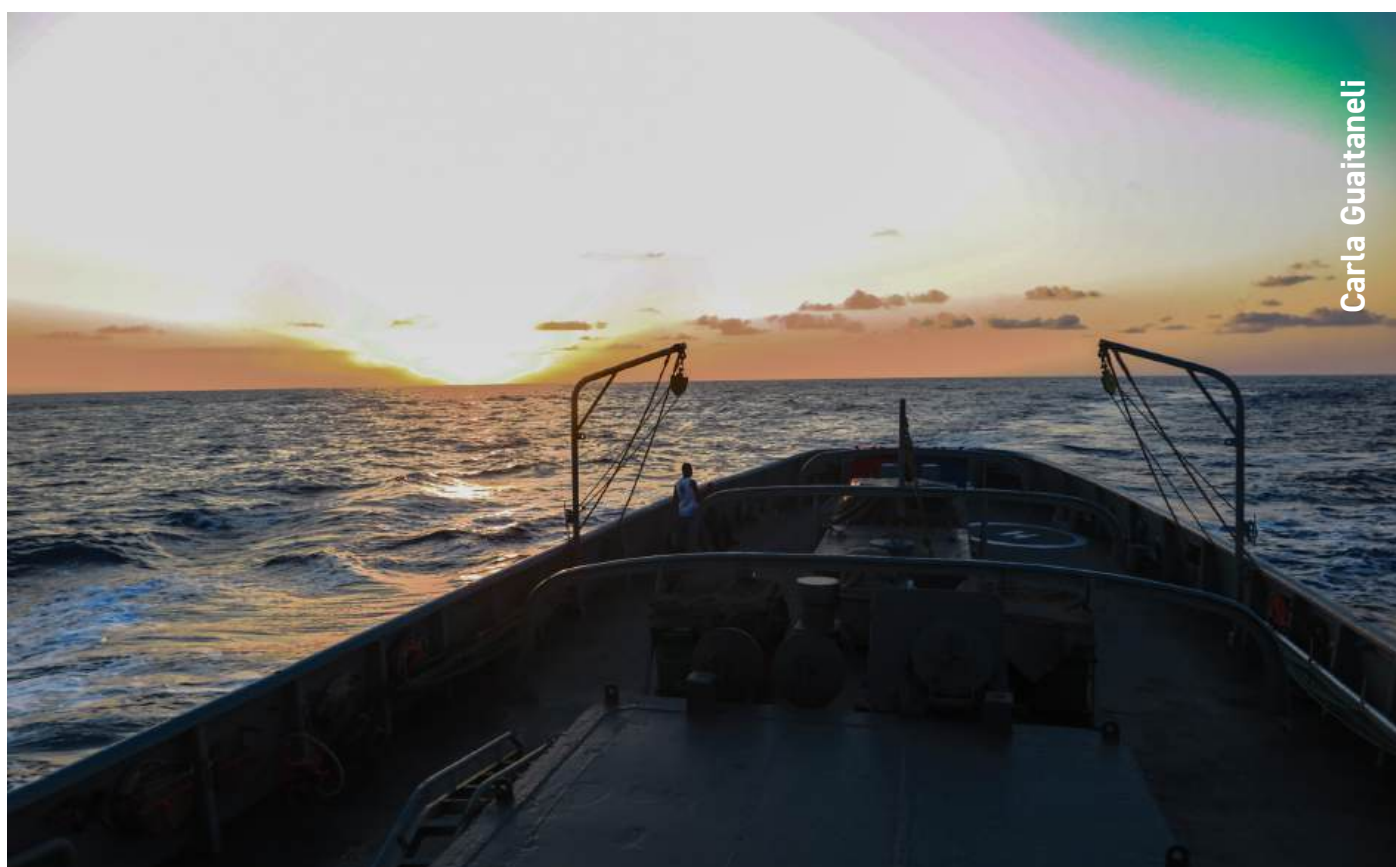
A Tabela 14 – Variações Patrimoniais demonstra, de forma agrupada e comparativa, as variações patrimoniais acumuladas que repercutiram no acumulado dos exercícios de 2023 e 2024.

Tabela 14 – Variações Patrimoniais

	Nota	2024	2023
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA 40000.00.00		4.332,7	1.899,8
Exploração de bens, serviços e direitos 43000.00.00		180,0	90,9
Transferências e delegações recebidas 45000.00.00	2	1.997,8	1.772,7
Valorização de ativos e desincorporação passivos 46000.00.00	3	32,7	24,9
Outras VPA 49000.00.00	4	2.122,0	11,2
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD 30000.00.00		2.699,4	1.913,3
Pessoal e encargos 31000.00.00		513,5	431,7
Benefícios previdenciários e encargos 32000.00.00		127,5	121,1
Uso de bens, serviços e consumo 33000.00.00 + 34	5	336,0	313,6
Transferências e delegações concedidas 35000.00.00	6	1.332,0	1.013,5
Desvalorização de ativos e incorporação passivos 36000.00.00	7	385,1	29,5
Tributárias, outras VPD 37000.00.00+39		4,4	3,7
Resultado Patrimonial do Período 49999.00.00	1	<u>1.633,2</u>	(13,4)

O resultado apurado, superávit ou déficit, é agregado ao resultado acumulado, no balanço patrimonial, compondo o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo.

Outras informações correspondentes aos valores das Variações Aumentativas - VPA e Diminutivas - VPD e Resultado Patrimonial do Período constam das Notas Explicativas disponibilizadas na página do ICMBio.



Carla Guaitanelli



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

